



---

**O SR. LINDOMAR GARÇON** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LINDOMAR GARÇON** (PV-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero mais uma vez referir-me à Emenda nº 28 oferecida à Medida Provisória nº 472/09. Peço aos nossos colegas Deputados que venham à Câmara votar o destaque referente à emenda, sobre a inclusão dos servidores públicos do ex-Território Federal de Rondônia no quadro em extinção da União.

Registro a presença do Deputado Silvernani Santos, do Senador Expedito Júnior e de representante sindical.

Quero também dizer ao pessoal da PEC 308 e da PEC 300 que estamos fazendo todo o esforço necessário para votá-las, se Deus abençoar, hoje.

Vamos lutar todos juntos para que isso venha a acontecer.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Eliene Lima.

**O SR. ELIENE LIMA** (PP-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem, presidida pelo meu colega mato-grossense Deputado Homero Pereira, fez a solenidade de lançamento da Ferrovia Centro-Oeste, na manhã desta quarta-feira, no auditório Freitas Nobre, nesta Casa.

Na ocasião, o DNIT apresentou o projeto do traçado da ferrovia aos Deputados e Senadores e ao público em geral.

Serão 1.602 quilômetros de trilhos, num projeto que ajudará muito a reduzir custos dos produtores rurais, da população urbana e de todas as atividades econômicas estabelecidas nessa região.

O Centro-Oeste, Sr. Presidente, viverá um antes e um depois da ferrovia, que será um salto no desenvolvimento neste pedaço do Brasil no qual estamos inseridos.

Conforme o projeto, a nova ferrovia partirá de Uruaçu, Goiás, onde terá entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul, cruzará o Estado de Mato Grosso no sentido leste/oeste e chegará até Vilhena, Rondônia. As demais cidades que receberão estações da ferrovia ainda não estão definidas. Isso será discutido nesse evento e em outros, em Municípios de Rondônia, Mato Grosso e Goiás.

A Ferrovia de Integração Centro-Oeste é a primeira parte de um projeto bem maior, a Ferrovia Transcontinental (EF-354), planejada com 4.400 quilômetros de extensão. Ela segue de Uruaçu, Goiás, para o leste, passando pelo Distrito Federal



e por Minas Gerais até o litoral fluminense. Para o oeste, o plano indica um caminho de Vilhena, Rondônia, rumo ao Acre, até a fronteira com o Peru.

O projeto será elaborado com recursos da segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC 2 e executado pela VALEC — Engenharia, Construções e Ferrovias, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes.

Entre Uruaçu, Goiás, e Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, a ferrovia terá a extensão de 1.004 quilômetros. Até o ano de sua conclusão (2014), a previsão do DNIT é de investir R\$4,1 bilhões. Já para o trecho entre Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, e Vilhena, Rondônia (com 598 quilômetros), deve ser investido o total de R\$2,3 bilhões.

Aproveitando este tema, Sr. Presidente, quero destacar também que o Fórum Pró-Ferrovia em Cuiabá retomou, na última semana, de forma contundente, a mobilização pela construção dos trilhos da Ferrovia Senador Vuolo até a Capital do Estado de Mato Grosso.

O movimento, que prevê ampla ação popular — com panfletagem e manifestos nas ruas, coleta de assinaturas e até a formação de uma “locomotiva” de mensagens no site do Fórum —, aprovou “medidas de choque” voltadas à defesa intransigente da ferrovia em Cuiabá, como a inserção da obra no PAC 2, a definição do prazo para a construção do trecho Rondonópolis-Cuiabá e até o lançamento de uma nova licitação para a obra, com quebra de contrato da América Latina Logística (ALL), detentora da concessão para a exploração ferroviária por 90 anos.

O Movimento Acorda, Cuiabá! foi lançado no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), com a presença de lideranças empresariais e entidades organizadas da sociedade, que integram o Fórum Pró-Ferrovia.



Integrantes do Fórum já percorreram, inclusive, ruas de Cuiabá divulgando a mobilização, fazendo panfletagem e iniciando a coleta de assinaturas. No final da campanha, o Fórum encaminhará um documento ao Presidente Lula.

O abaixo-assinado é uma “instrumento público” de vontade popular que vai respaldar a decisão do Governo Federal em relação à continuidade da obra.

A expectativa do Fórum é de que os trilhos cheguem à Capital no máximo até 2014. A obra está em construção no trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis, devendo ser concluída até 2012. Para tanto, o Governo Federal aprovou a inserção do trecho no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), no valor de R\$691 milhões. Esta verba garante também a elaboração do EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) até Cuiabá. O Fórum vai lutar para que o trecho Rondonópolis-Cuiabá, com custo estimado de R\$700 milhões, seja incluído no PAC 2.

Sr. Presidente, este movimento é para que o Governo Federal se posicione em relação à continuidade da ferrovia, que já está com suas obras garantidas até Rondonópolis. A passagem por Cuiabá é obrigatória, conforme determina a legislação, e está prevista no Plano de Aviação Nacional aprovado em 1976.

A ferrovia é estratégica para o desenvolvimento de Mato Grosso e é importantíssimo o avanço das obras até Santarém, Pará, e Porto Velho, Rondônia, numa extensão total de 5 mil quilômetros desde Aparecida do Taboado, São Paulo. A ferrovia transporta atualmente cerca de 13 milhões de toneladas de grãos a partir dos terminais de Alto Araguaia e Alto Taquari.

As potencialidades econômicas de Cuiabá justificam a chegada dos trilhos até a Baixada Cuiabana. Temos grandes indústrias de esmagamento de soja, contamos



com 7 fábricas de ração, indústrias de transformação, fábricas de refrigerante, estação aduaneira e um parque moveleiro muito forte. Cuiabá não pode ficar sem a ferrovia.

A obra, chegando a Cuiabá, vai beneficiar toda a Baixada Cuiabana, como Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Cuiabá, Livramento, Acorizal, Jangada e Poconé, além da Grande Cáceres.

O Fórum chama à responsabilidade todos aqueles que desejam ver o progresso da nossa região. Por enquanto, o trecho que liga Rondonópolis a Cuiabá está fora do PAC 2. Com isso, a Baixada Cuiabana e Cáceres podem sofrer com o isolamento nos próximos anos.

Fica então a minha solidariedade ao Movimento Pró-Ferrovia em Cuiabá.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Representantes da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, apresentaram um projeto piloto a ser executado em Mato Grosso na área de Vigilância em Zoonoses.

O Projeto Estratégia Nacional de Vigilância Integrada em Zoonoses é uma iniciativa do Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC) dos Estados Unidos, que buscou parceria com o Brasil.

À Secretaria de Vigilância em Saúde cumpre, dentro dos seus protocolos, investir em pesquisas que dão respostas nas áreas de Vigilância, numa possível antecipação de surgimento de pandemias de doenças que são transmitidas do animal para o homem.

O Brasil já tem outras parcerias com o CDC americano em áreas de pesquisa, e Mato Grosso foi escolhido por vários fatores: características do ecossistema (que



abrange cerrado, pantanal e floresta), capacidade técnica instalada tanto da parte física quanto de pessoal do Estado, desenvolvimento econômico baseado no agronegócio, por ser o Estado subsede da Copa do Mundo de 2014, por ter fronteira internacional, além da grande capacidade do Estado no seu crescimento e desenvolvimento econômico.

O centro americano buscou vários países de interesse para a pesquisa, e o Brasil foi escolhido, principalmente com visualização para Mato Grosso, por se entender a necessidade de ter crescimento econômico importante na área de produção de alimentos, em harmonia com a saúde do homem e do animal e com o meio ambiente.

Nobres colegas, de todas as doenças, 75% são de origem zoonótica (animal transmite para o homem), sendo objetivo ter conhecimento sobre as doenças na sua detecção e nas respostas. No processo mundial se terá uma pesquisa pioneira, com atuação conjunta e que servirá de referencia, no seu resultado final, não só para o Brasil, como para o mundo.

Outras áreas do Governo de Mato Grosso vão participar da pesquisa, como as Pastas do Meio Ambiente e da Agricultura e o Instituto de Defesa Agropecuária (INDEA).

Mato Grosso sempre esteve aberto para os avanços nas várias áreas de pesquisa e tecnologia. Nesse sentido, nos sentimos lisonjeados de podermos contribuir com o Ministério da Saúde e com as organizações que trabalham com a saúde no mundo na busca do conhecimento do comportamento das doenças e formas de transmissão, o que vai contribuir, e muito, nas ações de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) no que tange à Vigilância Ambiental e Epidemiológica.



E para Mato Grosso, que tem entre suas linhas políticas o desenvolvimento sustentável, o fator vigilância em saúde será preponderante.

Sr. Presidente, passo a mais um assunto. O extraordinário avanço da produção de aves, aliado à chegada de novas indústrias ao Estado de Mato Grosso, vai inverter a posição de alguns produtos do item carnes no *ranking* da pauta das exportações mato-grossenses em 2010.

É que, segundo a Federação das Indústrias do Estado (FIEMT), a previsão é a de que as exportações de frangos ultrapassem as de bovinos ainda este ano, por conta dos investimentos que estão sendo realizados no setor avícola.

No primeiro trimestre, para se ter uma ideia, as exportações de frangos tiveram incremento de 42,92%, passando de 25,429 mil toneladas para 36,345 mil toneladas. A carne bovina, por sua vez, cresceu 34,07%, saindo de 31,660 mil toneladas para 42,447 mil toneladas.

A diferença é de apenas 6,102 mil toneladas, algo que deve desaparecer até o final de 2010, colocando o frango à frente da carne bovina em Mato Grosso.

Sr. Presidente, a taxa de crescimento do frango será superior nos próximos 20 anos, competindo de igual para igual com a carne bovina e ficando bem à frente da carne suína em volume exportado.

O Brasil, e em especial Mato Grosso, será o grande celeiro mundial de carnes nos próximos anos.

É fato que o Brasil tende a ser um grande *player* no mercado de frangos e suínos no mundo. No caso do frango, temos o segundo menor custo de produção, o que aumenta a competitividade dos nossos produtos frente a outros países.



Sr. Presidente, trato ainda de outro assunto. Mato Grosso hoje vive um momento delicado em meio a denúncias de que os mais de 700 maquinários e caminhões adquiridos pelo Governo Estadual tiveram os preços superfaturados. Desde que o assunto veio a tona, o que não faltou foram trocas de acusações e denúncias, muita vezes suspeitas de terem cunho político.

Como todos sabem, quando situações como essas surgem, é precoce apontar culpados ou inocentes.

Em situações que envolvem desvios de dinheiro, o certo é investigar primeiro para depois apontar os culpados, mas isso nem sempre acontece. Na maioria das vezes, ocorrem abusos, que nem sempre são feitos somente por parte dos acusados, mas também por parte dos acusadores.

Um exemplo é a atitude do Juiz Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara Federal de Cuiabá, que determinou que todos os 705 maquinários sejam apresentados à Justiça em no máximo 15 dias, para serem submetidos a perícia, para que se saiba se as peças das máquinas condizem com as que estão no contrato fechado entre empresas e o Governo Estadual.

Essa ação de fazer com que todas as 700 máquinas sejam retiradas dos 141 Municípios do Estado e levadas à Cuiabá para perícia é ao meu ver desnecessária. Há cidades que ficam a mais de mil quilômetros da Capital, e por que tirar essas máquinas que estão lá recuperando estradas, melhorando a vida da população?

Como disse anteriormente, é desnecessária essa ação proposta pelo Juiz Julier, já que há servidores das delegacias fazendárias, peritos especializados em mecânica, delegados e investigadores fazendo levantamentos no interior do Estado para verificar se houve troca de peças. Há à disposição deles até aeronaves para





que se desloquem com mais agilidade até as cidades. Trazer esses maquinários a Cuiabá só causará transtornos à população.

Quero deixar claro que não sou contra as investigações. Sou contra a ação de retirar essas máquinas das Prefeituras e levá-las até Cuiabá, porque elas vão fazer muita falta aos Municípios.

Sr. Presidente, aproveito este espaço para registrar o meu pesar pela morte de Gustavo Henrique Nascimento, de 32 anos, filho do ex-Deputado de Mato Grosso e ex-Secretário de Educação de Cuiabá Carlos Nascimento, conhecido como Carlão.

Gustavo faleceu na última sexta-feira, vítima de uma pancreatite.

Quero destinar os meus pêsames à família do meu amigo Carlão, que conheço há mais de 15 anos. Carlão foi meu colega de Parlamento quando éramos Deputados Estaduais e muito antes disso foi meu colega ainda quando dávamos aula na antiga ETF, em Cuiabá.

Destino minhas palavras de conforto ao Carlão e toda a família. A dor de enterrar um descendente dizem ser a maior de todas as dores humanas. Que Deus conforte os corações da esposa e do filho de 6 anos que o jovem advogado Gustavo deixou.

Sr. Presidente, quero ainda comentar sobre o desrespeito que observamos nesta Casa com relação a emendas constitucionais.

Sobre a PEC 300 — fiz parte da sua Comissão Especial —, em todas as viagens ao Estado, encontrando nossos queridos policiais militares e bombeiros militares, informamos: deve ser votada na semana que vem. Mas vai passando o tempo e não temos uma solução.



Se todos os Parlamentares desta Casa apelam, da tribuna, para a necessidade de colocar em votação a PEC 300, por que não a colocam? Será que o Presidente tem mais força do que a totalidade dos Parlamentares desta Casa? O que está por trás disso? Será que o apelo de um Governador, o apelo de uma liderança de um Estado sobrepõe-se à vontade de toda a população brasileira que nos elegeu? É um absurdo o que presenciamos aqui quanto ao desrespeito que se tem com relação à PEC 300.

Estão aqui também os agentes prisionais, que buscam a votação da PEC 308, que cria a Polícia Penal, para a qual há um consenso nesta Casa. Vamos, então, Sr. Presidente, colocar em votação essas matérias, para acabar de uma vez com essa angústia.

Saúdo todos os policiais militares do meu Estado de Mato Grosso. Estão ali o nosso ex-Comandante da PM coronel Sales, a quem cumprimento, e o capitão Anderson. Está assistindo aos nossos trabalhos o Vereador Cabo Adão, da Chapada dos Guimarães, que me ligou há pouco.

Quero também saudar os agentes prisionais, na pessoa do nosso amigo João Batista, que é o Presidente do Sindicato dos Agentes Prisionais.

Vamos concluir a votação da PEC 300, votar a PEC 308 e dar uma satisfação não só aos PMs, aos bombeiros militares, à Polícia Civil, que teve sua PEC aglutinada à PEC 300, mas também a esses batalhadores que são os agentes prisionais, que, depois do plantão — dizia-me o João Batista — vêm para cá, no sacrifício. Precisamos concluir a votação dessas PECs.



Faço um apelo à Mesa Diretora, ao Presidente Michel Temer, ao Vice-Presidente Marco Maia, que o vai substituir hoje, para que concluamos essa votação hoje mesmo.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Edmilson Valentim.

**O SR. EDMILSON VALENTIM** (Bloco/PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a aquiescência da minha eterna líder, Deputada Jô Moraes, quero registrar e pedir para dar divulgação nos meios de comunicação da Casa que hoje comemoramos o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Eu gostaria de homenagear essa importante ferramenta de acesso à Justiça e de consolidação da democracia. Saúdo a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que, só para servir como referência, no ano de 2008 fez 5 milhões de atendimentos a uma clientela de basicamente pessoas do povo, pessoas mais humildes.

Reafirmo aqui meu compromisso. Já assinei todos os requerimentos de urgência para a votação da PEC nº 308 e para a continuação da votação da PEC nº 300.

Muito obrigado, Deputada Jô Moraes.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes.

**A SRA. JÔ MORAES** (Bloco/PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que nos acompanham, o país é tanto mais democrático quanto maior for a participação das mulheres. Partindo desta compreensão, faço um alerta a todas as entidades de mulheres, a todos os organismos que cuidam da incorporação da mulher na vida política, a todos os partidos políticos e, em particular, a cada mulher.

Quando realizamos a minirreforma eleitoral, tivemos algumas conquistas importantes. No texto da legislação que aprovamos, trocamos, na frase “*os partidos políticos poderão preencher com 30% e 70% de cada sexo...*”, a expressão “poderão preencher” por “preencherão”. O resultante dessa mudança na legislação eleitoral levou alguns partidos a fazer um questionamento ao Tribunal Superior Eleitoral para saber de que forma essa questão deveria ser interpretada. O TSE não respondeu a essa questão.

Dentre os Ministros, colocava-se que, se a lei, se a Câmara estabeleceu a palavra “preencherão”, não seria o TSE que alteraria ou interpretaria de forma diferente. A consequência desta questão é que alguns tribunais regionais eleitorais, como o TRE de Minas Gerais, nos colocaram a interpretação deles: se não tivermos 30% das vagas e não da chapa, não será registrado nenhum percentual entre aqueles indicados relativos à quota de 30% ou 70%. Na sua interpretação, não se registraria nenhuma mulher candidata. Evidentemente, há uma interpretação distorcida da legislação, porque o legislador compreendeu que a intenção era fortalecer e favorecer a participação da mulher e não dificultar sua participação.



Quero lembrar aos Deputados e às Deputadas que a ideia de cotas, a ideia de estabelecer um percentual mínimo para a participação da mulher se deu em 1995, na Conferência Mundial de Mulheres. Vejam que, 14 anos depois de estabelecida em todo o mundo essa batalha pela ampliação da representação da mulher, apenas 20 países conseguiram alcançar o percentual estabelecido e a meta definida. Imaginem os senhores que a média nos parlamentos de todo o mundo não chega a 20%, mas a apenas 18,9%.

Quero dizer aos Deputados, às Deputadas, às companheiras mulheres que estão nos escutando e aos partidos políticos que atentem imediatamente a uma intensa mobilização das mulheres para assegurar a sua participação nos 30%, no mínimo, de vagas estabelecidas na minirreforma eleitoral.

Lembro aqui que obtivemos 3 conquistas. Em primeiro lugar, é bom saber que se trata de uma obrigatoriedade e não de uma opção de cada partido.

Em segundo lugar, quero lembrar que as fundações partidárias são obrigadas a repassar recursos para qualificação e programas de treinamento de mulheres às secretarias e departamentos femininos.

Registro também que, segundo a minirreforma eleitoral, no mínimo 20% dos programas previstos na legislação, a que têm direito os partidos políticos, devem ser preenchidos com a presença de lideranças femininas.

Em função disso, faço o alerta no sentido de não chegaremos às eleições de 2010 sem que as mulheres tenham efetivamente conquistado o espaço que merecem, por representarem 52% da população e por serem mães dos restantes 48%.

Obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Simão Sessim, que acaba de receber o título de Cidadão Honorário da Cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada dia que passa e diante das circunstâncias a que sou submetido pela política, confirmo que, para quem sabe exercê-la com dignidade e respeito pela população, é o mais magnífico e agradável ofício humano.

Os momentos inevitáveis de decepção, de desalento, são largamente recompensados por outros maiores que trazem felicidade e forte emoção. É o caso da homenagem que me fez, no sábado, a população de Nova Friburgo, por indicação do jovem Vereador Marcos Medeiros e decisão unânime dos seus pares: Sérgio Xavier de Souza, Presidente da Câmara Municipal; Marcelo Verly; Manoel do Pote; Edson Flávio; Reinaldo Rodrigues; Cláudio Damião; Renato Abi-Râmia; Professor Pierre; Luciano Faria; Jorge Carvalho e Francisco Pinto Barros. Um grupo que prestigia a política do Estado do Rio de Janeiro.

Desde sábado, sou, por adoção, cidadão de Nova Friburgo, condição que me enche de orgulho e renova em mim a grata responsabilidade de perseguir com afinco, com determinação, sem descanso, os meios e modos de atender as expectativas do povo que ali nasceu e que ali escolheu viver.

Mas sei reconhecer que a homenagem que recebi não me pertence. Por isso, eu a recebi por delegação. Primeiro, da bondade divina, que me dá vida, saúde e resistência física e espiritual para viver intensamente a política, a arte de servir ao próximo.



Depois, da magnanimidade do coração daquele povo e de seus principais líderes políticos, os seus Vereadores, que a despeito do pouco que eu tenha feito pela cidade, me homenagearam com tão elevada honra.

E, também e por fim, da minha gente de Nilópolis, que me deu a oportunidade de ingressar na vida pública para viver momentos como os que eu conheci no sábado e no domingo, quando, junto com a população de Nova Friburgo, comemorei os 192 anos de emancipação da cidade.

A política, além de todas as qualidades que tem, premia a vida daqueles que a escolheram por ofício com o prazer de encontrarem pelo caminho gente que qualifica a vida da sociedade em que vive.

É o caso do meu amigo, Vice-Prefeito de Nova Friburgo, Demerval Barbosa, homem que traz do berço o DNA do serviço em favor do próximo, sem expectativa de recompensas materiais ou de gratificações pessoais.

Na alma e no coração do Demerval Barbosa, claramente vibra o sentimento puro do “médico dos pobres”, do primeiro Demerval Barbosa Moreira, que de Conceição de Macabu, pequeno Município do norte do meu Estado, seguiu para Nova Friburgo para ali salvar vidas e conceder paz aos atingidos pela dor, pela doença.

É também o caso de outro amigo, este de mais curto tempo, mas de igual grandeza, o Vereador Marcos Medeiros. Com certeza, a Câmara dos Deputados o terá por aqui, em algum momento da história.

Jovem, franco, determinado, ele, em razão dos votos que recebeu para estar, na qualidade de Vereador mais votado da cidade, na Câmara Municipal de Nova Friburgo, demonstra que compreende a política como um instrumento de servir ao





---

próximo. Marcos Medeiros sabe ler, com clareza e sensibilidade, as expectativas populares, sinais de uma vida pública profícua.

Só tenho a agradecer a Deus e a todas as pessoas que me oferecem, vez por outra, emoções como a que senti em Nova Friburgo na noite do sábado passado.

O evento de entrega dos títulos de cidadania honorária acontecido em Nova Friburgo foi exemplo de organização e lição de um povo que não mede esforços nem foge do trabalho de transformar, pela solidariedade, a vida das pessoas que procuram abrigo em seu seio.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Deputado Simão Sessim, congratulo-me com o povo de Nova Friburgo pelo procedimento com relação a V.Exa.



---

**A SRA. SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Pois não, Deputada. É alguma comunicação?

**A SRA. SOLANGE AMARAL** (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, para que não paire qualquer dúvida, a Deputada Solange Amaral vota favoravelmente à PEC nº 300, de 2008, e insiste pela continuação da votação da matéria e pelo início da votação da PEC nº 308, de 2004. *(Manifestação das galerias.)*

Deixo isso claro aqui, em nome do meu mandato e da população do Rio de Janeiro, que quer mais segurança e profissionais melhor capacitados, como é o caso dos nossos bombeiros militares e policiais militares e civis.

“Sim” à continuação da votação da PEC 300.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra ao Deputado Jefferson Campos.

**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (Bloco/PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as chamadas uniões homoafetivas têm adquirido na sociedade, nestes últimos anos, um especial e deletério relevo. Certas iniciativas insistem no seu reconhecimento institucional, na equiparação com as famílias nascidas do compromisso matrimonial e, inclusive, na possibilidade da adoção de crianças.

Diante de uma questão de tanta importância e de tantas repercussões futuras para toda a sociedade brasileira, ocupo hoje a tribuna para chamar a atenção para o perigo que um tal reconhecimento e a possibilidade de adoção representariam para a instituição família e para o bem comum da sociedade.

Senhores, nas sociedades abertas e democráticas de hoje em dia, o Estado e os Poderes Públicos não devem institucionalizar as uniões homossexuais, atribuindo-lhes, desse modo, um estatuto similar ao matrimônio. Tampouco equipará-las à família fundada no matrimônio. É absolutamente incongruente atribuir uma realidade conjugal à união entre pessoas do mesmo sexo. À união homoafetiva, opõe-se, antes de mais nada, à impossibilidade objetiva de fazer frutificar o matrimônio mediante a transmissão da vida, segundo a própria estrutura do ser humano. Igualmente, opõe-se a ausência dos pressupostos para a complementaridade interpessoal, tanto no plano físico biológico como no eminentemente psicológico entre o homem e a mulher. Não pode constituir uma verdadeira família o vínculo entre 2 homens ou entre 2 mulheres.

E se isso ainda não bastasse, constitui deplorável distorção a pretensão de



algumas iniciativas que almejam atribuir a essa união o direito de adotar crianças sem família. Uma das iniciativas que caminham ao encontro dessa distorcida realidade foi a recente decisão da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça — STJ que reconheceu, no dia 27 de abril deste ano, que casais homossexuais têm o direito de adotar filhos. Por unanimidade, os Ministros negaram recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul e mantiveram a decisão que permitiu a adoção de 2 crianças por um casal de mulheres.

Ora, Sr. Presidente, essa decisão fere, de forma contundente, o direito da criança e do adolescente quanto à sua identidade, na medida em que não leva em consideração a estrutura psíquica da criança em formação. Essa decisão não é moral, nem é ética! É, sim, um verdadeiro atentado contra a infância e a adolescência, por promover na criança uma certa confusão quanto à sua identidade sexual, tendo seu desenvolvimento afetado pela ausência de um referencial concreto do conceito de pai e mãe.

A adoção por casais homossexuais não permite que a criança conviva com as figuras masculina e feminina no papel de pais, para compreender a vida. A falta da bipolaridade sexual cria obstáculos ao desenvolvimento normal das crianças eventualmente introduzidas nessas uniões. Inserir crianças nas uniões homossexuais através da adoção significa, na realidade, praticar a violência sobre essas crianças, no sentido que se aproveita do seu estado de fraqueza para introduzi-las em ambientes que não favorecem o seu pleno desenvolvimento humano. Não há dúvida que tal prática seria gravemente imoral e a colocaria em franca contradição com o princípio reconhecido também pela Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos da Criança, segundo a qual o interesse



superior a tutelar é sempre da criança, que é a parte mais fraca e indefesa.

Senhores, no julgamento aqui comentado, o Judiciário, com todo o respeito que nutro por esse Poder, se equivocou, distanciando-se da melhor leitura dos códigos e da Constituição, que apenas reconhecem a união entre homem e mulher. Aguardamos, esperançosos, que a manifestação do Supremo Tribunal Federal reverta uma interpretação que absolutamente viola os princípios fundamentais de nossa Carta Cidadã.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que os homossexuais, como todas as pessoas, não devem ter prejudicados os seus direitos humanos básicos, não podem ser discriminados. Independentemente da orientação sexual, todos têm todo o direito ao respeito e à justiça e a ter um papel ativo na sociedade.

Mas daí a pensar que a judicialização de práticas e costumes claramente condenadas pela Carta Constitucional pode simplesmente atropelar os direitos das crianças, é um grande erro! A adoção por casais homossexuais expõe a criança a sérios embarras, vexames e constrangimentos!

A Igreja evangélica discorda radicalmente dessa prática que não está de acordo com a vontade e a lei de Deus. E se não está de acordo com a lei de Deus, não pode ser boa para o homem, a mulher e a criança. Tanto o Antigo como o Novo Testamento condenaram muitas vezes a prática homossexual. Por exemplo, em Levítico 20,13: *“Se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram coisa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles”*. Em Romanos 1,26 e 27: *“Por causa disso, os entregou Deus a paixões infames; porque até as mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas por outro, contrário à natureza; semelhantemente, os homens também, deixando o*



---

*contato natural com a mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo em si mesmos, a merecida punição do seu erro”.*

Senhores, conquanto a humanidade esteja cada vez mais decadente, é tarefa da comunidade cristã e de todos aqueles que tomam a peito o bem da sociedade resistir a essas tendências desagregadoras da própria sociedade e prejudiciais à dignidade, segurança e bem-estar dos cidadãos.

É necessário que a opinião pública não seja induzida a menosprezar a importância institucional da família. É necessário reafirmar que a família constitui, mais do que uma unidade jurídica, social e econômica, uma comunidade de amor e de solidariedade, insubstituível para a transmissão dos valores culturais, éticos, sociais e espirituais, essenciais para o desenvolvimento e o bem-estar dos próprios membros e da sociedade.

A família é o santuário da vida! União homoafetiva não é família! E, portanto, não deve e não pode adotar crianças!

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos anos, mudou, radicalmente, a imagem do Brasil no exterior, antes refletida apenas pelos sucessos alcançados no futebol, pelo dionisíaco das nossas festas populares — a maior delas, o carnaval —, a beleza incontestável da mulher brasileira nas passarelas internacionais e a música, aí incluindo a Bossa Nova, que chegou a ser cantada por nomes famosos como Frank Sinatra e Nat King Cole. Naturalmente, como país produtor de *commodities*, o Brasil sempre esteve presente nos mercados internacionais — desde o Império — com o café, o açúcar, o fumo, as peles e ceras vegetais; e nas artes plásticas seus artistas obtiveram notáveis êxitos internacionais, tanto quanto na literatura.

Mas é o Brasil potência emergente que despontou neste últimos anos para ocupar o devido lugar no cenário internacional, nas reuniões de cúpula dos países mais ricos, no foro das Nações Unidas onde se apresenta candidato, e com muita justiça, a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A recente viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Teerã e sua passagem por Madri — para participar da cimeira União Europeia/América Latina — e Lisboa, para um encontro bilateral de consulta, mostram como se modificou a imagem tradicional do “país tropical e acolhedor”. E isto se deve, em boa medida, à mobilidade do atual Presidente nos seus contatos internacionais. É indiscutível que tem a respaldar essa autoridade política do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o desempenho da economia brasileira, sua acolhida aos investimentos estrangeiros, o crescimento do PIB nacional projetado entre 6% e 7% este ano.

Quero ressaltar aqui, a esse propósito, as declarações prestadas pelo



Primeiro-Ministro português José Sócrates à *Folha de S.Paulo*, no último dia 16, quando afirmou que “*estaria na primeira fila*” do apoio a uma eventual candidatura do Presidente Lula ao cargo de Secretário-Geral da ONU, quando ele deixar o Governo brasileiro. Ele destacou que o atual Presidente “*tem um capital político tão importante no mundo que seria um grande desperdício não aproveitá-lo*”. Parece que são da mesma opinião o *premiê* espanhol José Luíz Rodríguez Zapatero, e *premiê* da Grécia, George Papandreou.

Para Portugal, a ascensão do Brasil tem importância estratégica, dentro do mundo lusófono e no concerto das Nações democráticas. O Primeiro-Ministro acha que os brasileiros “*precisam de ter consciência do trabalho que o Presidente Lula faz para afirmação do Brasil*”. Ele tem a visão política do Brasil “*como grande potência política e econômica*”.

Reforçando sua admiração pelo dirigente brasileiro, o *premiê* José Sócrates acrescentou que ele é “*jovem demais para se retirar da política*”. E ressaltou: “*Tenho certeza de que ele desempenharia muito bem qualquer cargo internacional*”.

Neste fim de mês, o *premiê* português estará no Brasil, na companhia de Jorge Sampaio, ex-Presidente de Portugal.

Vê-se que a projeção do Brasil é cada vez maior e mais importante para a consolidação das teses que marcam a nossa política exterior, baseada no respeito mútuo entre os países, na sua autodeterminação e na convivência pacífica e sem interferência nos seus assuntos internos.

Muito obrigado.





---

**O SR. EDGAR MOURY** (Bloco/PMDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Bonito, no agreste de Pernambuco, está completando mais um aniversário no dia 20 deste mês de maio e, desta tribuna, quero prestar homenagem aos bonitenses por essa data marcante.

O município está localizado numa área abrangida pelo Quilombo dos Palmares, o mais emblemático foco de resistência dos africanos à escravidão. A região onde fica a cidade era coberta de florestas e nela também havia muitos riachos. Reza a lenda que caçadores que percorriam a região foram os responsáveis pelo nome de Bonito, que continua a oferecer muitos atrativos naturais para os visitantes, interessados em percorrer trilhas e desfrutar das cachoeiras.

Conjunto dessas cachoeiras foi escolhido, há 2 anos, como uma das 7 maravilhas de Pernambuco. São 8 quedas d'água que variam de 2 a 30 metros de altura, formadas pelas águas do Rio Verdinho e do Riacho Águas Vermelhas, compondo uma das mais belas paisagens do Estado.

A seleção de atrações de Pernambuco tem o objetivo de estimular o turismo e a adoção de medidas de preservação de cada uma delas. O turismo, aliás, é um dos destaques de Bonito. Pelas peculiaridades ganhas da natureza, a cidade recebe muitos adeptos do ecoturismo e esportes radicais.

Bonito também abriga uma comunidade histórica, a da Colônia do Rio Bonito, formada há mais de 50 anos por imigrantes japoneses que trouxeram para a cidade inovações na agricultura. Vencendo todas as dificuldades, os nipônicos adaptaram-se e se integraram à comunidade nativa.

Tenho o privilégio de manter relações pessoais e políticas com Bonito. Em Brasília, na Câmara dos Deputados, procuro exercer com trabalho e dedicação o



mandato para o qual fui eleito com o apoio, inclusive, do povo dessa cidade.

Aos bonitenses, portanto, os meus parabéns pelo aniversário da sua cidade, da qual merecidamente se orgulham.



---

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PTdoB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, é alarmante a diferença entre as taxas cobradas pelas operadoras de telefonia para ligações interurbanas. Pasmem: a diferença passa de 7.000%. Para se ter uma ideia ainda mais concreta dessa disparidade nas chamadas de DDD, em São Paulo, numa distância de 50 quilômetros, uma ligação pode custar R\$0,18 numa operadora e R\$13,32 em outra. Mais um exemplo: em Minas Gerais, fazer um interurbano de 10 minutos pode representar um gasto de R\$0,38 ou de até R\$13,31.

O panorama desta realidade foi obtido através de pesquisa feita pela Proteste — Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, que conferiu 360 planos de 8 operadoras em todos os Estados brasileiros. Algumas oferecem pacotes especiais para ligações de longa distância, mas é preciso estar atento.

É claramente perceptível que o consumidor pode ser literalmente “assaltado” se não mudar hábitos, se não adquirir a cultura de pesquisar preços. Nesse processo, em que conta mais para algumas empresas cobrar abusivamente do cidadão do que garantir a fidelidade do cliente, é fundamental que o consumidor abandone a comodidade de ligar através da operadora com que já está acostumado ou a que está condicionado e parta para uma atitude consciente e coerente. E isso passa pelo processo de uma boa busca e de paciência para encontrar uma tarifa adequada.

É preciso que o cliente analise se vai ligar do fixo ou do celular, quanto custa a ligação no horário que pretende telefonar e que operadora cobra menos para aquela região específica. Vale destacar que o *site* da Agência Nacional de



---

Telecomunicações dispõe dos valores cobrados por minuto de ligação. Sem contar que, entre as 21h e as 7h da manhã, as tarifas de todas as operadoras são mais baratas.

Pagar mais sem necessidade, utilizando empresas que “não estão nem aí” para os clientes e que visam somente ao lucro astronômico não é inteligente nem mesmo para quem está com dinheiro sobrando. Vale a pena repassar a sábia definição de um autor desconhecido: *“Ser consumidor é muito mais que apenas comprar, tem que opinar sobre o produto e fazer um consumo consciente”*.

Muito obrigado.



**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar nesta Casa a morte, em Salvador, no último dia 12 de maio, da Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia, Maria Theresa Pacheco, a primeira mulher a atuar como médica legista na Bahia, e que também foi diretora do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.

Natural de Alagoas, mudou-se para Salvador em 1940, quando teve que prestar vestibular para Medicina. Teve atuação destacada na capital baiana em sua área de atuação, tornando-se referência para várias gerações. A Doutora Maria Thereza foi também a primeira mulher docente no mundo na disciplina Medicina Legal.

Nossas condolências, portanto, aos seus familiares à Universidade Federal da Bahia, onde ela atuou durante décadas.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado, dia 8, a cidade de Piracicaba prestou uma justa homenagem ao nosso querido e inesquecível Deputado João Herrmann, dando o seu nome ao Parque da Rua do Porto, um dos espaços públicos mais visitados da cidade. Estive presente ao ato, ao lado de Jussara e dos seus filhos, e foi um sábado de muitas emoções. Além dos familiares, compareceram ao evento o Prefeito Barjas Negri, que também foi o seu Secretário de Educação, o Presidente da Câmara Municipal José Aparecido, Vereadores, secretários municipais, empresários e admiradores do homenageado.

O parque ocupa uma área verde de 20 mil metros quadrados, com lago, pistas para exercícios físicos, parques infantis, um teatro de arena. No local são realizados campeonatos de pesca, balonismo, canoagem, *triathlon* e *shows*



artísticos. Diariamente são oferecidas aulas diversas de educação física. À sua frente, grande parte da extensão do Calçadão da Rua do Porto com seus restaurantes típicos, o Casarão do Turismo, os bares, a Casa do Artesão e outros. O local é área de preservação histórica. Com essa homenagem o nome de João Herrmann fica eternizado na cidade para a qual ele sempre contribuiu.

João Herrmann foi Prefeito de Piracicaba de 1977 a 1982 — em sua gestão acolheu o 1º Congresso da UNE, após sua reconstrução em Salvador. Criou 6 parques ecológicos, assumiu a liderança do Movimento em Defesa do Rio Piracicaba. Inovou na educação, incorporando as creches municipais à rede de educação local, política que só recentemente virou realidade em todo o País. Também lançou o orçamento participativo como metodologia de gestão, caminhou lado a lado com os movimentos sociais de sua cidade.

Como Deputado, João Herrmann participou de todas as importantes lutas no sentido da redemocratização do País, destacadamente a luta pela anistia, a abertura pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como representante dos Prefeitos de São Paulo; 1º Encontro Paulista de Sindicatos em Piracicaba, em 1979; organização dos comitês brasileiros de anistia; Frente Laerte Mendes de Prefeitos da Oposição; 1º Encontro Nacional de Prefeitos do PMDB, pela Constituinte Soberana, Diretas Já; e foi um destacado Deputado Constituinte.

Portanto, Sr. Presidente, a cidade de Piracicaba fez justiça a uma personalidade que se destacou na vida política em todos os cargos que exerceu.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, 18 de maio, em todo o País,



ocorreram atividades que marcam o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, um tema que merece a atenção de todos nós. No ano passado foram denunciados 15.345 casos de violência sexual contra meninos e meninas. De acordo com dados do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos — SEDH da Presidência da República, em 2009 houve 9.638 registros de abuso sexual; 5.415 de exploração sexual; 229 de pornografia; e 63 de tráfico de crianças. E só nos 4 primeiros meses de 2010, já foram contabilizadas cerca de 4 mil ocorrências de violência sexual.

Apesar de alarmantes, os números oficiais ainda assim não expressam a realidade que é mais dramática. Segundo o UNICEF, a cada caso registrado de violência sexual existem outros 20 não sem notificação às autoridades e até mesmo, infelizmente, nem são percebidos por pais e familiares.

A campanha deste ano produzida pelo CEDECA/BA, que é dirigida pelo nosso companheiro Waldemar Oliveira, a quem parablenzo pela maneira como tem-se dedicado a essa causa, foi adotada pelo Governo Federal, e tem o *slogan* *Esquecer é permitir. Lembrar é combater*, uma alerta que deve servir de lema para todos nós.

A data reafirma a importância de se denunciar e responsabilizar os autores de violência sexual contra a população infanto-juvenil. Mas não basta denunciar, é preciso acompanhar e cobrar das autoridades para que esses crimes sejam punidos com o rigor que cada caso requer. É preciso também que as crianças e os adolescentes sejam acolhidas, periciadas e tratadas de forma adequada para que tenham condições de uma recuperação integral e retornem de forma sadia ao convívio social. Para isso precisamos criar as condições necessárias.



---

Quero aproveitar essa data de reflexão a respeito desse tema de extrema gravidade para convocar toda a sociedade civil organizada, as famílias, as escolas, órgãos governamentais e não governamentais para unirmos esforços no sentido de banir de nossa sociedade essa triste realidade. Nossas crianças precisam de proteção porque os esquemas de exploração são inúmeros e muitas vezes ocorrem dentro das próprias famílias. *Esquecer é permitir. Lembrar é combater.* Vamos, portanto, combater esse mal.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigada.





---

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que amanhã, 19 de maio, a cidade de Potim, no nosso Estado de São Paulo, comemora 19 de anos de emancipação político-administrativa.

O Município de Potim, situado a 2 quilômetros do centro de Aparecida e separado dessa cidade apenas pelas águas do Rio Paraíba do Sul, pertencia ao vizinho Município de Guaratinguetá, distante cerca de 11 quilômetros. Devido à maior proximidade com a cidade de Aparecida do que com o município sede, os habitantes desse agradável recanto estão muito ligados a Aparecida, por razões históricas, econômicas, religiosas e culturais, constituindo-se, aliás, numa extensão urbana de Aparecida.

Potim tem à frente de seu Executivo o Prefeito Benito Carlos Thomaz, que abraça a missão de administrar o município dentro dos princípios da moralidade, legalidade e imparcialidade, implantando mudanças e políticas públicas de interesse da população e oferecendo um atendimento de qualidade em todos os setores a todo e qualquer munícipe, sem distinção.

Nossos cumprimentos também ao Legislativo municipal, na pessoa do Presidente daquela Casa, o Vereador Claudinei Ricardo da Paixão, extensivos a seus pares.

No mês de aniversário de Potim, a Secretaria de Promoção Social realizou, no dia 4 de maio, uma festa para comemorar o Dia das Mães em homenagem às integrantes do Projeto Renda Cidadã.

Ainda em comemoração de seu aniversário, vários eventos serão realizados na Praça Francisco de Assis Galvão, como a grandiosa e tradicional Festa do Peão,



com rodeio profissional, bingo, barracas de comes e bebes, *shows* e parque de diversão.

Parabéns, Potim, pelo seu 19º aniversário!

Parabéns, potienses, pelos 19 anos de emancipação político-administrativa!



---

**O SR. ROGERIO LISBOA** (DEM-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que hoje, 19 de maio, comemora-se o Dia Nacional do Defensor Público. Parabenizo todos os defensores do nosso País, em especial o Dr. André Luís Machado de Castro, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Registro ainda que sou autor da Lei nº 11.965, de 2009, que beneficia todos esses profissionais, dispensando suas presenças na lavratura de inúmeros atos notariais.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



**O SR. EDMILSON VALENTIM** (Bloco/PCdoB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como fiz em outras oportunidades, venho parabenizar os profissionais da Defensoria Pública da União, do Estado do Rio de Janeiro e das demais Unidades da Federação, pelo transcurso do seu dia, comemorado hoje, 19 de maio. Esses profissionais lutam cotidianamente, enfrentando uma série de dificuldades, para proporcionar assistência jurídica e gratuita aos cidadãos mais necessitados.

Para entender um pouco o papel desempenhado pela Defensoria Pública, resgato aqui um pouco da sua história.

A mais antiga Defensoria Pública do País é a do Rio de Janeiro, instalada em 1954. Com inspiração nesse modelo, na Constituinte foi garantida a atuação da Defensoria Pública, tanto no âmbito federal como no estadual, seguindo a estrutura da divisão da Justiça, que reflete o modelo federativo adotado pelo País.

A Carta Magna confere à instituição a missão de garantir aos cidadãos carentes a efetivação dos direitos e liberdades fundamentais, primordiais para a democracia, para a igualdade e para a construção de uma sociedade mais justa.

A Defensoria Pública foi regulamentada, 6 anos após promulgada a Constituição, pela Lei Nacional da Defensoria Pública, que definiu as normas gerais para a sua organização e determinou o prazo de 180 dias para a criação da instituição em todos os Estados da Federação.

Mesmo tendo estabelecido esse prazo, até hoje 2 Estados ainda não possuem Defensoria Pública; são eles Santa Catarina e Goiás.

No Governo Lula mais avanços ocorreram para consolidar e aprimorar a atuação da Defensoria Pública, com a alteração da Lei Orgânica Nacional, que



concedeu autonomia administrativa e financeira para a Defensoria Pública. Esses avanços foram viabilizados pelo intenso debate que ocorreu no Congresso Nacional nas Comissões e no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, culminando na sanção presidencial da Lei Complementar nº 132/2009.

Lembro aqui que a autonomia financeira e administrativa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro foi fruto de emenda que apresentei quando era Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro — ALERJ.

Hoje, Sr. Presidente, estamos na iminência da aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em caráter conclusivo, do Projeto de Lei nº 1.090/2007, de minha autoria, que permite a atuação dos Defensores Públicos dentro dos estabelecimentos prisionais. Cabe esclarecer que essa aprovação constituiu a última etapa da tramitação do PL no Congresso Nacional, faltando somente sua sanção presidencial.

Esse projeto de lei visa aperfeiçoar a Lei de Execução Penal, conferindo explicitamente à Defensoria Pública o papel de órgão provedor da garantia do princípio constitucional de acesso à Justiça, no âmbito da execução da pena. Desse modo, o Estado brasileiro contribuirá para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos presos, internados, egressos e familiares sem recursos financeiros para constituir advogado.

Após esse breve histórico, apresento aos meus pares dados importantes, que dimensionam a atuação da Defensoria Pública. As informações constam do III Diagnóstico da Defensoria Pública, que analisa a atuação da instituição nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Somente em 2008, em todo o Brasil foram efetuados mais de 10 milhões de



atendimentos pela Defensoria Pública que atua nas Unidades da Federação. No Rio de Janeiro, o total de atendimentos efetuados ultrapassou 5 milhões. Os 720 defensores públicos do Estado efetuaram mais de 6 milhões atendimentos, em média. Porém, mesmo com números positivos, essa produtividade é muito desigual entre os entes da Federação. Os melhores índices de produtividade estão no Rio de Janeiro e em Roraima, enquanto Paraíba e Pará possuem os piores.

Nesses dados também é considerada, concretamente, a resolução de conflitos sem necessidade de ajuizamento de processo. Nesse caso, o número de acordos extrajudiciais na área civil em todo o País, em 2008, foi de quase 150 mil.

Outro dado relevante do diagnóstico é a crescente participação dos defensores nas audiências públicas, em atos voltados para a instrução. No ano de 2006, cada defensor público participou em média de 180 audiências. Essa média em 2008 foi de 215 audiências.

Entretanto, mesmo com esses dados animadores, é preciso aumentar o número de defensores públicos para suprir a necessidade dos Estados e da União. O déficit atual é de mais 7 mil defensores públicos. Somente a Defensoria Pública da União precisa de mais 1.280 defensores para suprir as demandas. No Rio de Janeiro esse déficit é de 900 defensores.

Outro aspecto importante sobre o qual devemos debruçar-nos é a necessária valorização desses profissionais. No diagnóstico é apontado que alguns profissionais almejam outras carreiras em decorrência de falta de estrutura de trabalho, salários baixos e falta de prestígio da carreira.

Para aprimorar e modernizar a atuação da Defensoria Pública, os próprios defensores apresentam sugestões, entre as quais destaco: o estabelecimento de



critérios únicos para a aprovação do orçamento e a busca de meios alternativos para captação de recursos para o desempenho das atividades da Defensoria Pública; a avaliação e o acompanhamento da qualidade dos serviços prestados; estudo técnico para analisar as demandas de atendimento pleno à população, para suprir com quadro de pessoal as demandas; e a análise das metodologias utilizadas para contato com o público, que na maioria das vezes acontece por meio da Internet, mas a população carente tem menos acesso à rede.

Para finalizar, lembro que as comemorações nesse 19 de maio serão marcadas pela defesa do direito à moradia adequada, com ações de orientação de questões de locação, contratos de financiamento para regularização da casa própria e regularização fundiária. A campanha, que está sendo organizada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, pelo Conselho de Defensores Públicos Gerais e pela Associação de Defensores Públicos Gerais dos Estados e do Distrito Federal, intitula-se “Cidadania Começa em Casa: Defensores Públicos pelo Direito à Moradia”.

Era o que eu queria registrar. Muito obrigado.



**O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA** (Bloco/PMDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é triste para um baiano como eu ver a Bahia caminhando para trás, perdendo aos poucos a condição de Estado mais importante do Nordeste, perdendo seguidamente investimentos de médio e grande porte para Estados como Ceará e Pernambuco.

Ainda nesta semana, li nos jornais que foram iniciadas as obras de construção da fábrica de vacinas da Novartis, na cidade pernambucana de Goiana. Trata-se de um investimento da ordem de 400 milhões de dólares, que vai criar mais de 120 empregos diretos, que esteve para ir para a Bahia em 2007 e que o nosso Estado perdeu para Pernambuco, assim como perdeu inúmeros outros investimentos ao longo destes 3 anos do Governo Jaques Wagner.

Isso decorre, entre outros aspectos, da falta de projetos por parte do Governo e, principalmente, da falta de vontade política, de disposição, de articulação para buscar os recursos necessários ao desenvolvimento do Estado. No mais das vezes, o dinheiro existe, os recursos existem, mas o que falta é projeto, é iniciativa, é disposição para ir buscar esses recursos e transformá-los em benefícios para os baianos.

Esse desprestígio crescente da Bahia traduz-se também em outra ordem de fatos. Também nesta semana, chegou ao conhecimento dos baianos que a Bahia só será contemplada com pouco mais de 20 quilômetros da duplicação da BR-101 Sul, de acordo com o projeto de concessão do Ministério dos Transportes.

Para que as Sras. e os Srs. Deputados façam uma ideia, o trecho da BR-101 Sul que será duplicado deveria ir da divisa entre os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro até o entroncamento com a BR-324, em Feira de Santana. No





---

entanto, mais uma vez a Bahia foi preterida, e a estrada, após entrar em território baiano, só será duplicada até o acesso à cidade de Mucuri — ou seja, um trecho de pouco mais de 20 quilômetros. O que pode explicar isso, se não a falta de uma defesa adequada dos interesses baianos?

A Bahia, Sr. Presidente, pelo seu tamanho, pela sua posição geográfica, pelas suas imensas riquezas, sempre teve protagonismo no Nordeste. Isso vem mudando nos últimos anos, particularmente desde 2007, com uma significativa perda de dinamismo nos diversos setores da sua economia. Isso não pode continuar. E, no que depender de mim, não continuará. Vamos prosseguir trabalhando para recuperar esse espaço perdido e fazer a Bahia voltar a ocupar a posição que lhe é de direito no cenário nacional.

Muito obrigado.



---

**O SR. ANTONIO BULHÕES** (Bloco/PRB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, afirma-se, com razão, o caráter imprescindível e inadiável da reforma tributária no Brasil, tendo em vista a necessidade de se diminuir a carga tributária, reduzir o número de tributos, descentralizar e simplificar a atividade fiscal, estimular o setor produtivo, combater a sonegação, promover a justiça fiscal, adotar padrões internacionais de tributação, eliminar a guerra fiscal, desonerar a folha de salários, entre outros objetivos igualmente importantes.

Trata-se de solucionar os graves problemas tributários brasileiros, sem que se dê causa, no entanto, a novas preocupações e dificuldades.

Importa, pois, como sempre, tomar certos cuidados, considerar as possíveis consequências das medidas adotadas, superar, inclusive, os eventuais conflitos entre as regiões, as entidades federativas e os setores produtivos.

Assim, ainda que eu seja favorável a uma reforma tributária para diminuir a quantidade exorbitante de tributos, espero, principalmente, que a área da seguridade social não seja, em nada, em nenhuma hipótese, prejudicada com a diminuição de recursos.

São esses recursos públicos essenciais para a proteção social, abrangendo o Sistema Único de Saúde (SUS), a Previdência Social, a Assistência Social e o Seguro Desemprego, de modo que a opinião pública também precisa estar bastante atenta à tramitação da PEC 233/08.

Realmente, não se pode permitir que a Reforma Tributária acarrete o desmonte das bases de financiamento das políticas sociais consignadas na Constituição de 1988 e prejudique, por conseguinte, o atendimento às necessidades



da população.

Persistem, não sem justificativa, as preocupações diante da possibilidade de a reforma tributária alterar a concepção social do Estado brasileiro inscrita na Constituição atual, que ampara explicitamente os direitos sociais básicos como “direito do povo e dever do Estado” e define previamente a respectiva fonte de recursos. Conforme a proposta de reforma apresentada pelo Governo, os recursos para atender às políticas sociais de saúde, assistência social, previdência, trabalho e educação passariam, no entanto, a depender do Orçamento Fiscal.

A rigor, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não se sabe se as compensações sugeridas e/ou prometidas até o momento serão suficientes para cobrir as perdas decorrentes da reforma tributária, reduções de recursos como a que se refere à desoneração da contribuição patronal sobre a folha de pagamento.

As políticas sociais devem, sim, contar com fontes de recursos exclusivas, conforme previu o legislador constituinte, conforme a condição especial que requer a proteção social, e que a Constituição expressamente lhe confere, com o propósito de que a questão não seja submetida a tantas circunstâncias imprecisas, ânimos cambiantes e incertezas.

Que a reforma tributária cumpra, então, os objetivos a que se destina, a que se propõe, combinada com garantias específicas capazes de assegurar a manutenção do orçamento da Seguridade Social.

Reafirmo, por fim, o compromisso de apoio e a solidariedade a diversas entidades e movimentos sociais empenhados em preservar os legítimos interesses do povo brasileiro e impedir que seja aviltada ou inviabilizada a função social do Estado.



Pela contínua valorização da seguridade social! Pela garantia das condições e recursos essenciais ao desempenho de seu relevante papel em prol do bem-estar e da justiça!

Muito obrigado.



**O SR. MARCOS MONTES** (DEM-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei projeto de lei no qual proponho a concessão de auxílio financeiro às mulheres vítimas dos crimes previsto na Lei Maria da Penha. É notório que a dependência econômica sufoca e sucumbi às mulheres vítimas de violência doméstica. Nos aspectos penais a Lei Maria da Penha trouxe avanços e mecanismos inovadores e eficientes para coibir a violência doméstica contra as mulheres. Porém, do ponto de vista social ficou a desejar. Tal fato tem exposto milhares de famílias a viverem sob a escuridão do medo e a não denunciar os abusos sofridos no seio do lar por questões culturais, emocionais e principalmente econômicas.

Essa é uma medida que não trará prejuízos orçamentários, assim como não será um instrumento do denunciismo. Essa medida ficará a critério do juiz que analisará caso a caso. Tal discricionariedade levará em conta os aspectos em que a ofendida dependa ou não economicamente de seu companheiro, agressor. Caracterizado essa dependência, o juiz poderá conceder esse auxílio, considerando todos os aspectos sociais da vítima.

Essa proposta amplia as medidas protetivas, consolida as denúncias, aumenta a efetividade e segurança das demais ações de proteção. Essa é uma proposta a qual encoraja e protege as vítimas, além de propiciar maior qualidade de vida no período em que estiverem sob os cuidados do Estado em instituições oficiais ou comunitária de proteção e atendimento.

A violência doméstica tem causado traumas irreparáveis no seio familiar de nossa sociedade. Mulheres são torturadas e humilhadas cotidianamente por seus companheiros. A consequência disso, além dos traumas físicos, os problemas de



---

ordem emocional, que também contaminam os filhos, é imensurável. Portanto, quanto mais instrumentos forem disponibilizados às autoridades e às vítimas desses abusos, mais combativos estarão contra tais covardias.

Muito obrigado.



**O SR. DILCEU SPERAFICO** (PP-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna lembrar a saudade e querência dos encantos da cultura gaúcha. A apresentação de Luiz Marengo, um dos mais renomados compositores e cantores da música gaúcha, no Teatro Municipal de Toledo, representa o coroamento de extensa e bonita trajetória cultural do oeste do Paraná.

A primeira visita do músico gaúcho, com 18 CDs e 2 DVDs lançados e consagração em diversos Estados e países, enaltece uma série de eventos importantes de nossa cultura popular. Entre eles, os mais de 60 anos de culto às tradições gaúchas, os 45 anos do primeiro centro de tradições gaúchas de Toledo, os 20 anos da carreira artística do visitante ilustre e os 10 anos do programa Pampa na Garupa, do engenheiro Ernani Magnabosco, hoje o mais autêntico difusor do movimento nativista do rádio local e regional.

Há boas razões, portanto, para prestigiar um dos espetáculos nativistas mais requisitados do Sul do País, com o canto de um artista efetivamente ligado à terra, aos valores, hábitos e costumes de nosso povo.

A apresentação de sábado, 22 de maio de 2010, será momento especial para recordar a odisséia dos colonizadores que, em sua maioria, renunciaram à querência amada, parentes e amigos e história familiar para construir uma nova vida, uma nova cidade e um novo futuro no então distante, desconhecido e selvagem oeste do Paraná. Na bagagem, além de utensílios domésticos, sementes, banha de porco, leitões, galinhas e vaca de leite, trouxeram esperança e saudade do pago, que cultuariam pelo resto de suas vidas na música, na poesia, na vestimenta e no sotaque do Rio Grande do Sul.



Preservaram essa ligação afetiva com a terra onde deixaram enterrados seus umbigos através do rádio, ouvindo diariamente notícias, cantos e versos gaúchos, que lhes davam forças para enfrentar e superar a saudade e o sentimento de abandono.

Nos primeiros anos da colonização cultuavam as tradições dos antepassados nas lembranças da infância e no assovio das canções gaúchas, enquanto abriam clareiras na mata, enfrentando, ao mesmo tempo, o medo de onças e cobras, ataques de borrachudos e carrapatos e a solidão da floresta intocada.

Depois de cultivada a terra e construído o primeiro rancho na nova terra, finalmente sobrou tempo para ações práticas de resgate e culto das tradições do Rio Grande do Sul.

Foi quando, em 20 de dezembro de 1965, tradicionalistas toledanos criaram o Centro de Tradições Gaúchas Três Fronteiras, como refúgio da cultura da querência idolatrada, em terras tão férteis, inclusive para a arte do pago.

Uma década depois, em 5 de setembro de 1975, era criado o Centro de Tradições Gaúchas Querência das Tradições, que chegou a reunir 315 associados.

Em 10 de outubro de 1983, nascia o Centro de Tradições Rancho da Amizade. Finalmente, em 22 de fevereiro de 1995, foi constituído o Centro de Tradições Gaúchas Chama Crioula, reunindo peões e prendas das duas entidades anteriores.

Depois disso vieram invernadas artísticas e campeiras que conquistaram prêmios regionais, estaduais e nacionais, festivais artísticos, fandangos, rodeios e competições de tiros de laço na pista e dependências do Centro de Eventos Ismael Sperafico, com participação de delegações de diversos Estados.





Temos, portanto, o mérito da preservação e valorização da história e cultura dos heróis de nossa colonização, que nos legaram, entre outros ensinamentos valiosos, o amor à pátria e o respeito profundo às raízes de nossa gente.



**A SRA. RITA CAMATA** (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma marcha de Prefeitos chega à Capital Federal, reiterando e reforçando a legítima e urgente pauta de reivindicações que tem movimentado o encontro que reúne cerca de 3 mil autoridades municipais. Em sua 13ª edição, a iniciativa vem debatendo as questões associadas à autonomia municipal e sua efetivação no pacto federativo brasileiro e as tão justas e esperadas ações de solidariedade entre os 3 níveis de governo nas dimensões política, econômica e social, visando ao provimento eficaz e efetivo de políticas públicas à população.

Como Parlamentar municipalista, assumidamente comprometida tanto com a formulação de políticas públicas voltadas ao crescimento e progresso social dos municípios quanto com a gestão e o financiamento dos recursos que sustentam essas economias, venho a esta tribuna manifestar minha preocupação com a grave crise que vem empobrecendo progressivamente os municípios capixabas e brasileiros.

Na pauta de reivindicações apresentada pelos Prefeitos, destaca-se uma luta que já soma 10 anos, e na qual, como integrante da Frente Parlamentar da Saúde, venho me empenhando para sua efetivação: a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000 — a maior bandeira dos movimentos associados à saúde pública em torno do problema crônico do subfinanciamento do setor, que define claramente o que são ações e serviços de saúde, obrigando, desse modo, o gestor a cumprir o mínimo estipulado apenas nesses investimentos.

Outra solicitação que se mostra justa e providencial diz respeito a uma emenda constitucional que evite que as desonerações federais e estaduais e os



incentivos fiscais causem desequilíbrio financeiro aos municípios que registraram perdas. Como exemplo, temos recente medida do Governo Federal que impactou negativamente as economias municipais: a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI em 2009, que repercutiu diretamente no Fundo de Participação dos Municípios — FPM.

Nesse sentido, destaco projeto de resolução de minha autoria e do Deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas, estabelecendo que as Comissões da Câmara, ao analisar proposições que resultem em impacto orçamentário para Estados, Distrito Federal e Municípios, recebam desses representantes a previsão da referida repercussão financeira. Nosso objetivo é garantir investimentos com o devido planejamento, preservando, assim, as finanças de Estados e Municípios.

Constam ainda no leque de solicitações outros pontos que merecem um debate mais aprofundado, como a distribuição de *royalties* decorrentes da exploração de petróleo na camada de pré-sal de forma igualitária entre Estados e Municípios. Tal questão requer cuidado, pois a própria Constituição assegura que os Estados e Municípios produtores contem com as devidas indenizações, já que a extração pressupõe investimentos por parte dos Governos locais, além dos impactos no meio ambiente. Mesmo reconhecendo — e reafirmando o desejo de que tenhamos uma Federação justa, com possibilidades melhores e maiores para todos os entes — não se pode omitir tais prejuízos legados.

Estão sendo reivindicados também o fim das emendas parlamentares individuais, além da extinção do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que consome 15 vezes mais que os recursos destinados por Deputados e Senadores.

Na minha opinião, senhoras e senhores, a revisão do pacto federativo



constitui o ponto de partida para se alcançar uma distribuição mais justa e equânime de recursos, já que a União concentra mais de 60% do bolo tributário nacional, a partir de mecanismos de transferências de recursos diretos e não por meio de fundos, o que amplia e acentua a desigualdade na partição das verbas.

A política deliberada de contingenciamento das verbas dos municípios, somada à injustiça tributária praticada em nosso País, tem afetado justamente a população mais significativa e desassistida do País. A engrenagem é implacável, perversa, pois crise pressupõe mais desemprego, menos acesso aos bens essenciais e, conseqüentemente, hospitais e serviços de assistência social necessariamente exigidos — estruturas que também se fazem falhas com a diminuição sistemática de receitas.

Pacto federativo pressupõe tratamento igualitário. Deve estar assentado em uma ação equilibrada e solidária entre os Governos e não ancorado no poder de barganha. Em respeito a esse princípio, agentes públicos e legisladores têm a obrigação de reverter essa situação de asfixia financeira e de vulnerabilidade em equipamentos públicos essenciais à rede de proteção à qualidade de vida, bem-estar e dignidade de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



**O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi convite para participar do XVIII Congresso Brasileiro de Apicultura e do IV Congresso de Meliponicultura, que acontecerão em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, entre os dias 19 a 22 de maio do corrente ano.

Na oportunidade, gostaria de parabenizar a Federação Mato-grossense de Apicultura — FEAPISMAT, a Confederação Brasileira de Apicultura — CBA e o SEBRAE por mais essa brilhante iniciativa do segmento, que permite aos produtores agregarem foco na produção, na comercialização, no mercado, na tecnologia e no meio ambiente.

Nesses eventos serão discutidos temas da maior importância para toda a cadeia nacional de apicultura e meliponicultura, que envolve cerca de 350 mil pessoas, a maioria pequenos produtores, e permanece em nossa geração como uma atividade importantíssima, que gera renda e ocupação social, contribuindo para a fixação do homem no campo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, de 2005 a 2007 a produção nacional de mel cresceu 7,2%, superando as 34 mil toneladas; somente a Região Sul concentrou 45% de toda a produção, com cerca de 300 associações, 42 cooperativas e mais de 13 mil produtores.

Sabemos ainda que o clima em nosso País favorece a ambientação de uma grande variedade de espécies de abelhas, como a *Apis mellifera* e a meliponínea, propulsora da cadeia, fazendo do Brasil o 5º maior produtor mundial de mel.

Em nossa produção de mel abarcamos 2 grandes diferenciais mundiais: a boa qualidade e a isenção do antibiótico no mel, razão pela qual nosso produto pode ser



---

misturado aos procedentes da China e da Argentina, inserindo-se assim dentro dos limites especificados pela União Europeia.

Por fim, lembro aos presentes que o tema principal em debate nos eventos é *Abelhas: Polinizadoras do Desenvolvimento Sustentável*, e lanço um desafio: a partir desta data, sejamos como a pequena abelha que leva o desenvolvimento sustentável para nosso País.

Por motivos alheios à minha vontade, não poderei estar presente para o debate, mas coloco-me à disposição do setor para ser um colaborador dos apicultores de todo País.

Muito obrigado.



---

**O SR. EUGÊNIO RABELO** (PP-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna fazer veemente apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Wagner Rossi, no sentido da concessão, ao Estado do Ceará, de subvenção econômica, sob forma de equalização de preços, na venda em balcão de milho e soja em grãos, para suprir a demanda emergencial de produtores rurais, ao preço mínimo vigente nas regiões produtoras.

Essa providência faz-se imperiosa, pois já se configura, no Estado, a perspectiva de prolongado período de ausência de chuvas, o que deixará os produtores rurais, notadamente os pecuaristas, sem condição de alimentarem seus rebanhos pela carência absoluta de forragens geradas no período de inverno.

A propósito, ressalto que solução idêntica já foi adotada para os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Portanto, precisaria apenas fazer uma adaptação nos critérios de venda já estabelecidos pela CONAB no Estado do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. LUIZ CARREIRA** (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algum tempo tramita nesta casa o Projeto de Lei nº 5.586, de 2009, que propõe instituir-se uma certificação, um título que comprove que o produtor rural obteve efetivamente Redução de Emissões, do Desmatamento e da Degradação — REDD e pode ser recompensado por isso. Talvez agora, com a constituição de um grupo de trabalho na Comissão de Meio Ambiente e muito esforço da sociedade organizada, seja possível levar à frente essa ideia.

O conceito, que nasceu na Conferência do Clima de Kyoto e ganhou força na COP-15, em Copenhague, no ano passado, é o reconhecimento de que é preciso criar incentivos significativos para remunerar os países detentores de florestas pelos valiosos serviços prestados ao mundo.

Na verdade, o Global Canopy Programme, na publicação *Pequeno Livro de REDD*, revela que as florestas tropicais cobrem cerca de 15% da terra firme do planeta, contendo 25% de todo o carbono existente na biosfera terrestre; entretanto, vêm sendo rapidamente degradadas e desmatadas, o que provoca elevadas emissões de dióxido de carbono, com efeitos fortemente nocivos, em termos de aquecimento global. E uma forma de se combater essa situação, Sr. Presidente, é estabelecer um mecanismo que remunere a conservação do meio ambiente; daí a ideia de REDD.

A certificação de REDD será criada para a compensação financeira dos proprietários de matas naturais que se prontifiquem a proteger as florestas por um determinado número de anos, sendo pagos por isso durante esse período. Com a certificação de REDD, serão remunerados pelas emissões evitadas de carbono, ou





por meio da doação de recursos, ou pela geração de créditos de carbono negociados em mercado. Essa certificação tem de ser confiável. As florestas nos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo — MDL são projetos temporários e com riscos; por isso, é preciso construir uma estrutura diferente.

Para dar celeridade sem perder objetividade e transparência, Sr. Presidente, é que foi criado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável um grupo de trabalho, o GT REDD, do qual fui indicado como coordenador, para, em conjunto com a Relatora do projeto de lei em estudo, a competentíssima Deputada Rebecca Garcia, e auxiliado por diversas entidades da sociedade civil, o Ministério do Meio Ambiente e órgãos ambientais estaduais, apresentar até o início de junho um substitutivo para ser apreciado pela Comissão.

Existem muitos pontos a serem discutidos e definidos, e estamos ouvindo sugestões de todos os setores da sociedade, com vistas a construir uma proposta possível de ser apreciada e aprovada nesta Casa. Entre outras coisas, estudaremos se haverá ou não uma limitação da possibilidade de negociação dos certificados de REDD a um percentual — 10% — dos compromissos de redução dos países Anexo I; se trataremos apenas de REDD ou também de atividades de conservação, manejo florestal sustentável e de aumento do estoque, o chamado REDD *Plus*; se os projetos envolverão pagamentos com financiamento público ou por fundos e doações privadas; a questão da inclusão de todos os biomas; e se a situação dos registros fundiários atende às especificidades necessárias.

Como pode ser observado, o processo de REDD promete abrir muitas portas para o desenvolvimento sustentável, mas ainda existem desafios a serem enfrentados. Ainda é preciso conversar melhor com o Governo, que vinha



posicionando-se contra o desmatamento evitado e contra a criação de um mercado, temendo riscos à soberania nacional para o caso do estabelecimento de um mercado internacional. Porém, é inegável que REDD pode vir a ser uma alternativa rentável para reduzir o desmatamento. Pode tornar-se uma versão do “mercado justo” em MDL, que negocia qualquer tipo de sequestro de carbono, por exemplo, por monocultura, como a de eucalipto.

Diferentemente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, REDD envolve evitar queimadas e, ao manter as florestas, assegurar os serviços ambientais que elas oferecem. Representa, assim, um investimento do bem, ao proteger de maneira integral o patrimônio natural da Terra, permitindo inclusive que o setor de agronegócios una seus esforços com os do setor ambiental, em prol de um Brasil melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de registrar também que começou hoje, em Brasília, a 13ª Marcha dos Prefeitos. Cerca de 4 mil Prefeitos estarão reunidos por 3 dias para defender temas como a redistribuição dos *royalties* do petróleo de acordo com o Fundo de Participação dos Municípios — FPM e o aumento dos repasses da União para aplicação na área da saúde.

O dia de hoje os prefeitos reservaram para a apresentação das reivindicações dos municípios e dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que são de interesse das Prefeituras. Amanhã terão a oportunidade de sabatar os 3 pré-candidatos à Presidência da República que aparecem à frente nas pesquisas de intenção de voto. Após o encontro com os presidentiáveis, farão contato conosco, oportunidade em que poderemos reunir os Prefeitos com cada bancada estadual. *Royalties* do pré-sal, regulamentação da Emenda Constitucional nº 29/00, mudança



na lei de licitações e aumento do repasse de recursos aos municípios são os temas que deverão dominar os debates.

A marcha encerra-se amanhã, em um encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Obrigado.



---

**O SR. FERNANDO CHUCRE (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Folha de S.Paulo* de hoje publicou uma matéria informando que o barulho entre as estações Pedro II, Brás e Bresser-Moóca será amenizado até o fim do ano por barreira acústica.

A notícia, meus caros, significa, com certeza, um alívio para os ouvidos dos vizinhos das estações, que sofrem demasiadamente com o excesso de ruídos gerados pelo metrô. Para os especialistas, ruídos acima de 85 decibéis já são perigosos para a saúde, imaginem o que eles dizem sobre a exposição constante a ruídos que alcançam mais de 100 decibéis.

Sabemos que o metrô é um eficiente meio de transporte para cidades cada vez mais povoadas. Em São Paulo, por exemplo, onde moradores chegam a levar mais de 1 hora para conseguir sair do bairro, metrôs e trens parecem mesmo a melhor solução. Entretanto, como em tudo na vida, existe o lado bom e o lado ruim. Ao mesmo tempo em que facilita a mobilidade urbana e agiliza o percurso, pode causar grandes danos à saúde.

Os senhores aqui presentes já pararam para pensar quais serão os danos à saúde de pessoas que moram próximas a estações movimentadas, ao longo do tempo? Estresse, dores de cabeça, problemas de audição, distúrbios do sono, problemas cardíacos são alguns dos problemas já identificados. Todos esses problemas afetam diretamente os cofres públicos e a saúde pública.

Por tudo isso, é louvável a iniciativa do Metrô de São Paulo de investir em recursos para tentar minimizar os transtornos causados pelos ruídos do metrô e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos afetados. Que outras cidades brasileiras que sofrem do mesmo problema também sigam o exemplo de São Paulo.

Muito obrigado.



**O SR. CIRO NOGUEIRA** (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dirijo-me mais uma vez à tribuna desta Casa para tecer elogios à Presidência da INFRAERO por adotar novas políticas voltadas para o setor aéreo nacional, com a consequente melhoria e adequação dos aeroportos para melhor servir e atender à população usuária do transporte aéreo.

Nesse contexto, podemos afirmar categoricamente que se inclui nos programas em execução a modernização do Aeroporto de Teresina, com previsão de mais investimentos que contemplem a implantação de módulos operacionais de passageiros, para aumentar a capacidade do terminal e o nível de conforto e de segurança dos passageiros e do público em geral.

Realmente, para melhorar as condições do Aeroporto de Teresina, urge uma tomada de providências pela INFRAERO, que prontamente atendeu às nossas reivindicações no sentido de dar início, até junho deste ano, à liberação de recursos para modernização do terminal de cargas e de passageiros, além de oferecer melhores condições de atendimento às empresas.

Constata-se, dessa forma, a difícil situação em que se encontra o Aeroporto de Teresina. Sua estrutura atual não mais atende à crescente demanda passageiros e de negócios turísticos em desenvolvimento na região.

Nobres colegas, pretendemos com nossos esforços demonstrar que os investimentos a serem feitos no Aeroporto de Teresina são de grande importância para o crescimento econômico e desenvolvimento regional, resultando na incrementação da atividade turística de negócios no Nordeste brasileiro, especialmente no meu Estado do Piauí.

Teresina vem enfrentando sérios problemas de logística. As empresas de



aviação agendam grande parte dos voos para o mesmo horário. Isso faz com que os passageiros fiquem sem opção, causando tumulto e desconforto aos usuários do transporte aéreo que utilizam a estrutura física do aeroporto local.

Mantivemos contato com a empresa INFRAERO, administradora do sistema aeroviário nacional, no intuito de angariar recursos financeiros para agilizar as reformas e ampliações do aeroporto, que, inicialmente, estavam previstas para serem entregues no primeiro semestre do corrente ano, mas, por problemas de ordem técnica, não será possível concluí-las nesse prazo.

Devemos insistir em que, para a eficácia da operacionalização do aeroporto, será necessária a implantação de módulos operacionais de passageiros — MOPs, que ampliarão a capacidade do terminal do aeroporto. Chamados de casas de passageiros, os módulos serão instalados na parte de embarque e desembarque, oferecendo mais conforto aos passageiros e visitantes que frequentam o local.

Projetos de melhorias como essas são fundamentais para dar o mínimo de conforto aos passageiros. Projetos da mesma natureza foram implantados em outras Capitais, como Florianópolis, trazendo maior conforto aos usuários do sistema aéreo nacional.

Destaco desta tribuna a importância da melhoria do aeroporto para a economia da região, principalmente pelos seus reflexos no turismo. Observa-se o crescimento do número de passageiros nos últimos anos, especialmente no Nordeste. E, na Capital piauiense, crescerá também a atividade comercial, nos setores de exportação e importação, junto com a maior visibilidade no plano turístico e o maior conforto para os passageiros e visitantes.

O Aeroporto de Teresina, localizado na região do meio-norte, dista 350



quilômetros da costa. É o único aeroporto das Capitais nordestinas situado fora da área litorânea. Sua localização, do ponto de vista operacional, tem grande importância estratégica, tornando-o um aeroporto de ligação das Capitais nordestinas com o Norte do País. Portanto, pretendemos, com os esforços despendidos, a melhora da infraestrutura turística do Nordeste, já que a Capital do meu Estado apresenta um dos maiores fluxos de passageiros que utilizam o transporte aéreo, e também contribuir para a integração nacional.

Teresina desponta como um dos centros turísticos mais operacionais e lucrativos para empresas aéreas. Com esta luta, pretendemos reforçar o *status* do Estado do Piauí como um dos grandes centros receptores do turismo regional. Cabe assim aos órgãos federais a locação de maiores recursos financeiros para atendimento dessa crescente demanda turística nordestina. Buscamos, enfim, com esses recursos, a total independência e modernização dos nossos aeroportos, não só o da Capital Teresina, como também os de outras cidades do Estado do Piauí que se enquadrem dentro dos parâmetros turísticos.

Era o que tinha a dizer, nobres colegas. Muito obrigado.



**O SR. CARLOS BEZERRA** (Bloco/PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que a maioria dos senhores há de concordar que é um privilégio viver neste tempo em que vivemos. Existem, é claro, problemas que reclamam ainda solução, e problemas inerentes à época atual, mas os progressos da ciência e da técnica nos proporcionam condições de vida bem superiores às que nossos antepassados podiam julgar possíveis. E mais, há não poucas conquistas surgidas em nosso tempo de vida que nós mesmos não imaginávamos possíveis.

Um campo em que isso é claramente visível é o da assistência à saúde. Hoje é possível tratar com sucesso, e não apenas em alguns grandes centros, mas onde quer que haja um serviço razoavelmente bem montado, enfermidades que não muito tempo atrás levavam quase sempre os pacientes à incapacidade ou à morte.

É significativo que ao falarmos em doença mortal nossa mente nos remeta quase inevitavelmente ao câncer. Lembro, a maioria dos senhores lembra que o diagnóstico de câncer correspondia praticamente a uma sentença de morte. Evitava-se até mesmo dizer essa palavra, recorrendo-se a eufemismos. A batalha contra o câncer ainda não foi vencida, mas hoje os meios de prevenção, diagnóstico e tratamento evoluíram a tal ponto que mudaram nosso próprio entendimento da doença.

Isso, evidentemente, tem seu custo. Os modernos tratamentos de doenças neoplásicas devem grande parte de sua efetividade ao diagnóstico precoce, feito com o auxílio de aparelhos sofisticadíssimos, ao apuro técnico e aos numerosos cuidados diretos e indiretos que acompanham a aplicação da quimioterapia e da radioterapia e os procedimentos cirúrgicos. No final, há uma conta alta que precisa





ser paga. Mas estamos falando aqui de vidas humanas.

Quando se pretende implementar uma novidade há sempre 2 grandes desafios. O primeiro é de ordem técnica: como desenvolver aquele novo recurso de modo a poder ser utilizado? Esse desafio costuma ser vencido com investimento em pesquisa e muita persistência. O segundo é de ordem econômica: como tornar o novo recurso acessível ao maior número de pessoas? Aqui são necessários investimentos, mas também trabalho sério e vontade sincera de melhorar a vida das pessoas.

O que me levou a trazer esse tema a esta tribuna hoje foi a leitura de algumas matérias publicadas em diferentes jornais sobre o tratamento de câncer no Sistema Único de Saúde.

A Constituição de 1988, bem sabem as senhoras e os senhores, estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Com esse fundamento é que foi criado o SUS, para proporcionar à população brasileira um sistema de atenção à saúde adequado e digno. Todos somos testemunhas do crescimento e da evolução do SUS, e das lutas e dos esforços despendidos para tanto.

Então, Srs. Deputados, foi uma surpresa bastante desagradável abrir o jornal e ler que os tratamentos de câncer prestados pelo SUS a seus usuários estão em alguns casos defasados até 20 anos. O SUS foi criado em 1990; portanto, há 20 anos. É como se esses tratamentos houvessem, desde a fundação do SUS, estacionado no tempo, ignorando todos os novos recursos disponíveis. Um profissional que passasse hoje a atender pacientes do SUS precisaria reaprender como usar medicamentos e técnicas há muito abandonadas, que ele talvez jamais tenha conhecido, para tratar seus pacientes de um modo que ele sabe que não terá



---

o mesmo resultado.

Não é somente no aspecto do tratamento que os pacientes de doenças neoplásicas se veem mal assistidos. Os recursos diagnósticos também são insuficientes, e não são disponibilizados da maneira mais correta. Assim, doenças que poderiam ser diagnosticadas em fase inicial acabam por sê-lo somente quando já avançadas, piorando o prognóstico e dificultando a terapia. Nesse caso, além de prejudicar os pacientes, acaba-se por ter que gastar mais dos recursos que já são reconhecidamente limitados.

Pior ainda, preocupante mesmo é verificar que em alguns casos há até retrocesso. Segundo a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, desde junho de 2008 o Ministério da Saúde simplesmente parou de pagar por vários tratamentos de alguns dos tipos mais comuns de câncer; ou seja, piorou o que já era insuficiente, na contramão de tudo que se deseja para a saúde brasileira.

Muitos dos Srs. Deputados presentes são médicos, e alguns são interlocutores frequentes do Ministério da Saúde. Por isso, quero registrar minha grande preocupação com a situação dos doentes de câncer que dependem do SUS — nada menos que 80% do total de brasileiros com a doença — e solicitar aos nobres pares que façam gestões junto às autoridades competentes, e abram seus olhos e seus corações para a necessidade de melhorar a assistência aos pacientes portadores de câncer no setor público.

Recursos aplicados na saúde da população não são gastos, e sim investimentos.

Obrigado.



**A SRA. ALINE CORRÊA** (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para homenagear o importante jornal *Gazeta de Limeira*, que completou, no dia 17 de maio, 79 anos de existência.

Durante esse longo tempo, a *Gazeta de Limeira* passou por várias e significativas mudanças até chegar ao nível de excelência em que se encontra atualmente. Uma de suas exitosas políticas internas é estar em sintonia com o avanço tecnológico do mercado e com a qualificação de seus profissionais.

Lendo a matéria da jornalista Renata Reis, faço minhas as suas palavras quando diz que, “*com a experiência de quem já superou diversos desafios e a ousadia de um jovem que tem a esperança de mudar o mundo*”, o jornal *Gazeta de Limeira* é, indiscutivelmente, um veículo de comunicação muito conceituado na região e com enorme potencial de crescimento.

Contrariando a tendência mundial da era digital, em cuja afirmação se baseia na decadência da mídia impressa, a *Gazeta de Limeira* segue em frente com projetos arrojados, com muita garra e com política de valorização e respeito aos seus leitores.

Trata-se de um veículo que se consolidou, ao longo de sua incansável jornada, como o porta-voz da população. Um porta-voz com números expressivos: 150 funcionários; 17 mil exemplares auditados pelo Instituto Verificador de Circulação; 60 mil leitores todos os dias.

Mas o número mais relevante é o que consagra a *Gazeta de Limeira* como um dos mais longevos e, portanto, um dos mais importantes jornais do país: 79 anos de existência! Este é o mais impressionante número de todos os não menos



impressionantes feitos da *Gazeta*.

Nos últimos 79 anos, esse jornal divulgou fatos considerados os mais importantes e marcantes para a história da humanidade. Imaginemos que em 1931 o Brasil tinha menos de 10 milhões de pessoas morando em áreas urbanas. E o homem só chegaria à Lua 38 anos depois.

Enfim, dizer da importância da *Gazeta de Limeira* é irrelevante diante de sua história singular e gloriosa. O notável e inesquecível Paulo Francis já dizia que “a glória da imprensa foi feita por gente com opiniões fortes e inconformistas”.

Assim, quero registrar a minha admiração aos fundadores deste belíssimo matutino e o meu respeito a todos que escrevem, a cada dia, uma nova página, com arte, profissionalismo e devoção.

Outra prova cabal de sua consolidação, Sr. Presidente, é o anúncio da construção da nova sede do jornal. Atualmente alguns setores estão instalados em diferentes endereços. A ideia é fazer com que todas as áreas de produção e administração estejam funcionando em um mesmo lugar, o que proporcionará mais celeridade aos trabalhos e uma melhor interação de seus funcionários. E quem ganha com isso é o cliente.

A implementação desse projeto já começou, Sras. e Srs. Deputados. O terreno de 3 mil metros quadrados em área industrial e às margens da Via Anhanguera já foi adquirido. As obras acontecerão em 3 etapas, sendo que a primeira ficará concluída ainda este ano.

Portanto, Sr. Presidente, parabênzo o diretor Roberto Lucato pelo seu empreendedorismo e sua competência à frente do jornal *Gazeta de Limeira*. E solicito a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa e, sobretudo, no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**O SR. OSMAR JÚNIOR** (Bloco/PCdoB-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 93 anos, nascia no Piauí um ilustre homem que viria a ser um dos nossos maiores intelectuais. Refiro-me a Júlio Romão da Silva, escritor, jornalista, etnógrafo e fundador da Frente Igualitária Brasileira, no Rio de Janeiro. Ele empreendeu lutas imprescindíveis ao movimento negro e à literatura.

Descendente de pretos africanos, vendidos como escravos na Bahia, Júlio Romão ficou órfão aos 4 anos de idade. Foi criado pela avó paterna, Mônica Efigênia da Conceição, em Teresina. Esse piauiense, que recebeu o nome de Romão em homenagem ao Padre Cícero Romão, superou as dificuldades econômicas e até geográficas em um Brasil ditatorial da primeira metade do século XX e conseguiu fazer um trabalho memorável para o País.

Enquanto estudante, foi marceneiro em Teresina e depois em São Luís do Maranhão. O contato com as letras se deu inicialmente com um jornal experiente, *O Artífice*, fundado em 1932, no antigo Liceu Industrial de Teresina, onde se formou. Depois lançou o jornal *O Eco*, onde expôs suas ideias renovadoras sobre poesia e romance regionais.

Em 1937, migrou para o Rio de Janeiro e, sem qualquer ajuda financeira, enfrentou dificuldades extremas, mas nunca desistiu de estudar. Na então Capital Federal, fez o curso ginasial no Colégio Matos e cursou Comunicação Social na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Iniciou a carreira jornalística como revisor do *Jornal do Comércio*. Exerceu o ofício de jornalista por mais de 40 anos, trabalhando em importantes veículos da imprensa carioca, como o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e a *Revista da*



*Semana*. Ainda no Rio de Janeiro fundou o jornal *Terra Mafrense*, que divulgava os fatos e coisas do Piauí.

Do jornalismo passou à literatura. Com 42 obras literárias publicadas, algumas traduzidas para o espanhol, Júlio Romão é membro da Academia Piauiense de Letras e já foi indicado, por mais de uma vez, para a Academia Brasileira de Letras.

Em 1950 passou a atuar no serviço público. Foi chefe do setor de publicidade do Conselho Nacional de Geografia; assessor do Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços; Diretor do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal.

Durante o Governo Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, Júlio foi responsável pelo levantamento da estatística econômica e pela política administrativa do Estado da Guanabara.

O Rio de Janeiro reconheceu o trabalho de Júlio Romão, concedendo-lhe cidadania carioca e dando seu nome a uma das ruas do bairro Méier, na Capital daquele Estado, por meio do Projeto de Lei nº 2.158, de 1966.

Júlio Romão é um importante escritor vivo da história brasileira. Esse piauiense atuou em um cenário político de Governos centralizadores e de uma cultura de contestação intensa presente na literatura, na música, no teatro e no jornalismo. A história de Júlio Romão possui episódios de embate com o regime ditatorial e de autoafirmação como negro em uma sociedade racista.

Em 1988, Romão voltou a residir em Teresina, após 53 anos no Rio de Janeiro. Hoje, Júlio Romão da Silva é aposentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É membro da Sociedade Brasileira de Geografia, da



---

Associação Brasileira de Geografia e da Associação Brasileira de Imprensa. Ainda escreve artigos para jornais e tem projetos de escrever novos livros.



**O SR. SANDES JÚNIOR** (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo do Brasil, ao lado do Governo da Índia, lançou-se numa disputa comercial contra a União Europeia, especialmente contra a Holanda, pela apreensão de medicamentos genéricos. Essa informação parte de nossa missão junto à Organização Mundial do Comércio.

O primeiro passo para uma disputa formal na OMC é um pedido de consulta. Isso foi feito e ajudou a elevar a tensão entre os 2 lados da questão.

Existe grande controvérsia sobre os direitos de propriedade intelectual para empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos de alto custo à população de países pobres.

As empresas, em sua maioria europeias e norte-americanas, alegam que gastam milhões de dólares investindo em pesquisas de novos medicamentos e que precisam ser remuneradas por isso. Nada mais justo, devo dizer. Ocorre que estas empresas ganham bilhões de dólares e/ou de euros na comercialização desses mesmos medicamentos e, com isso, se colocam entre os mais rentáveis e lucrativos segmentos do comércio e da indústria mundiais.

O que esses grandes grupos multinacionais pretendem é manter o controle das patentes e perpetuar seus astronômicos lucros em escala mundial. Pretendem também manter o domínio sobre a fabricação dos medicamentos, a maioria de alto custo e de uso permanente por bilhões de pessoas em todo o planeta. Tudo sempre sob o argumento do ressarcimento aos investimentos feitos.

O que os Governos do Brasil e da Índia estão a propor é simples: que passado determinado período, no qual esses grupos farmacêuticos consigam reaver tudo o que alegam ter investido em pesquisas e divulgação dos produtos, e já





agregada excelente margem de lucro, as patentes sejam quebradas, e esses medicamentos passem a ser fabricados a preços acessíveis.

Hoje, Brasil e Índia lideram o mercado produtor dos chamados medicamentos genéricos. E esses produtos têm chegado às mãos de milhões de pessoas em todos os continentes a preços que não passam, boa parte das vezes, de um quinto do valor do chamado medicamento de marca. E isso tem sido, em muitos casos, a diferença entre a continuidade ou a interrupção de um tratamento permanente. Tem sido também, por consequência, a diferença entre a vida e a morte.

Um bom exemplo do ganho obtido com a quebra de patentes para a parcela mais pobre da população pode ser percebido no Brasil, onde hoje há ampla estrutura para a produção desses tipos de fármacos e completa estrutura de comercialização. Essa estrutura é formada por empresas privadas que mantém em suas lojas departamentos específicos para os genéricos. E o Governo Federal investe corretamente milhões de reais para manter os estoques do programa Farmácia Popular.

Pelo alcance social que a medida solicitada pelos Governos do Brasil e da Índia pode trazer para os moradores de todos os países do chamado Terceiro Mundo, faz-se mais do que justa a reivindicação, que espero alcance êxito com bastante brevidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. VITAL DO RÊGO FILHO** (Bloco/PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para homenagear os defensores públicos brasileiros e suas respectivas associações representativas que merecidamente comemoram, na data de hoje, o Dia Nacional da Defensoria Pública. Eles sempre buscam a defesa de seus jurisdicionados que não podem arcar com honorários de profissionais do Direito.

Instituído pela Lei nº 10.448, de 2002, os defensores públicos comemoram o 19 de maio como dia nacional desses profissionais. Diante dessa data, a Associação Nacional dos Defensores Públicos — ANADEP e as defensorias públicas dos Estados e do Distrito Federal estão organizando uma campanha nacional denominada Cidadania Começa em Casa: Defensores Públicos pelo Direito à Moradia, focada nos diversos direitos concernentes à moradia, seja ela locatícia ou por contratos para aquisição de casa própria.

Outras atividades previstas em todo o Brasil para agraciar o Dia dos Defensores Públicos será o mutirão nacional de atendimento, que, sem sombra de dúvidas, prestará um relevante serviço à população, ajudando, por consequência, a informação dos trabalhos desenvolvidos a esses profissionais que promovem o acesso à Justiça da população carente.

Integrando a Câmara Federal pelo Estado da Paraíba, em meu primeiro mandato como Deputado Federal cabe-me, nesta oportunidade, o dever legal, e também a satisfação pessoal, de dar minha singela contribuição, vindo a essa tribuna para felicitar e parabenizar todos os defensores públicos do Estado da Paraíba.

O reconhecimento que a sociedade defere à Defensoria Pública de todo o



Brasil vem do trabalho sério e consciente realizado pelos seus agentes nas inúmeras comarcas, pequenas ou grandes, dessa pequena e ao mesmo tempo imensa Paraíba em face de todas as diversidades encontradas naquele Estado, que tanto me orgulho de ser filho e na mesma diretriz que os defensores públicos primam pelo propósito institucional de propiciar um ambiente social capaz de privilegiar a cidadania, de preservar os direitos humanos, de assegurar rigoroso respeito ao próximo, formando uma sociedade justa, pluralista e solidária.

O respeito absoluto a sua independência e autonomia é condição indispensável para que as defensorias públicas prossigam no cumprimento fiel dos deveres assinalados desde sua criação. Por outro lado, a preservação do poder de realizar atos processuais, sejam eles como autor ou réu, no plano civil e penal, sejam como o reconhecimento de ampla legitimidade para a busca de tutela jurisdicional a direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, são exigências que não se afastam da efetividade da atuação dos seus membros em prol da sociedade.

Como sempre, lembro aos meus pares desta Casa legislativa, além dos afazeres institucionais, que são muitos e graves, que cabe também ao defensor público do Estado a chefia administrativa da instituição, e no exercício dessa atividade age desprovido dos poderes/deveres próprios da função institucional. Nesse mister há de observar rigorosamente as restrições e os limites que se impõem a todo administrador público, respeito que nós, do Legislativo, sempre, exigimos com vigor de todos os agentes públicos.

Gostaria aqui de salientar a luta travada pelos defensores públicos do Estado da Paraíba pela equiparação com os membros do Ministério Público e magistrados,



vez que não podemos nos olvidar da inexistência de hierarquia entre essas classes e a distinção feita indiscriminadamente dentro da própria categoria, que de forma seletiva estão enquadrados como defensores de primeira a terceira entrância até galgarem a chamada classe especial.

Têm consciência plena da responsabilidade que assumem, têm firme compromisso institucional e já revelaram o propósito de atuar cooperativamente na busca de soluções dos problemas específicos dos jurisdicionados carentes do Estado da Paraíba, merecendo uma contrapartida justa e equânime de outras classes jurídicas, pois não só o direito está aliado a essa questão, mas também por questão de justiça.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade, na data de hoje, 19 de maio de 2010, para fazer uma referência à Marcha dos Prefeitos, vez que é o fator gerador original da dinâmica política, social e econômica do País, razão por que o poder local é o pré-requisito do poder nacional. Inspirado nessa assertiva, é que enfoco, neste momento, a 13ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, saudando a Confederação Nacional de Municípios, as federações e associações de municípios, as entidades mobilizadoras desse evento, os representantes munícipes e a população de cada cidade do Brasil, em particular os cidadãos da Paraíba.

Esse movimento é um *front* de coragem em que se entrincheiram os batalhadores do federalismo em seu sentido mais lúcido, é o maior espaço do Brasil para conhecimento, debate e divulgação das reivindicações e da pauta municipalista em relação a questões primordiais para a população brasileira. Afinal, o municipalismo é a participação dos cidadãos na solução dos problemas do lugar onde moram e trabalham, é a prevalência da qualidade de vida, é a eliminação de



distâncias políticas, econômicas, tributárias e sociais. Portanto, apoiamos a pauta da Marcha.

Neste ensejo, não posso deixar de voltar meus olhos e meu coração para aqueles municípios da minha Paraíba querida que se encontram em estado de calamidade e situação de emergência.

Apoiamos a justa proposta de que o Governo Federal se comprometa a repassar R\$56 bilhões aos municípios, em 2010, por meio do Fundo de Participação dos Municípios. Apoiamos a regulamentação do financiamento da saúde, a divisão dos lucros do pré-sal, o apoio financeiro aos municípios e a aprovação do PLC nº 32, de 2007, que trata de alterações na Lei de Licitações. Apoiamos, principalmente, a importância de garantirem-se recursos e equilíbrio financeiro ao custeio das ações de saúde pública municipal.

Mais verbas para as cidades — para solucionar os seus problemas — deve ser o mote para incentivar uma fraterna cadeia de solidariedade que motive e ampare a base de nosso pacto federativo: a população dos municípios brasileiros.

Era o que tinha a dizer.



**O SR. DR. ROSINHA** (PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar informe produzido pela Terra de Direitos — organização de direitos humanos, sediada em Curitiba — sobre a condenação da Syngenta Produtos e Cultivos Ltda. por violações de direitos humanos no Brasil.

Diz o documento:

*“A empresa transnacional suíça Syngenta, produtora de sementes transgênicas, foi denunciada e condenada no IV Tribunal Permanente dos Povos, realizado em Madrid, de 13 a 17 de maio deste ano. Esta foi a segunda acusação feita contra a empresa no Tribunal. Só que desta vez relacionada a violações de direitos humanos decorrentes da sua atuação com transgênicos, agrotóxicos e domínio de mercado de sementes. A primeira acusação esteve relacionada com o assassinato do trabalhador rural Keno, no ano de 2007, em um campo experimental da empresa no Paraná.*

*A Via Campesina e a Terra de Direitos, baseadas em estudos técnicos da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Paraná, acusaram a Syngenta de contaminação genética. Perante o Tribunal ficou provado que o milho Bt11 da transacional está contaminando as lavouras de milho não transgênicos no Brasil. O agricultor Valdeci Cella, produtor de sementes crioulas em Anchieta,*



*Santa Catarina, afirmou que 'estamos tentando criar alternativas ao modelo de agricultura imposto pelas transnacionais, em especial pela Syngenta no Brasil. Nossa proposta agroecológica de agricultura está sendo ameaçada pela contaminação genética, por uso indiscriminado de agrotóxicos e por práticas ilegais de mercado da empresa. Nosso modo de vida está ameaçado'.*

*Durante a acusação também foi demonstrado que a Syngenta, junto com outras empresas do setor, está tentando impor um modelo de agricultura baseada no monocultivo em larga escala, no uso abusivo de agrotóxicos e no patenteamento de sementes. O assessor jurídico da Terra de Direitos, Fernando Prioste, afirmou perante os juízes que 'já existem lugares, como o Sul do Brasil, em que agricultores já não encontram mais sementes não transgênicas de soja no mercado. As transnacionais compram as pequenas produtoras de sementes e impõem sua semente transgênica como única opção no mercado. Isso faz com que os agricultores tenham que abandonar suas práticas tradicionais de agricultura, para serem submetidos a um modelo de produção em que consumidores e trabalhadores perdem, enquanto a empresa tem grandes lucros'.*



*Na sentença proferida, o Tribunal avaliou as várias violações de direitos humanos e condenou, moral e politicamente, as ações das empresas transnacionais e dos governos que são cúmplices, e, ao mesmo tempo, atores destas violações de direitos humanos. Durante a sentença foram detalhados diversos aspectos da participação da União Europeia na forma como as empresas transnacionais atuam em outros países. O documento formulou ainda algumas propostas à União Europeia para que esta não mais compactue com violações de direitos humanos.*

*A condenação do Tribunal Permanente dos Povos é ética, moral, popular e política. A iniciativa — do Grupo Enlazando Alternativas — não tem caráter vinculante e impositivo. Contudo, isso não exclui a possibilidade de realizar litígios em tribunais nacionais e internacionais.*

*Juan Hernandez, estudioso do tema, disse que há um grande descompasso entre a legislação sobre responsabilização de empresas por violações de direitos humanos e as normas que regulam o mercado. Em âmbito nacional e internacional, as normas de mercado (leis de patente, comércio e outras) são duras, têm mecanismos de imposição e garantem os interesses econômicos das empresas. Por outro lado, quase não*





*existem leis, sobretudo internacionais, que possam responsabilizar as empresas; as leis são brandas, facultativas às empresas e sem mecanismos de exigibilidade.*

*Mesmo tendo todas essas dificuldades, em alguns casos é possível judicializar casos, em âmbito internacional ou nacional, contra as transnacionais. Esse é o tema da publicação feita pela Terra de Direitos, intitulado Empresas Transnacionais no Banco dos Réus: Violações de Direitos Humanos e Possibilidades de Reparação.*

*O trabalho tem como objetivo expor as principais questões do tema e servir de ferramenta básica para que movimentos sociais e advogados possam analisar as possibilidades de fazer litígios contra empresas transnacionais. Em linguagem acessível e com sistematização de conteúdos, o trabalho aborda questões conceituais, preparatórias dos litígios, além de examinar alguns instrumentos e mecanismos como o ATCA dos EUA, mecanismos da ONU e OIT.*

*(Terra de Direitos — Organização de Direitos Humanos, 17 de maio de 2010)."*

Era o que tinha a dizer.



**O SR. FÉLIX MENDONÇA** (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Itabuna, cidade situada no sul da Bahia, possui uma população estimada em mais de 200 mil habitantes e área territorial de 443 quilômetros quadrados. Seu nome, de origem tupi, significa pedra (*ita*) preta (*una*), devido à abundância de pedras escuras naquela localidade.

O Arraial de Tabocas, Distrito de Ilhéus, como assim era chamado antes de sua emancipação, nasceu às margens do Rio Cachoeira. Nos idos de 1857 a região, em processo de desbravamento, era utilizada como rota de passagem pelos tropeiros, que viajavam a partir do litoral em direção ao Município de Vitória da Conquista.

A partir de 1867, o arraial começou sua fase de povoamento. Dentre os primeiros chegados estavam o caboclo Manoel Constantino e o sertanista Félix Severino de Oliveira, conhecido por Félix Severino do Amor Divino. Com a família de Félix Severino, chegaria, então com 14 anos, o menino José Firmino Alves, que mais tarde viria a ser um dos principais nomes na fundação do Município de Itabuna.

Srs. Deputados, o importante fator que deu início ao nascimento do Município de Itabuna foi o crescimento da monocultura do cacau no sul da Bahia, intensificada a partir do final do Século XIX.

A vinda de nordestinos de diversas matizes, que tinham a perspectiva de recebimento de terras devolutas e cultiváveis facilitadas pelo Governo, levou num curto espaço de tempo ao aumento da área povoada.

Itabuna é hoje um polo regional que se destaca por atividades comerciais, industriais e de serviços. Durante o auge do período de grande produção do cacau, e devido à fertilidade de suas terras, próprias ao cultivo dessa rica cultura, tornou-se



um importante centro econômico, ocupando o topo da produção cacaueteira no País, com exportações principalmente para a Europa e os EUA. Os valores superaram a marca de US\$1 bilhão anualmente.

Lastreada na monocultura, na década de 1980 Itabuna e a região sofreram profundo colapso econômico causado pela crise do cacau. O ataque da vassoura-de-bruxa à lavoura provocou mudanças drásticas no cenário regional do sul da Bahia. Mas, impulsionado por diferentes alternativas econômicas, o Município de Itabuna voltou-se para as demandas de produção nas áreas de comércio, serviços, indústria e diversificação da agricultura.

Sr. Presidente, Itabuna é berço de grandes escritores, como Jorge Amado, Sonia Coutinho, Hélio Pólvora, Cyro de Mattos, Walker Luna, Florisvaldo Matos, Adonias Filho e Firmino Rocha. Berço também de uma cultura própria, que ficou conhecida como a civilização do cacau.

Itabuna, às portas da comemoração do seu centenário, ainda em 2010, busca, com a conservação de sua cultura, preservar sua identidade com um centro de memórias.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, preservar, recuperar e dinamizar o passado individual ou coletivo de uma população por meio da memória configura-se um dos caminhos possíveis para a descoberta de processos educativos e culturais que possam redefinir o presente e planejar o futuro.

Itabuna luta para concretizar um antigo sonho: a construção do Museu da Cidade. Busca um espaço próprio e organizado para exposição e preservação de seus ícones culturais, de suas reminiscências históricas, de suas peculiaridades sociais. Quer um espaço para o fomento da memória, para a apreensão do saber



por meio da educação.

O Projeto Museu da Cidade de Itabuna é uma proposta que reúne institucionalmente a Fundação Itabunense de Cultura e Cidadania — FICC e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ambos órgãos da Prefeitura Municipal de Itabuna.

O Prefeito de Itabuna, José Nilton Azevedo Leal, acompanhado por este Deputado, visitou as dependências do antigo casarão da Fazenda Valparaíso, pertencente ao Coronel Tertuliano Guedes Pinho. Ambos ficamos sensibilizados com a dilapidação daquele importante patrimônio histórico, à mercê do desgaste natural e da falta de manutenção.

Comovido por toda aquela riqueza arquitetônica, o Prefeito José Azevedo priorizou a construção do Museu.

O Prefeito José Azevedo determinou ao atual diretor presidente da Fundação Itabunense de Cultura e Cidadania — FICC, e um dos idealizadores, Cyro de Mattos, que iniciasse a elaboração do Projeto Museu da Cidade, por meio de ações concretas para viabilizar tal empreendimento. Promoveu-se o levantamento fotográfico das condições físicas do casarão, além de ter sido proposto o envolvimento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano — SEDU, a fim de realizar a avaliação arquitetônica para restauração e reforma do imóvel.

A FICC tem como função a formulação da política cultural do Município de Itabuna e a promoção de ações no âmbito da preservação da memória, da divulgação cultural, do incentivo à cidadania e ao cultivo de uma identidade local, e assim busca consolidar os anseios da comunidade e a vontade política da administração pública, no sentido construir os meios e recursos para instalação do



---

## Museu da Cidade

Este Deputado é um entusiasta do projeto, junto com o Prefeito Azevedo e Cyro de Mattos. Após consultar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN na Bahia, o Dr. Carlos Amorim, superintendente do órgão, solicitou ao Prefeito que encaminhasse o pedido do tombamento do prédio Tertuliano Guedes de Pinho. Em seguida indicou um funcionário especializado para a avaliação prévia. Depois encaminhou ao Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, um competente relatório solicitando o tombamento provisório, que foi aprovado logo após os órgãos técnicos terem sido ouvidos. Essa foi a primeira etapa para o tombamento definitivo.

Simultaneamente às providências relatadas, disponibilizei da minha cota parlamentar a quantia de R\$1 milhão, destinada ao início das obras do restauro. O tombamento provisório é condição imprescindível para o recebimento de verbas federais.

Por tratar-se de município economicamente desenvolvido, com história significativa e cultura singular, e por já haver a difusão nacional, por meio de grandes eventos, da trajetória da monocultura do cacau na região sul da Bahia, torna-se sustentável e viável cultural, educacional e turisticamente esse projeto.

O complexo cultural deverá atrair um fluxo de visitação permanente, e não só de grapiúnas — naturais da região cacaueira do sul da Bahia — como de turistas diversos, estimulando melhores opções de lazer e cultura, elevando a qualidade de vida da população e promovendo o desenvolvimento urbano local.

Os benefícios gerados pela implantação do museu e pela realização de projetos culturais terão um alcance social significativo, com desenvolvimento de



ações que estimularão a capacidade de produção de bens culturais da comunidade. Tudo isso permitirá a revitalização da memória política, social e cultural do município.

A participação dinâmica de visitantes e moradores no conhecimento do acervo, a conscientização da comunidade na preservação do patrimônio material e imaterial da cidade e o desenvolvimento do turismo cultural produzirão renda e promoverão a divulgação das potencialidades do município.

Dentre os objetivos elencados no projeto inicial do Centro de Memórias de Itabuna, podemos destacar: a efetivação da política de preservação do patrimônio arquitetônico e cultural do município por meio do tombamento e da restauração do casarão da antiga Fazenda Valparaíso; a promoção da melhora da qualidade de vida em Itabuna, com o fomento de ações educativas, artísticas e culturais, favorecidas pelas ações e projetos desenvolvidos pelo museu; a incrementação de ações publicitárias para implementação integrada de turismo e cultura como forma de geração de renda e agregação de valores aos artefatos da produção artística e artesanal local; a promoção de melhora da infraestrutura urbana nas adjacências do museu, e de possíveis benefícios aos moradores do local; e a elaboração e a efetivação de ações de pesquisa, preservação e levantamento histórico do município em parceria com universidades e instituições afins.

Dentre esses objetivos que já compõem o projeto, devo ainda sugerir que se promovam e se integrem estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sociocultural do Município, que se constituam acervos documentais e bibliográficos, cuidando de sua restauração, organização, conservação e divulgação, e que se desenvolvam atividades relativas a produção,



---

divulgação e discussão da memória histórica e sociocultural.

Como forma de chegar a esses objetivos, é necessário que o Museu, quando instalado, realize pesquisas próprias e/ou em convênios com outras instituições, preste assessoria a projetos ligados à memória histórica e ao patrimônio sociocultural, organize e promova eventos de ordem acadêmica — seminários, conferências, exposições, cursos, treinamentos e/ou estágios voltados à preservação da memória nas áreas de arquivologia, biblioteconomia, restauração de documentos, história oral e iconografia —, colabore na criação e execução de cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão e treinamento, nas áreas de sua especialidade, propostos no âmbito de Universidade e cursos profissionalizantes, colabore com instituições culturais externas e desenvolva programas de publicações de caráter científico, bem como de resultados dos projetos dos quais tenha participado.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a criação do Centro de Memórias de Itabuna é de vital importância para a preservação da sua rica cultura e também da cultura do cacau.

Estou seguramente engajado nesse projeto ímpar para a cultura do sul da Bahia, empenhando-me na busca de recursos junto aos Governos Estadual e Federal e oferecendo sugestões no tocante ao objetivo e ações que o Centro deverá desenvolver.

Muito obrigado.



**O SR. VANDER LOUBET** (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 19 de maio, comemora-se no País o Dia Nacional da Defensoria Pública, instituído pela Lei nº 10.448, de 9 de maio de 2002. A data é de indiscutível importância para toda a sociedade de um país que procura aperfeiçoar seu sistema democrático e estabelecer, como ponto de partida, a afirmação das garantias individuais e coletivas das pessoas.

No bojo dessas garantias está o direito de assistência jurídica integral e gratuita, concedido como item básico da cidadania no art. 5º da Constituição. O mandamento constitucional define competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para prestar a referida assistência aos que dela necessitam.

Hoje, 22 anos depois de promulgada a Carta Magna, é imensurável a extensão de benefícios que a Defensoria Pública acrescenta à qualificação da democracia brasileira, com ênfase na proteção da pessoa dependente de cobertura jurídica para defender suas demandas. Pessoalmente, tenho acompanhado o trabalho, um verdadeiro sacerdócio, da classe abnegada e idealista dos defensores, que cumprem sua missão e não se curvam ante as condições adversas que enfrentam.

Tive a felicidade de prestar algumas contribuições ao fortalecimento e a profissionalização da carreira dos defensores públicos. Uma de nossas propostas ao projeto de reforma da Previdência, acolhida pelos nobres pares, alçou a Defensoria ao mesmo teto remuneratório dos integrantes do Judiciário e do Ministério Público.

E é importante acentuar que a instituição tem logrado suas maiores conquistas em períodos administrativos liderados pelo meu partido. Isso ocorreu em Mato Grosso do Sul, por exemplo, durante os 8 anos do Governo de Zeca do PT,





quando, indo além dos avanços da reforma do Judiciário, ele investiu na Defensoria Pública com a iniciativa de propor lei privativa de Defensor Público-Geral do Estado e receber em partes iguais com os demais poderes os excessos de arrecadação, além da autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

O Governo Zeca também decidiu a vitoriosa articulação que incluiu na Constituição Estadual os índices de duodécimo para a Defensoria Pública, de forma progressiva até alcançar índice semelhante ao do Ministério Público. Não por acaso durante a gestão de Zeca do PT a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul foi eleita por 2 vezes a melhor do País, conforme pesquisa do Ministério da Justiça em parceria com a Organização das Nações Unidas.

Em âmbito nacional, a Defensoria Pública brasileira tornou-se modelo, conquistando e consolidando seus principais avanços, faço questão de frisar, durante o Governo Lula, que entregou a Lei Complementar Federal 132, de 2009, modificando a Lei Orgânica Nacional e trazendo diversas garantias. A categoria, em exemplar mobilização, lutou e teve o mérito central na conquista da autonomia administrativa e orçamentária, condição imprescindível para desempenhar seu papel.

Com o novo regime jurídico, amplia-se o arco de direitos e garantias à população assistida, que agora pode buscar e receber as informações sobre a tramitação de processos, reclamar eficiência no atendimento, acompanhar e requerer procedimentos na realização de exames e perícias. No ordenamento jurídico do País, a Defensoria Pública é peça estratégica e indissociável da engrenagem judiciária.

Se houve um tempo em que brasileiros e brasileiras, afetados em sua



dignidade e marginalizados por falta de assistência adequada, tropeçavam nos nichos escuros e imprevisíveis de vãos jurídicos e institucionais, a Defensoria Pública mudou essa realidade.

Agora, podemos dizer que o País tem, concretamente, a ferramenta inclusiva e juridicamente perfeita para materializar os conceitos basilares da nossa Constituição, que em seu artigo primeiro define a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático e de Direito. E mais: é possível hoje fazer valer o que preceitua o art. 3º da Carta, alinhando entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais.

Sem a Defensoria Pública e sem o instituto da assistência que ela encarna, garantias determinantes para a dignidade e a inclusão dos brasileiros ainda seriam meras letras simbólicas na mãe de todas as nossas leis.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Passa-se ao

**V - GRANDE EXPEDIENTE**



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no momento em o nobre Deputado Dr. Talmir se encaminha à tribuna, peço a V.Exa. que considere como lido pronunciamento em me reporto ao Memorial Pontes Neto, que a Assembleia Legislativa do Ceará vai inaugurar nesta sexta-feira, repondo fatos históricos em evidência e, naturalmente, indicando aqueles que, ao longo do tempo, desempenharam mandato de Deputado Estadual.

Peço, portanto, a V.Exa. que, neste Grande Expediente, antes do início do discurso do Deputado Dr. Talmir, considere como lido o pronunciamento que encaminho à Mesa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em solenidade programada para as 9 horas desta sexta-feira, a Assembleia Legislativa do Ceará vai inaugurar o Memorial Pontes Neto, com a apresentação de documentos valiosos que se acham vinculados à secular existência daquele Poder, cuja presidência exerci, com muita honra, na década de 60, numa fase tormentosa, assinalada pela eclosão do movimento revolucionário de 31 de março e a consequente anormalidade político-institucional vivenciada pelo nosso País.

O sociólogo Osmar Diógenes, também ex-Parlamentar, à frente de harmoniosa equipe de pesquisadores, decidiu-se a cumprir, afanosa e competentemente, essa hercúlea tarefa, reunindo acervo precioso, destinado a



manter viva a tradição daquela Casa, na qual pontificaram vultos luminares de nossa historiografia, entre eles menciono o grande jurista Clóvis Bevilacqua, ilustre filho de Viçosa do Ceará e notável expressão da intelectualidade brasileira, responsável pela elaboração do Código Civil, ainda em 1916.

Hoje denominado de Palácio Adauto Bezerra, o prédio da Assembleia funcionou, durante muitos anos, no antigo Palácio Senador Alencar, palco de debates memoráveis, que integram os nossos relembrados arquivos.

Recentemente, ao participar de evento no plenário do nosso Legislativo sob a Presidência de Domingos Aguiar Filho, fui convidado para acompanhar as etapas derradeiras de estruturação do Memorial, compulsando peças de inestimável significação, ali reunidas por Osmar Diógenes e seus dedicados colaboradores.

A preocupação dos idealizadores do citado memorial foi manter vivo o exemplo dos que exerceram, ali, as suas atividades, cabendo-me lembrar que, a começar pela redemocratização, em 1946, até hoje, a minha família esteve representada pelo Constituinte de 47 Augusto Tavares de Sá Benevides; o meu pai, Carlos Eduardo Benevides (eleito a primeira vez em 1935); os Deputados Carlos Benevides Neto e Mauro Benevides Filho, este no exercício já em seu quinto mandato; além do Deputado Paulo Feijó de Sá Benevides, que ocupou, igualmente, a Presidência de nossa Casa Legislativa.

Trata-se, pois, de acontecimento marcante, que merece o registro desta tribuna, pela nobre finalidade de manter, indelével, a lembrança daqueles que sempre souberam honrar a confiança popular.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Tem a palavra o Deputado Dr. Talmir, do Partido Verde de São Paulo. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

**O SR. DR. TALMIR** (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ortiz, Sras. e Srs. Deputados, nós, Deputados Federais, temos o compromisso permanente de manter o País focado na segurança pública de nossa gente. Diariamente, discutimos em todos os lugares assuntos relacionados à onda de criminalidade que assola as cidades brasileiras e medidas práticas para diminuirmos o flagelo da violência.

Sou a favor de medidas mais duras contra criminosos e de equiparmos as corporações de segurança adequadamente, mas, antes de tudo, devemos pensar no capital humano, nas pessoas que trabalham na segurança pública do Brasil.

Estamos discutindo 3 importantes propostas de emenda constitucional nesta Casa. A PEC nº 300, de 2008, que eleva e padroniza os salários dos policiais militares brasileiros, civis e bombeiros militares. Muitos deles estão nas galerias, representando de maneira serena e pacífica todos esses segmentos importantes da sociedade brasileira. Quero, nas pessoas dos Comandantes Berardinelli, Alcarria, Guetz e Homero, parabenizá-los pela luta. (*Manifestação das galerias.*)

Há também a PEC nº 308, de 2004, que reconhece a profissão de policial penal, uma das profissões mais antigas do mundo. Em nome do Presidente do SINDASP, Cícero Sarnei, e do Diretor de Comunicação, Daniel Grandolfo, também parabeno os policiais penais pelo gesto de extrema delicadeza, por comportarem-se muito bem pelos corredores do Congresso Nacional e em visita aos gabinetes.

**O Sr. Mauro Benevides** - V.Exa. me permite breve intervenção?



**O SR. DR. TALMIR** - Claro, Deputado Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** - Deputado Dr. Talmir, quando abordou a questão da violência, V.Exa. direcionou logo as suas vistas para aquilo que é um dever desta Casa: ultimar a votação dos destaques referentes à PEC nº 300. Por onde tenho passado no meu Estado, Ceará, há sempre aquela cobrança ao Senador ou ao Deputado — às vezes, confundem Deputado com Senador e perguntam: “*Senador Mauro Benevides, quando se vai votar definitivamente a PEC nº 300?*” Eu digo: “*Faltam apenas 3 destaques para que a Câmara dos Deputados decida sobre essa importante matéria*”. Neste aparte, eu quero louvar a posição de V.Exa. e expressar minha solidariedade para que votemos, no menor espaço de tempo, esses 3 destaques da PEC nº 300. É o que desejava dizer a V.Exa., ao Plenário e, mais do que ao Plenário, ao povo brasileiro neste momento.

**O SR. DR. TALMIR** - Agradeço o aparte a V.Exa., que será incorporado a meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Deputado Rodovalho.

**O Sr. Rodovalho** - Obrigado, nobre Deputado Dr. Talmir. Quero parabenizar V.Exa. pelo discurso, pelas preocupações, pelos compromissos trazidos nesta tarde. Sem dúvida nenhuma, esta Casa aguarda com expectativa a votação da PEC nº 300. Estamos vivendo neste País quase uma epidemia de violência. Estamos vendo o problema do *crack* assumindo o controle das nossas fronteiras, entrando em nosso País; o problema do tráfico das armas. Para enfrentar isso tudo é preciso uma polícia bem equipada, um profissional de segurança valorizado. Há o nosso apoio. Que possamos lutar por esses profissionais que batalham pela segurança da sociedade, dando-lhes a dignidade que merecem. V.Exa. está de parabéns. Faço



um apelo para que o Presidente e esta Casa votem a PEC nº 300. E, especialmente, para que possamos fazer um plano de segurança contra a invasão do *crack*, o tráfico de armas e muitas das demais epidemias que têm vindo, sobremaneira, para nossa sociedade. Infelizmente, nossas polícias têm voltado os olhos para alguns delitos importantes, porém não tão graves quanto esses.

**O SR. DR. TALMIR** - Obrigado, Deputado Rodovalho. Incorporo seu aparte a meu pronunciamento. Parabéns pelo seu mandato!

Concedo aparte ao Deputado Lindomar Garçon.

**O Sr. Lindomar Garçon** - Deputado Dr. Talmir, quero parabenizá-lo pelo discurso. Sabemos que há tantos temas que podem ser aqui discutidos, e V.Exa. aborda neste Grande Expediente tema muito importante, que está sendo debatido há muito tempo. Com certeza, os policiais do Brasil, especialmente os do Estado de São Paulo, que assistem atentamente ao discurso que V.Exa. destinou para esse fim, vão saber agradecer sempre a V.Exa. o seu posicionamento. Na condição de colega do Partido Verde, lembro que preside a sessão neste momento o Deputado Marcelo Ortiz, do PV. Damos todo o nosso apoio a sua pessoa, ao pessoal da PEC nº 300 que está nas galerias, aos que nos assistem em casa e também ao pessoal da PEC nº 308, que espera essa votação. Conforme orientação de alguns Líderes, votaremos a PEC nº 300 e, em seguida, a PEC nº 308, dos agentes penitenciários. Estamos felizes. Parabéns por seu pronunciamento e ao povo de São Paulo por tê-lo como representante!

**O SR. DR. TALMIR** - Obrigado, Deputado Lindomar Garçon, de nosso partido. Incorporo também o seu aparte ao meu pronunciamento.

Concedo aparte ao querido Deputado Edinho Bez.





**O Sr. Edinho Bez** - É apenas, nobre Deputado Dr. Talmir, pela consideração e pelo respeito que todos nós temos por V.Exa., uma pessoa religiosa, de fé, como este Deputado e tantos outros. Eu aprendi muita coisa e convivo com V.Exas. e fiz muitas amizades. Espero usufruir da sua amizade por muito tempo. Parabenizo-o pelo pronunciamento. É importante priorizarmos a segurança pública. Nós estamos com o sistema falido. Quem comete irregularidades, embora seja minoria, não respeita mais a lei, não respeita o Poder Judiciário, não respeita mais a polícia, os delegados. Não respeita mais nada. Se retroagirmos 20 anos — há não muito tempo —, lembro-me bem que um assalto a banco ou a uma loja era programado, planejado por 60 dias. Era um trabalho considerado até profissional. Hoje, qualquer pessoa que comete irregularidades ou queira cometê-las resolve assaltar uma loja, um banco e sai caminhando a pé pelas ruas, num verdadeiro desrespeito. Parabenizo V.Exa. Eu não tinha intenção de tirar seu tempo, mas precisava fazer minha obrigação, enaltecendo-o e parabenizando-o pela matéria e pelo assunto, hoje tão importante para todos nós. Muito obrigado.

**O SR. DR. TALMIR** - Obrigado, Deputado Edinho Bez. Incorporo seu aparte a meu pronunciamento. Parabéns pelo mandato, com muito companheirismo! Estamos juntos nessa luta.

Concedo aparte à Deputada Solange Almeida, Deputada aguerrida do Rio de Janeiro.

**A Sra. Solange Almeida** - Eu não poderia deixar de falar hoje e de parabenizá-lo por sua luta em favor da vida desde que V.Exa. chegou a esta Casa. Hoje, tivemos uma grande vitória: conseguimos aprovar o Projeto de Lei nº 478, de 2007, na Comissão de Seguridade, o qual garante os direitos do nascituro, e V.Exa.



é o grande responsável pela vitória de hoje. Dr. Talmir, ter aprovado o PL hoje e ter conhecido nesta Casa pessoas como V.Exa., que defendem aqueles que não têm sequer o direito de reclamar, é o que nos faz sentir a vontade de permanecer neste Parlamento, de continuar lutando em prol daqueles que não têm voz para gritar. Meus parabéns! Conte sempre comigo. Obrigada.

**O SR. DR. TALMIR** - Obrigado, Deputada Solange Almeida. Aproveito para dizer a este Plenário e ao Brasil todo que entrem, pela Internet, no *site* da Comissão de Seguridade Social e Família e vejam o projeto cuja Relatora é a Deputada Solange Almeida, no qual há um belíssimo argumento a favor da proteção da vida da criança na vida intrauterina.

Parabéns! V.Exa. hoje marcou história para nós!

**A Sra. Solange Almeida** - Só para completar, quero agradecer à segurança da Casa, porque, ao final da reunião na Comissão de Seguridade, quase fui agredida por 3 mulheres que lá se encontravam. A segurança teve de intervir porque elas não aceitam a pluralidade e querem que façamos o que elas têm vontade. Eu tenho o direito de defender as pessoas que aqui me colocaram e vou defender a vida sempre, em qualquer lugar em que eu estiver.

**O SR. DR. TALMIR** - Agradecemos a todos da segurança, que cuidam realmente da segurança deste País, entre eles a Polícia Legislativa e todos os funcionários desta Casa.

Obrigado, Deputada Solange Almeida, incorporo seu aparte a meu pronunciamento.

Conforme citei, a outra PEC é a nº 549, que valoriza os delegados da Polícia Civil, na pessoa do Sr. Roberto Fernandes, delegado da Deinter 8, de Presidente



Prudente, recentemente aposentado e que aniversariou ontem. Queremos agradecer, porque todos lutam, realmente, pela segurança deste País.

Agora há pouco, nesta Casa, às 15h, foi criada a Frente Parlamentar das Guardas Municipais, muito importante para este País, na pessoa de Maurício Naval. Quero parabenizar todos os guardas municipais e aproveitar para fazer um convite: na semana que vem, no dia 27, aqui nesta Casa, no Nereu Ramos, esperamos 2 mil pessoas para debater a PEC nº 534.

É importante que façamos investimentos nas pessoas que protegem os cidadãos de bem, combatendo o crime, pondo muitas vezes as vidas em risco de morte. Segurança pública não se faz com estatísticas, com números de quantos inocentes morreram ou quantos lares foram destruídos, comparando os danos de ano a ano. Segurança pública é investimento em melhores salários para seus profissionais, na aquisição de melhores equipamentos e em penas severas para o crime.

Aliás, eu sou Deputado Federal do oeste paulista, lá de Presidente Prudente, e nossa região tem a maior concentração de presídios do planeta. Em contrapartida, pouco se investiu em outras áreas primordiais, como saúde, educação, habitação e esporte, por exemplo. Os Prefeitos ganharam verdadeiros presentes de grego, pois estão dispendo de mais recursos de seus municípios, sem receber do Governo Estadual ou do Governo Federal contrapartida no sentido de compensação. As demandas por remédios e atendimento nos postos de saúde aumentaram 50%; por mais vagas nas escolas, em torno de 30%, pois uma população acompanha os presos domiciliados nas unidades prisionais. É um exemplo do furor que os Prefeitos



demonstram na Marcha dos Prefeitos, lotando o Congresso Nacional e buscando soluções com o Presidente Lula.

Antes de conceder o aparte ao Deputado Givaldo Carimbão, quero entrar justamente num terreno em que S.Exa. é *expert* no Congresso Nacional, ligado à saúde e à saúde mental.

Sou sim, um municipalista. Temos nesta Casa, por obrigação, que exigir a aprovação da Emenda 29, que obriga a União a repassar 10% do Orçamento para a área da saúde. Atualmente, o Governo Federal investe cerca de no máximo 3,5%, o que é uma aberração. Notem a discrepância: se um Prefeito não cumprir a obrigação constitucional de repassar 15% do seu orçamento para a área da saúde, ele perde o cargo e pode ir para a cadeia. Enquanto isso, muitos Governos Estaduais não fazem a sua parte de repassar os 12%, e o Governo Federal consegue impedir nesta Casa a votação que regulamenta o repasse dos 10%.

O SUS não é custeado em mais de 40%. As Santas Casas estão fechando as portas, há problemas nos postos de saúde, como falta de remédios, internação, cirurgias, pacientes internados em macas. E problemas ligados à saúde e à saúde mental. O *crack* está avançando em todos os municípios no Brasil.

Nesta Casa, temos o Deputado Givaldo Carimbão, referência em âmbito nacional, a quem concedo o aparte.

**O Sr. Givaldo Carimbão** - Companheiro Talmir, quero parabenizá-lo. V.Exa. ouviu vários apartes porque o tema é palpitante, e a segurança pública é uma preocupação do Congresso Nacional. Temos direito à saúde, à vida e à segurança pública. Esse modelo instalado no Brasil está falido. Ou nós temos a capacidade de construir um modelo novo ou estamos fadados a mortes de qualquer jeito. Estão aí



vários modelos sendo implantados neste País. V.Exa. faz muito claramente suas colocações. A segurança pública depende, acima de tudo, muito mais dos homens, da inteligência e da capacidade do que das armas. A Polícia Federal é um exemplo disso quando conseguiu fazer centenas de operações no Brasil sem nenhum tiro letal na população e prendeu milhares de pessoas. A Polícia Federal no Governo Lula teve condições financeiras elevadíssimas. Aí começou a inteligência a funcionar, a qualidade do profissional. Como, de repente, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a futura Polícia Penal não têm a capacitação devida, o reconhecimento do Governo nessa direção? Como Rio de Janeiro e São Paulo pagam 900 reais a um policial para subir o morro? Não é possível que isso aconteça neste País. Alagoas paga 1.800 reais, e Sergipe avançou muito. Temos que repensar esse modelo de segurança pública. V.Exa. disse muito bem da maior concentração de preso na sua região. Hoje discuti no Ministério da Justiça, e agora aprovamos requerimento para discutir o problema da segurança pública. Imagine, Deputado Dr. Talmir. O Ministério da Justiça lançou, pelo PRONASCI, o Território de Paz, para construção de presídios para jovens de 18 a 29 anos — 25 milhões de reais para uma unidade de acolhimento de presos, para 421 presos. Se dividirmos matematicamente 25 milhões por 421 presos, será de 63 mil reais o custo da cela de 1 preso — custará mais de 2 mil reais por mês a pessoa que passará lá mais de 5 anos. Esse modelo está falido. Ou se valoriza o homem, oferecendo condições financeiras para ele sobreviver, com um novo modelo, ou estaremos fadados ao fracasso. Não entendo, pois parece, nesta Casa, que todos os dias há unanimidade para se votar a PEC nº 300, mas a Mesa não tem ouvido e não coloca a matéria em votação. Querem um acordo para votar a PEC nº 300, mas tirando o valor. E decidem em lei ordinária. Quando a



votarão? Será que é esse o sentimento da população brasileira? Parabenizo-o, companheiro Dr. Talmir, pela sua preocupação. Nós, Deputados, não podemos ficar calados. São as vozes que estão nas ruas que têm de ser ecoadas no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Por isso, estou aqui, como Deputado, representante do povo brasileiro. Orgulho-me de V.Exa. por ser Deputado, companheiro, Dr. Talmir. Obrigado, companheiro.

**O SR. DR. TALMIR** - Obrigado, Deputado Givaldo Carimbão. É realmente com muita satisfação que incorporo seu discurso a meu pronunciamento. A maioria dos Parlamentares querem realmente votar as PECs nºs 300, 308 e 549. Infelizmente, as pressões não são oriundas realmente dos companheiros. Por isso, democraticamente, a mobilização popular é muito importante. Continue fazendo a mobilização por todo o País.

Aproveito a oportunidade para congratular-me com a Confederação Nacional de Municípios e com a Associação Paulista de Municípios. Na Marcha dos Prefeitos, em Brasília, há mais de 3 mil Prefeitos, e isso é muito importante para nós. Na pessoa do Presidente, Marcos Monti, e da Sra. Dalva, diretora da entidade, parabenizo todos os que têm o princípio municipalista, porque é na nossa cidade que exercemos o que há de melhor na política: pensar no bem comum e no cidadão.

Parabenizo também o Ministério Público por ajudar a fazer valer o direito universal à saúde, assegurado na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 e na Constituição brasileira.

Ainda falando em municípios, lanço aqui uma ideia, uma proposta para as regiões menos favorecidas deste País: por que não repetir em outros lugares deste País o sucesso da Zona Franca de Manaus? Sim, levarmos às regiões com



crescimento abaixo de outras regiões de maior sorte mecanismos iguais ao da Zona Franca e desenvolvermos riqueza e geração de empregos, com uma reforma tributária, tão aguardada por todos nós. Vejo como exemplo a região do Pontal do Paranapanema, no oeste paulista, que, ao lado do Vale do Ribeira e, agora, a região de Avaré, faz parte do Territórios da Cidadania, por apresentarem índices de desenvolvimento humano insatisfatórios. Nesses locais, criaríamos zonas francas com o objetivo único de desenvolvê-los e da hegemonia econômica, tão sonhada pelos brasileiros.

Falando em recursos públicos, o Governo Federal quer liberar apenas 6 dos 12 milhões de reais que cada Deputado Federal designou no Orçamento da União de 2010. E empurrou as prioridades para cada Parlamentar. Sr. Presidente, é hora de nós, Deputados Federais, reagirmos e aprovarmos projeto de lei que transforma nossas emendas de autorizativas em impositivas — hoje, aos apontarmos as emendas para os municípios, o Governo Federal só libera se for de sua vontade. É momento de buscar mais respeito e transformar nossas emendas em impositivas.

Outro assunto que aflige os municípios brasileiros, especialmente aqueles em que, há muito tempo, a malha ferroviária foi privatizada e, consequentemente, sucateada, abandonada, com a retirada de trilhos e dormentes pela empresa ALL — América Latina Logística. Eu, como membro da Comissão de Viação e Transporte desta Casa, solicitei, e realizamos, audiências públicas, e convocamos diretores do Ministério dos Transportes, para denunciarmos o descaso dessa empresa, ALL com o transporte ferroviário. As regiões da Alta Sorocabana e Alta Paulista são vítimas dessa barbárie. Recentemente, o Procurador da República Dr. Luís Roberto Gomes ajuizou ação em que exige multa de 30 milhões de reais contra a ALL, por não



cumprir Termo de Ajustamento de Conduta — TAC, pelo sucateamento da malha ferroviária. De uma vez por todas, é hora de varrer a ALL do transporte ferroviário paulista. O que essa empresa está fazendo é uma vergonha.

Quero também anunciar aos colegas presentes e àqueles que lotam o plenário que a EMBRAPA, através do Parcintec, executa o primeiro projeto no oeste paulista: a Casa de Embalagem de Hortaliças, que será instalada na cidade de Alfredo Marcondes. Quero agradecer ao Chefe Geral da EMBRAPA Hortaliças, Dr. Celso Moretti, e ao Chefe Geral da EMBRAPA Meio Ambiente Dr. Celso Manzatto, pelo empenho para o sucesso do empreendimento, e ao Prefeito de Alfredo Marcondes, Celso Pirani Passos, pela disposição em receber o projeto. E, em breve, a cidade de Mirante do Paranapanema ganhará projeto na área de sementes e da pecuária leiteira.

Eu não posso esquecer-me ainda de externar a minha felicidade pela aprovação do Projeto Ficha Limpa. Foi uma vitória do povo brasileiro. O projeto, que teve mais de 4 milhões de assinaturas, foi feito pelo povo. Algumas mudanças foram feitas, mas, pela primeira vez, o Brasil pode ter uma lei firme contra pessoas despreparadas para a ocupação de cargos eletivos. Espero que o Senado aprove o mais rápido possível esse projeto e que o Presidente Lula sancione a vontade popular, transformando-a em lei. O projeto teve participação importante de segmentos da sociedade, como o movimento contra a corrupção, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.

Sr. Presidente, todos nesta Casa conhecem meu trabalho em favor da vida. Apresento com frequência projetos contra o aborto, contra a eutanásia, faço minha defesa pela criação do Dia do Nascituro, pela aprovação do Estatuto do Nascituro e





pelo projeto de criação de hospices, centros de cuidados paliativos, entre outros temas.

Ao mesmo tempo, mostro minha preocupação com o crescimento do ingresso de jovens no mundo das drogas. O *crack* é a ameaça mais forte e concreta, escravizando-os e matando-os precocemente — junto-me ao Deputado Germano Bonow e ao Deputado Alcení Guerra. Precisamos, urgentemente, criar alternativas. Temos nesta Casa a PEC nº 134, de 2007, que cria o tempo integral nas escolas — faço parte da Comissão Especial que estuda o projeto —, e o Projeto de Lei nº 1.481, de 2007, que permite o acesso dos alunos do ensino público à Internet banda larga. São caminhos para buscarmos os jovens das ruas e levá-los às escolas. Ontem inclusive foi Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A pedofilia, assunto tão propalado nos últimos meses, deve, sim, ser combatida como crime. Alguns tentam confundir pedofilia com homossexualidade. Nada a ver. Pedofilia é crime e merece punição.

Quero neste momento pedir apoio aos colegas desta Casa para ajudar-me na instalação da CPI dos Lixões, da qual sou autor. A questão do lixão no Brasil envolve danos ao meio ambiente, à saúde e à formação de máfias que dominam o setor de forma corrupta e criminosa. É preciso investigar os reais motivos de os lixões perdurarem por tanto tempo e a quem andam satisfazendo. Inconcebível um país tão rico ser subdesenvolvido em seus lixões. Por isso, peço apoio para a instalação desta CPI.

Por fim, quero saudar os rotarianos do Rotary 4510, que realizam sua convenção distrital neste fim de semana, em Águas de São Pedro, sob o comando do Governador Uracy Fontana. Em nome do Presidente do Rotary Club de



Presidente Prudente, Vitor Bazzo, saúdo todos os rotarianos e desejo boa sorte aos participantes desse evento.

Tratarei ainda do meio ambiente no âmbito federal e dos impactos sobre o Brasil, em razão da greve dos funcionários que trabalham no setor. Após 43 dias de paralisação, o atual impasse nas negociações entre o Governo e os servidores do setor ambiental federal está levando o Brasil para a beira do abismo, a uma severa crise, com impactos negativos na gestão ambiental e nos ecossistemas.

A greve dos servidores ocorre pela má política de salários destinada aos trabalhadores no meio ambiente, cujo trabalho é estratégico para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Os servidores reivindicam a reestruturação da carreira de especialista em meio ambiente, criada em 2002 para os servidores do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o ICMBio (Instituto Chico Mendes) e o Serviço Florestal Brasileiro.

No âmbito das discussões ocorridas, foi elaborada uma proposta de consenso entre o Ministério do Meio Ambiente e os servidores, que foi encaminhada à Casa Civil e ao Ministério do Planejamento em 2009, por meio do Aviso Ministerial nº 238, de 2009.

As reivindicações dos servidores no meio ambiente são justas, pois são os responsáveis pela sustentabilidade do país que detém a maior biodiversidade, a maior rede hídrica e os melhores solos do planeta. O Brasil é um país-chave na moderação das mudanças climáticas.

Os servidores ambientais têm a titânica responsabilidade de administrar mais de 300 Unidades de Conservação, distribuídas pelos mais profundos rincões, de licenciar todos os grandes empreendimentos econômicos, inclusive as obras do



PAC, e de fiscalizar todos os biomas do território nacional. A paralisação de todas essas atividades está levando a nefastas consequências sobre a gestão ambiental e criando um clima propício ao desmatamento e a invasões na Amazônia. Todo o licenciamento está parado, com atrasos irreparáveis para o andamento das obras. As Unidades de Conservação e seus funcionários estão abandonados a sua própria sorte no interior do Brasil.

Sr. Presidente, é urgente a retomada das negociações por parte do Governo e o justo atendimento às reivindicações dos servidores, para que possamos realmente avançar na construção de um Brasil sustentável.

Sr. Presidente, parabeno o Dr. Moacir Bueno Arruda, presente neste plenário, analista ambiental do Instituto Chico Mendes, pela luta incessante; o jornalista e nosso assessor de comunicações Marcos Tadeu, que não mede esforços para fazer um jornalismo transparente; Luís Carlos, o Escada, Vereador Suplente do Partido Verde na nossa cidade, Presidente Prudente, que está aqui conosco; a Dra. Daniela, a Regina e a Marcela, enfim, tantas pessoas que vêm a Brasília para ver realmente que aqui, no Congresso Nacional, nós trabalhamos e não estamos aqui para brincar. Queremos honrar nosso voto.

Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ortiz, quero, através de V.Exa., oferecer nossas saudações verdes a todo o Brasil, a todo este País tão belo, que merece, realmente, uma pessoa digna, que nos honre com o mandato, defendendo o meio ambiente e as pessoas que aqui vivem.

Sr. Presidente, peço que essas informações sejam divulgadas nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Um grande abraço a todos.



**O SR. CARLOS SANTANA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Qual é a questão de ordem?

**O SR. CARLOS SANTANA** (PT-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não aguento mais. Temos que votar 2 PECs extremamente importantes, a PEC nº 308, de 2004, e a PEC nº 300, de 2008.

Não dá mais para ficarmos esperando. Precisamos de uma solução o mais rápido possível, e é fundamental, nessa questão da segurança, a resolução dos companheiros acerca da PEC 300 e da PEC 308.

Temos que achar uma solução o mais rápido possível para esses homens e essas mulheres que têm necessidade. E nós, da população brasileira, precisamos cada vez mais dessas 2 PECs.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Acolho o seu posicionamento. Acho que V.Exa. tem razão. A Casa tomará providências nesse sentido.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Francisco Tenório.

**O SR. FRANCISCO TENÓRIO** (Bloco/PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mais uma vez, venho à tribuna para solicitar à Mesa, especialmente na pessoa do Presidente Michel Temer, que reveja a posição com relação à PEC nº 300, de 2008.

Não vou me cansar enquanto a proposta não retornar à apreciação do Plenário. Por iniciativa, por juízo próprio, o Presidente Michel Temer retira de pauta proposta de emenda à Constituição em pleno processo de votação e começa a botar em apreciação outras matérias. Nós não vamos aceitar isso. É antirregimental.

Trabalhamos no sentido do convencimento político, levamos a questão ao colegiado de Líderes. Tentamos o convencimento para que retorne ao Plenário a proposta de emenda à Constituição que cria o piso nacional de salário para policiais militares, policiais civis e bombeiros militares. Infelizmente, as medidas não surtiram o efeito desejado.

Então, começamos a trabalhar no sentido de recolher assinaturas, para que, com a assinatura do requerimento pela maioria desta Casa, possa S.Exa., o Presidente Michel Temer, fazer retornar a proposta à apreciação deste Plenário. Já ultrapassamos a maioria necessária, e são hoje 315 assinaturas no requerimento, que será protocolado na Mesa.

Tenho certeza de que, com essa demonstração dos Deputados, dos membros do Poder Legislativo, maioria absoluta — mais de três quintos, *quorum* suficiente para emenda à Constituição —, que requerem o retorno à apreciação, o Presidente não vai poder ser contra e colocará a PEC nº 300 em votação.



Vivemos momento em que se discute a crescente violência no País, momento em que se discute a falta de política de segurança pública, momento em que se discute o patrocínio das ações de segurança pública, e essa medida vem ajudar nesse processo, ao resgatar a autoestima dos policiais, para que possam, sim, contribuir mais decisivamente para o combate à violência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra, pela ordem, à Sra. Deputada Janete Rocha Pietá.

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** (PT-SP. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que esta Casa tem de tomar uma posição, seja qual for, em relação à PEC nº 300, de 2008. Já deixei bem claro o meu apoio a ela. É preciso chegar a um acordo em relação à polêmica que está fazendo com que a PEC não seja colocada em discussão.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que a Central Única dos Trabalhadores está promovendo hoje, em todo Brasil, o Dia Nacional de Mobilização e Paralisação. O objetivo das paralisações e das mobilizações é o de nos pressionar, os Deputados, para que tomemos uma posição frente a outra proposta, a PEC nº 231, de 1995, que reduz a jornada de trabalho semanal de 44 para 40 horas, com adicional ampliado de horas extras.

Eu gostaria ainda de dizer a esta Casa, a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores que assistem à sessão que queremos votar essas PECs. Temos clareza de que a redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas, além de aumentar o número de empregos, principalmente para os jovens, possibilitará a qualificação dos trabalhadores. E as trabalhadoras e os trabalhadores também têm direito ao lazer com a sua família.

Quero também registrar a realização do Encontro Nacional de Negras e Negros do PT, de 14 a 16 de maio, em Brasília. Foi um belo momento da militância do nosso partido, do qual participaram delegadas e delegados de todo o País.

Participei da cerimônia de abertura, na sexta-feira, dia 14, na qual tivemos a honra de recepcionar a nossa pré-candidata Dilma Rousseff. Representando a



riqueza cultural e espiritual das mulheres e dos homens africanos trazidos para o Brasil e de seus descendentes, que durante séculos têm contribuído decisivamente para a formação social brasileira, Dilma foi recebida por um cortejo cerimonial acompanhado de cantos e ao som de atabaques. Como destacou a macota Célia Gonçalves em sua saudação, *“na visão de mundo africana, a mulher é o princípio do mundo”*.

Essa é a melhor maneira de expressar o nosso apoio ao projeto de inclusão social e resgate da dívida que a sociedade brasileira tem com seus segmentos historicamente excluídos, particularmente afrodescendentes e indígenas.

Registro com satisfação que Dilma defendeu a manutenção das políticas afirmativas e de cotas. Nos últimos anos, o Governo teve grandes avanços nesse campo, mas é preciso fazer mais.

*“A escravidão, que marcou profundamente nossa história, fez do Brasil palco de uma das maiores diásporas, movida a grilhões. E isso ainda caracteriza um aspecto de injustiça, que temos de eliminar. A exclusão social, que apesar do término da escravidão permaneceu no Brasil, afeta as pessoas pobres do Brasil e tem traço de discriminação e racismo”,* discursou Dilma.

Ela também expressou que o Governo deve ter mais negros no Itamaraty. *“Nós temos de ter mais negros no Itamaraty. Esse é um compromisso do governo Lula, porque esse é um governo que fez uma política mais afirmativa em relação à África, esse era um país que estava virado de costas para a África”,* lembrou.





Dilma revelou ainda que, pouco antes do início do evento, conversou com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E S.Exa. revelou que o próximo navio a ser lançado no Brasil, que faz parte do processo de recuperação da indústria naval brasileira, chamar-se-á Zumbi dos Palmares.

De nossa parte, militantes do movimento negro, lutaremos contra qualquer tipo de discriminação e pela reafirmação dos direitos iguais, dando ênfase à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Esse é um tema muito importante.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que precisamos votar logo a PEC sobre o fim do trabalho escravo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Santana.

**O SR. CARLOS SANTANA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sei quantas vezes já ocupei esta tribuna para pedir a votação da PEC nº 300, de 2008, e da PEC nº 308, de 2004.

Isso é triste, porque essas duas propostas de emenda à Constituição foram objeto de muito trabalho de Comissão Especial. Talvez devêssemos acabar com as Comissões Especiais nesta Casa. Afinal, a Comissão Especial é constituída, um texto é elaborado, votamos contra ou a favor, e, depois, o texto aprovado não é válido para votação pelo Plenário da Casa. Não entendo mais nada! A Comissão Especial é onde temos tempo para fazer os debates, ouvir convidados em audiências públicas, atrair atenções para a matéria, mas, quando o texto é levado para o Plenário, temos de fazer um novo acordo.

Há 15 dias, estamos indo de gabinete em gabinete, falando com as Lideranças e com os demais colegas sobre a necessidade de votarmos essas duas PECs. Ainda hoje, tivemos várias reuniões com companheiros.

Peço encarecidamente à Casa que votemos com urgência essas PECs, que são muito necessárias. Quem está contra vota contra, quem está a favor vota a favor, mas não é possível que esses homens e mulheres venham toda semana a esta Casa em vão.

Sou do Estado do Rio de Janeiro e sei bem da importância dos agentes e dos policiais e bombeiros militares.



A presença física dos senhores aqui é louvável e muito necessária, porque esta Casa só entende a importância das matérias quando a população se faz presente e se manifesta.

Então, peço a todos os Líderes que, pelo amor de Deus, coloquem essas PECs em votação. Quem estiver contra vai votar contra — eu vou votar a favor das PECs nºs 308 e 300.

Estamos esperando, Sr. Presidente. Vamos votar o mais rápido possível. Não dá para ficar toda semana nesse vota, não vota. Precisamos votar o mais rápido possível, precisamos tomar de fato uma decisão. Os trabalhadores interessados nessas propostas já não aguentam mais.

Sr. Presidente, nós, os Deputados que são a favor, queremos votar o mais rápido possível.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de entrar nos assuntos que me trazem à tribuna, cumprimento os companheiros e companheiras que, mais vez, aqui estão corretamente pressionando este Plenário a continuar a votação da PEC nº 300, de 2008, e todos os que participam da sessão de hoje.

Sras. e Srs. Parlamentares, foi divulgado pela imprensa brasileira o resultado do balanço de empregos relativo ao mês de abril — o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A notícia alvissareira para o País e para as trabalhadoras e trabalhadores é que houve um recorde na geração de emprego no primeiro quadrimestre deste ano, ou seja, de janeiro a abril, número superado somente no mesmo período de 2008.

Apenas no mês de abril, foram criadas mais de 305 mil vagas de trabalho no Brasil. Fechamos o quadrimestre de janeiro a abril com um total de 962 mil empregos a mais no País. Isso significa que o próprio Governo e o próprio Ministro do Trabalho estão fazendo uma nova previsão para geração de empregos neste ano de 2010.

Havia uma previsão inicial de que este ano deveriam ser criados em torno de 2 milhões de postos de trabalho a mais. Com esses dados de janeiro a abril, observa-se um crescimento maior que o previsto. Assim, há expectativa de que sejam gerados 2,5 milhões de empregos.



No mercado formal de trabalho, com carteira assinada, o trabalhador recebe não apenas o seu salário, mas também todos os direitos trabalhistas; passa a contribuir para a Previdência Social e ganha a perspectiva de aposentadoria.

A exemplo de todos os brasileiros, quero comemorar o novo momento que vive o Brasil, resultado — tenho certeza absoluta — da política aplicada pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho também à tribuna homenagear a liderança do País na chamada agricultura tropical. A nossa mundialmente reconhecida capacidade de inovação tecnológica no setor muito se deve ao trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que comemorou 37 anos de existência.

O trabalho de pesquisa conduzido pela EMBRAPA e pelas instituições parceiras que formam o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária transformou a agricultura brasileira, ampliou o nosso conhecimento sobre solo, clima, recursos naturais e técnicas agrícolas, gerando tecnologias capazes de revolucionar os padrões de produção. Nas últimas 4 décadas, observou-se o incremento acelerado da produtividade, a redução dos preços, a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e a agregação de mais valor à produção. Novas tecnologias foram disseminadas visando ao equilíbrio econômico, social e ambiental do País, e sistemas de produção sustentáveis, recomendados.

O sucesso da contribuição da pesquisa agropecuária para o Brasil pode ser exemplificado pela expansão da cultura da soja no Cerrado, que hoje responde por mais de 60% da produção nacional do grão; a adaptação de fruteiras de clima



temperado a regiões semiáridas; a obtenção de cultivares e de raças animais mais resistentes a doenças e a condições adversas de clima e solo e mais adequadas a diferentes sistemas de produção; o desenvolvimento de sementes imunes a pragas e de plantas e raças mais produtivas; a descoberta de insumos biológicos que reduziram o uso de produtos químicos nas lavouras; o aproveitamento sustentável de plantas exóticas e nativas; a obtenção de produtos alimentícios de maior qualidade nutricional, entre outras experiências exitosas.

Aos 37 anos, a empresa empreende esforços para atualizar e adequar áreas estratégicas, como a de pesquisa, de transferência de tecnologia e de gestão administrativa, ao próprio crescimento da importância da instituição nos cenários nacional e internacional. A empresa está ampliando sua atuação no exterior tanto em países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, transferindo conhecimentos e acompanhando os avanços na ciência. No cenário nacional, estendeu sua presença aos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão e inaugura, neste mês de maio, um novo centro em Brasília, destinado a estudos e treinamentos em agricultura tropical.

Entre suas prioridades para 2010, elegeu o fortalecimento das pesquisas na área de recursos genéticos vegetais, parte da biodiversidade que apresenta valor real ou potencial para a humanidade. O conhecimento dos recursos genéticos exóticos e nativos e sua associação a técnicas de melhoramento garantiram o êxito dos programas que mudaram o desenho da agricultura no Brasil. Serão investidos R\$20 milhões em ações que visem à conservação e o uso sustentável dos recursos genéticos, incluindo os nativos do Brasil, que detém um dos maiores patrimônios biológicos do mundo.



Durante a solenidade em comemoração dos 37 anos da empresa, foi realizada a entrega do Prêmio Frederico de Menezes Veiga; a assinatura de liberação dos recursos 2010 do PAC EMBRAPA para as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária — OEPAs; a disponibilização de minibibliotecas (*kit* composto por publicações impressas e programas em vídeo personalizado para atender às demandas locais por informações tecnológicas); acordo de cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia e protocolo de intenções com o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Fortalecer as 17 OEPAs e, conseqüentemente, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária — SNPA é uma das metas do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa — PAC EMBRAPA. A assinatura do convênio 2010 representa mais R\$72.346.000,00 de investimento para as OEPAs.

Em 2008 e 2009, o PAC EMBRAPA já havia destinado R\$145.392.518,63 para as 17 OEPAs que fazem parte do SNPA. Os recursos liberados em 2009 foram prioritariamente destinados à recuperação de campos experimentais, construção de laboratórios e adequação da estrutura de pesquisa às normas de BPL — Boas Práticas de Laboratório — e ISO 17025.

Os investimentos possibilitam a revitalização da infraestrutura, o que facilitará a execução de novos projetos de pesquisa e maior capacidade de articulação das OEPAs com outras instituições. As melhorias em andamento têm encorajado ainda ações institucionais em favor da gestão de pessoal, tais como: elaboração de planos de cargos e salários e ampliação do quadro de pesquisadores por meio de concursos públicos.



Com essas iniciativas, as OEPA's estarão mais bem preparadas para uma maior articulação com a EMBRAPA, universidades e outros parceiros, fortalecendo a capacidade de resposta do SNPA aos desafios da agricultura brasileira.

Investir em pesquisa agropecuária foi, em 2009, um excelente negócio no Brasil: houve um retorno de R\$10,37 para cada real aplicado.

E, ao ensejo de seu aniversário de 37 anos, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária apresenta os resultados de seu Balanço Social 2009, uma reafirmação de seu compromisso com a sociedade, de sua capacidade de aumentar a riqueza produtiva e tecnológica do País, reduzir as diferenças regionais de renda e, acima de tudo, oferecer soluções para minimizar os flagelos da fome e da miséria.

Os resultados do Balanço Social 2009 tem como base um lucro social de R\$18,84 bilhões, apurado com base nos impactos de uma amostra de 104 tecnologias e 140 cultivares desenvolvidas pela empresa e seus parceiros — em especial as organizações estaduais de pesquisa — e transferidas para a sociedade. Com isso, cada real aplicado pelo Governo Federal em 2009 na EMBRAPA gerou R\$10,37 para a sociedade brasileira.

Em 2009, graças ao Plano de Fortalecimento e Crescimento da EMBRAPA, a receita líquida da empresa cresceu 34,17% e atingiu a R\$1,81 bilhão, cerca de US\$1 bilhão.

O Balanço Social de 2009 da EMBRAPA indica que apenas essa amostra de 104 tecnologias e 140 cultivares desenvolvidas e transferidas para a sociedade gerou 85.725 empregos no ano, postos de trabalho que não teriam sido criados caso os produtores estivessem adotando outras soluções tecnológicas. Estima-se que a





totalidade das tecnologias geradas e transferidas à sociedade tenha gerado um número de empregos ainda maior.

O documento traz ainda informações sobre tecnologias e feitos importantes, como o clone de uma vaca nelore premiada que obteve registro na Associação Brasileira dos Criadores de Zebu; a cultivar de cenoura que acabou com a sazonalidade dessa hortaliça e garantiu sua oferta na mesa dos brasileiros durante todo o ano; o zoneamento do impacto futuro das mudanças climáticas na atividade agrícola do País; a cultivar de dendê resistente à doença que até agora impedia a expansão dos dendezais no Brasil; cultivares mais resistentes ao clima e às doenças, a exemplo do trigo BRS Pardela e da soja Valiosa RR; as bactérias, fungos e plantas capazes de recuperar áreas degradadas e formar florestas em apenas 3 anos; as barragens subterrâneas para armazenar água da chuva dentro da terra, a garantia de colheitas no semiárido e os quintais orgânicos de frutas. Por tudo isso, a empresa recebeu o Prêmio FINEP de Inovação 2009 na categoria Tecnologia Social.

A publicação faz referência a 710 ações de relevante interesse social com grande diversidade de áreas e beneficiários — agricultores familiares, assentados de reforma agrária e comunidades indígenas, entre outros. Menciona também que, em 2009, empregados e centros de pesquisa da EMBRAPA receberam 50 prêmios de expressão, sendo 3 internacionais, 13 nacionais, 22 científicos e 12 regionais.

Esses prêmios são resultados que ilustram como a EMBRAPA valoriza os recursos aplicados na pesquisa, comprovam para a sociedade a importância do investimento em ciência e tecnologia na agropecuária brasileira e lembram que a instituição, em seus 37 anos de existência, possibilitou ao Brasil equacionar



---

problemas seculares de produção, abastecimento interno e inserção no mercado internacional de alimentos, de fibras e, agora, de energia renovável.

Parabéns EMBRAPA!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Átila Lins.

**O SR. ÁTILA LINS** (Bloco/PMDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa para tratar de matéria importante para o País: a PEC nº 300, de 2008.

Todo mundo sabe que, desde o ano passado, nós estamos visitando os Estados da Federação e realizando audiências públicas em várias Capitais e em vários Municípios. Ao final, no dia 2 de março, chegamos a um texto que foi aprovado quase que unanimemente nesta Casa — por 392 Deputados —, para que estabelecêssemos o piso salarial da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

Lamentavelmente, houve um fato que é rotina no Legislativo: a apresentação de destaques. O Regimento da Casa é muito claro ao estabelecer que, quando há apresentação de destaques, a matéria não pode ter sua votação interrompida. Mas não foi o que aconteceu. A PEC nº 300 teve a sua votação interrompida, e desde o dia 2 de março esperamos examinar os destaques para concluir a votação do primeiro turno.

Infelizmente, até esta data, não concluímos a votação para que possamos votar a PEC em segundo turno e encaminhá-la ao Senado Federal. Com isso, criaremos condições para que os policiais militares, os policiais civis e os bombeiros militares, enfim, os profissionais de segurança pública, possam ter um salário digno para prestar bons serviços à coletividade.

Sr. Presidente, há um requerimento do Deputado Miro Teixeira, subscrito por mais de 320 Deputados, solicitando ao Presidente da Casa, Deputado Michel



---

Temer, que coloque em pauta novamente a PEC nº 300. O Regimento Interno não permite que a tramitação de uma matéria, quando tem sua votação iniciada, seja interrompida de forma indefinida, como está acontecendo.

Ontem a Mesa reuniu-se com o Colégio de Líderes e designou o Deputado Arlindo Chinaglia para tentar encontrar um caminho, a fim de votarmos hoje as PECs nºs 300 e 308.

Estamos aguardando, Sr. Presidente. Toda a representação da polícia do Brasil se encontra aqui, inclusive a Polícia do Amazonas, meu Estado. Estão presentes policiais militares e civis e bombeiros de todo o Brasil. Esperamos que, realmente, o Presidente Marco Maia coloque em votação as PECs nºs 300 e 308 para resolvermos esse assunto.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra a Deputada Tonha Magalhães.

**A SRA. TONHA MAGALHÃES** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores visitantes, espero que a Presidência desta Casa, juntamente com o Colégio de Líderes, coloque hoje em votação a PEC nº 300, porque os policiais já estão cansados. Eles deixam seus afazeres para virem a esta Casa.

Quem depende da aprovação dessa PEC e de que ela seja posta em prática é o povo brasileiro, porque o Brasil clama por segurança, e esses homens precisam ser bem remunerados.

Quero falar um pouco do meu Estado, a Bahia. Sei que, assim como na Bahia, em todos os Estados brasileiros o cidadão não tem segurança nos grandes centros, nas Capitais, tampouco no interior. A situação está uma coisa absurda! É preciso cuidar desses homens que cuidam da segurança do povo brasileiro.

Na Bahia, a cada final de semana ocorrem 20 a 30 assassinatos, só na Capital e na Região Metropolitana. Muitas cidades do interior não dispõem sequer de uma viatura. É uma absurdo! Até os pobres coitados dos nossos velhinhos aposentados estão sofrendo.

Tenho andado em todo o interior da Bahia e ouvido testemunhos sobre a marginalidade. A situação agrava-se cada vez mais. Estão assaltando vans cheias de velhinhos que se deslocam de uma cidade para outra para receberem seu pequeno salário. Estão atacando os velhinhos nas suas próprias casas, no interior. Os que fazem esse tipo de coisa sabem que a polícia está desaparelhada, não ganha o que deveria ganhar e por isso não tem condição de fazer um bom trabalho.



---

Todo funcionário mal remunerado não tem vontade nem condição de prestar um bom serviço.

Esta Casa tem obrigação de concluir a votação da PEC nº 300 para que todo o Brasil tenha mais segurança.

Muito obrigada.



**O SR. RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sei que V.Exa. não poderá presidir a votação sendo Relator da Medida Provisória nº 472. Eu peço que o Presidente venha ao plenário — são 16h35min, mais de 30 minutos depois do horário previsto —, para iniciarmos a Ordem do Dia, pois já temos *quorum* suficiente.

Há um problema: todos os Prefeitos estão reunidos em Brasília. Daqui a exatamente 1 hora, todos nós seremos convocados pelos Estados para discutir as reivindicações dos Prefeitos e aquilo que poderemos votar para atendê-los.

A matéria é importante. São 52 emendas acrescidas pelo Senado, e existem vários destaques apresentados por nós. Por isso, pediria que, não sendo possível a V.Exa. presidir a votação, alguém o substitua, para que iniciemos a votação da Medida Provisória nº 472.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, tenho um comunicado a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Um minuto, por gentileza.

Deputado Ronaldo Caiado, eu já pedi ao Vice-Presidente que viesse para presidir a sessão. Realmente V.Exa. tem razão.

Ao iniciarmos a apreciação dos destaques da Medida Provisória nº 472, obviamente, não poderei presidir, porque sou o Relator. Mas já pedi providências e, dentro em pouco, o Deputado Marco Maia estará presente para iniciar os trabalhos.



Eu penso, como V.Exa., que é muito importante que votemos essa matéria, porque, se não, teremos o decaimento da possibilidade de aplicação da medida provisória.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Caiado, em nome do PMDB, para que possamos iniciar a Ordem do Dia com essa matéria importante, porque tememos que não haja tempo, pois essa medida provisória vence na terça-feira, dia 25 e, se não for votada hoje, corre-se o risco de perder a validade.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, comunico à Nação que se encontram na Câmara dos Deputados caciques das nações indígenas de todo o Brasil. Eles estão mobilizados. Acabaram de sair de uma audiência com o Presidente interino da Casa, Deputado Marco Maia, com a presença de vários Deputados de todos os partidos e com indigenistas que são radicalmente contra a emenda que veio do Senado, a qual foi introduzida de forma inoportuna, destinada à criação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Faço um apelo a V.Exa., que é Relator da matéria. Eles foram peremptórios perante o Presidente Marco Maia: se for votada essa matéria, vão declarar guerra ao Parlamento e à Presidência da República. Estão revoltados e indignados.

O que aconteceu aqui há pouco é culpa única e exclusivamente do Presidente da FUNAI. Ele foi omissos ao não comparecer a 3 audiências públicas — 2 na Câmara dos Deputados e 1 no Senado Federal. O Presidente Lula está sendo enganado, mal-informado. Esse Presidente da FUNAI, que ninguém conhece, está induzindo os povos indígenas a um fratricídio, a uma guerra desnecessária.

Demitam o Presidente da FUNAI, revoguem o decreto, derrubem essa emenda, nomeiem outro Presidente da FUNAI, comecem o diálogo. Assim, os índios vão embora para suas casas, acabam-se o conflito e toda essa tensão que existe hoje dentro do Congresso Nacional e em frente dele. É preciso que decisões sejam tomadas.



Espero que o Presidente Marco Maia comunique imediatamente ao Presidente Lula o que acabou de ouvir, que S.Exa. está sendo mal-informado, enganado.

O Presidente da FUNAI não vem a esta Casa, não dialoga, não conversa com os Parlamentares, não conversa com os índios. Para que serve um elemento desses na estrutura do setor público? Permite que os índios percorram muitos quilômetros para virem a Brasília passar fome, frio, vergonha, humilhação.

Respeito às nações indígenas é o que falta neste momento no País. Vamos revogar o decreto e derrubar a emenda que veio do Senado da República, pois ela é uma afronta aos verdadeiros brasileiros.

Nesta Casa nós recebemos todas as etnias, todas as pessoas, de todos os recantos do Brasil. Mas os verdadeiros brasileiros são os indígenas, as nações indígenas. Respeito e consideração a essas pessoas, portanto!

Faço este apelo a todas as Lideranças da Casa: vamos resolver o problema hoje, derrubando essa emenda e fazendo uma recomendação às Lideranças no sentido de trazer a matéria ao Plenário, para que o decreto legislativo revogue o decreto do Presidente. Mais do que isso: que o Presidente faça, ele mesmo, a revogação desse ato e demita o Presidente da FUNAI.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra ao Deputado Jilmar Tatto. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. JILMAR TATTO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, 1 minuto é suficiente para dizer que 12 milhões e 400 mil famílias foram beneficiadas com o Bolsa Família, num orçamento de 13 bilhões e 100 milhões de reais. Isso fez com que, de 2003 a 2008, a desnutrição infantil, no Brasil, caísse 73% e a mortalidade infantil, 15,3%. Este é, portanto, o resultado do Governo Lula. E agora o Banco Central noticia que o País cresce 9,85% no trimestre.

Dilma está subindo nas pesquisas, o País está crescendo, foram gerados 12,5 milhões de empregos no Governo Lula. A Oposição vai ter de cortar os pulsos, porque está difícil fazer oposição. Este é o Brasil que queremos.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano em que a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social desta Casa completa 3 anos de atividades, no próximo dia 10 de julho, elencamos aqui algumas lutas que também marcaram o Dia do Assistente Social, comemorado em 15 de maio, os 60 anos do curso de Serviço Social no Estado do Ceará e os 35 anos de sua incorporação pela Universidade Estadual do Ceará — estes com programação organizada pelo corpo docente e discente na semana do dia 25 de março.

Hoje, aproximadamente 82 mil profissionais exercem papel fundamental na elaboração e execução das políticas públicas sociais no País.

Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, tenho articulado apoio para a aprovação do Projeto de Lei nº 5.278, de 2009, que irá garantir um piso salarial nacional de R\$3.720,00 por 30 horas semanais de trabalho, bem como do Projeto de Lei nº 3.077, de 2008, conhecido como PL SUAS, do qual fui Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) no ano passado, visando fortalecer e consolidar toda a estrutura da política pública de assistência social. Esta última matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação desta Casa e esperamos que, em breve, possamos aprová-la em plenário.

Paralelamente a esses 2 importantes projetos, nossa luta continua pela criação de cargos em comissão para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), uma vez que o quadro de recursos humanos tem-se mostrado insuficiente para atender à demanda da pasta; pela criação da Lei de



Responsabilidade Social (LRS); pela difusão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); pela expansão e implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); pelo fortalecimento dos conselhos e pela concessão de dedutibilidade do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas que efetuem doações a entidades beneficentes de assistência social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como parte da nossa missão de debater e aprovar leis que atendam aos anseios da sociedade, realizamos no início deste mês, em Fortaleza, o I Seminário sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, tendo como convidada e palestrante a Subsecretária de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Maria Albanita Roberta de Lima.

Com a adesão bastante significativa da categoria, colocamos também na pauta dos debates a questão do piso salarial e demais iniciativas que tramitam nesta Casa em prol dos assistentes sociais. Na oportunidade, lançamos o Movimento pela Aprovação do Piso dos Assistentes Sociais.

No âmbito do Estado do Ceará, identificamos a necessidade da oferta de um mestrado em Serviço Social para complementar o curso incorporado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) há 35 anos, de um total de 60 anos desde a sua criação. São 34 professores, entre doutores, mestres e especialistas, que estão envolvidos na formação dos novos profissionais. Anualmente, são ofertadas 160 vagas, nos turnos da manhã e noite, perfazendo um total de 850 matriculados atualmente. Para os que escolheram o Serviço Social, a UECE dispõe de laboratórios e conta com o Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET), o Liga Saúde e grupos de pesquisas.



Na visão de cada vez mais contribuir com as lutas que trarão mais segurança para a categoria e, conseqüentemente, para a população é que reafirmamos aqui o nosso compromisso em aprovar os projetos que ora tramitam na Câmara dos Deputados.

Por toda a contribuição que os assistentes sociais têm dado ao País é que, neste momento, parabenizamos todos pelo seu dia, transcorrido no último sábado, bem como a diretoria da UECE, em nome do Reitor Francisco de Assis Moura Araripe, da Profa. Conceição Pio (Centro de Estudos Sociais Aplicados) e da coordenadora do curso de Serviço Social, Profa. Irmã Moroni da Silveira.

Era o que tínhamos a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Setim.

**O SR. LUIZ CARLOS SETIM** (DEM-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando pensamos em países desenvolvidos, vêm-nos à mente algumas premissas que marcam as principais razões que nos podem levar a conquistar esse patamar.

Com certeza, uma boa formação educacional tem lugar de destaque no pódio de qualquer país, principalmente os mais ricos.

Chama atenção o fato de que os países desenvolvidos, sem exceção, oportunizam escola — educação/ensino — em tempo integral para todos os seus cidadãos. Entendem os estudiosos, autoridades, políticos e comunidades instruídas dessas terras que não há como prover uma criança ou jovem de uma boa formação sem que esses estejam presencialmente ligados à escola durante todo o dia.

Causam-me estranheza, assim, os vagarosos passos que vêm sendo dados nesse sentido pela Nação brasileira, já quase aclamada como uma das mais desenvolvidas no planeta — e alguns já preveem que, em breve, o Brasil ocupará a quinta posição entre os países desenvolvidos.

Prever a presença do estudante em torno de 7 a 9 horas na escola, valorizando, além das disciplinas do tronco comum (Português, Matemática, Ciências etc.), outras atividades essenciais para uma boa formação, como as de cunho artístico cultural e esportivo, é de suma importância.

Seria possível tornar isso realidade no Brasil, mesmo que no futuro?





Sabe-se que grande parte dos resultados exitosos depende da vontade política dos líderes desta Nação e, feliz ou infelizmente, o processo não é diferente quanto à educação.

Na Câmara Federal, sou membro da Comissão Especial da PEC nº134-A, de 2007, responsável pela discussão em torno do tema tempo integral nas escolas públicas. Estamos, a cada nova semana, avançando — sendo-nos oportunizadas, a cada novo encontro, discussões com autoridades que muito vêm contribuindo para uma melhor visão do assunto com um todo.

A presença do Ministério da Educação, de autoridades representantes de universidades renomadas, da UNESCO e de outras organizações, bem como de Secretários Municipais e Estaduais em cujas localidades estão acontecendo programas escolares em tempo integral, e de outros tantos relatores de experiências de sucesso vem ilustrando com competência as reuniões semanais.

Este momento é substancialmente crucial para um país que pretenda alcançar o patamar de desenvolvido. Muita reflexão por parte de todos, participação da sociedade, intensificação na liberação e previsão de recursos financeiros muito superiores aos atuais são apenas alguns dos itens que fazem parte da atual agenda dos estudos.

Minha crença na educação é tão forte quanto a da educação no bem do homem. E essa, com certeza, é uma das fortes razões por que estou Deputado Federal — desejoso, sempre, de uma melhor educação para a sociedade, para todos cidadãos brasileiros.

E educação em tempo integral, nobres Sras. e Srs. Deputados, traz melhor formação e mais qualidade de vida para todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Wilson.

**O SR. PEDRO WILSON** (PT-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar à Casa a formação da Frente Parlamentar Pró-Guardas Municipais.

Guardas de todo o Brasil estão em Brasília, em face da luta pela aprovação da PEC nº 534, de 2002, que regulamenta as guardas municipais no Brasil.

Está de parabéns o Deputado Vicentinho, Presidente da Frente Parlamentar, o Deputado Fernando Nascimento e outros Deputados que formam a Frente Parlamentar Pró-Guardas Municipais.

Estiveram aqui os Srs. José Eulálio e Jeibson, do sindicato das guardas municipais de Goiânia.

Vamos aprovar já a PEC nº 534, de 2002, que regulamenta a vida dos guardas municipais no Brasil. Cada Estado e cada Município tem uma organização. Vamos aprovar a PEC e regularizar o trabalho importante de todos os guardas municipais, homens e mulheres de todos os Municípios brasileiros.



---

**O SR. LIRA MAIA** - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um registro

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Por favor, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que se encontra na Casa o nosso amigo Demetrius, de Marabá, suplente de Senador do Pará. Está associado aos Prefeitos do Pará e da região do pretenso Estado de Carajás, lutando para que essa matéria venha à pauta.

Quero também registrar a presença de tantos companheiros ligados à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros que estão lutando para que seja colocada em pauta a PEC nº 300, de 2008, tão importante, que todos defendemos.

Estive reunido esta semana com o Presidente da associação dos policiais militares e bombeiros militares, em Belém, onde o cabo Deonildo e toda a sua diretoria têm feito um esforço tremendo para a aprovação dessa PEC.

Portanto, peço, em nome dos brasileiros e dos policiais, que na sessão extraordinária votemos a PEC nº 300, de 2008.



**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Qual é a questão de ordem?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Não é questão de ordem, mas pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Pela ordem? V.Exa. sabe que não existe. V.Exa. quer fazer uma comunicação?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Por gentileza.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito tempo, política externa não era destaque nas conversas dos brasileiros como nestes últimos dias. Dos editoriais dos jornais até as mesas de bares, em todos os lugares, a atenção estava voltada para a iniciativa de Lula de selar um acordo e buscar negociações com o Irã. Brasil e Turquia protagonizaram um lance que despertou o mundo e mostrou um novo caminho nas relações internacionais.

Disse, num rápido pronunciamento ontem, neste plenário, e reafirmo hoje, que o Presidente Lula inaugurou uma política que aposta na tentativa do consenso para solucionar os conflitos. E o Brasil sai fortalecido como parceiro confiável. Mesmo para os críticos da oposição, como Rubens Ricupero, este foi um momento único e nobre da diplomacia brasileira.

Mas, como vivemos uma disputa eleitoral, nenhum líder da Oposição se atreve a criticar, e, mais uma vez, a grande imprensa faz seu trabalho. As manchetes sobre o acordo fazem coro com as grandes potências, que não aceitam um país como o Brasil protagonizando uma política internacional baseada na paz,



baseada no desenho de uma nova geografia do poder econômico mundial e de uma política externa calcada na ascensão dos países emergentes e dos blocos regionais.

*“Quando se observa o jogo arriscado em que a diplomacia brasileira tem se metido, fica visível a política de confronto sistemático aos interesses americanos”* alerta o editorial de *O Globo*, que aponta como “artífice” de tal desafio o “Itamaraty do B”.

*A Folha de S.Paulo* não fica atrás e diz que *“a visita de Lula ao Irã, que esta Folha viu com profundo ceticismo, não engendrou a solução final para a crise”!!!*

Depois, ao invés de chamar a atenção para o susto das grandes potências frente à vitória diplomática do Brasil, a imprensa brasileira louva o rápido “contra-ataque dos EUA”, tornando nítido que os interesses que ela defende estão intimamente vinculados ao servilismo da direita brasileira e à bajulação tucana aos norte-americanos.

Ao invés de se alinhar às chantagens militares, como fez FHC no passado, Lula ofereceu um tratamento compatível a um país da importância geopolítica do Irã. Ou seja, ao invés da ameaça, Lula abriu um canal de negociação. E, independente do posicionamento futuro das grandes potências, não há como negar que: 1) o Brasil consolida seu protagonismo na agenda política internacional; 2) inaugura-se uma política que aposta no consenso como modo de solução dos conflitos; 3) o Brasil fortalece sua reputação de parceiro confiável, com reflexos tanto políticos como comerciais, e 4) abre-se a possibilidade de acordos multilaterais sem o protagonismo das grandes potências.

E se aqui isso tudo deixa a Oposição ainda mais encalacrada, é também o que está assustando as grandes potências! Jornais como *The Guardian*, *Financial*



*Times* e agências de notícias como *AP* e *EFE* já noticiam a força da “diplomacia sul-sul” e a mudança de rota nas relações multilaterais protagonizadas pelos “emergentes”, com destaque para o Brasil. Como disse o diretor do Projeto Irã da New America Foundation e ex-responsável pelo Oriente Médio no Conselho de Segurança Nacional dos EUA, Flynt Leverett, *“Brasil e Turquia são potências em ascensão e assumem significativa influência numa importante questão de paz e segurança internacional. Mostraram de forma polida, mas clara, que Washington não tem controle unilateral na discussão do programa nuclear iraniano”*.

Para finalizar, disse, no pronunciamento, que não poderíamos esquecer de que há também interesses econômicos e geopolíticos em jogo. Claro que o protagonismo adotado pelo Brasil, que se traduz no oferecimento ao Irã de canais privilegiados de negociação, aquecerá a relação comercial entre esses 2 países, além de parcerias em diversas áreas, uma vez que o Irã é um país de 68 milhões de habitantes, que exerce liderança no mundo árabe, com PIB de 850 bilhões de dólares. Com essa postura, o Brasil obterá dividendos não apenas políticos, mas terá reforçado sua parceria econômica com todo o mundo árabe, gerando emprego e renda no Brasil e influenciando mudanças na geografia econômica mundial.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Brizola Neto.

**O SR. BRIZOLA NETO** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje nós assistimos pelos jornais a mais uma punição que a Justiça Eleitoral deu ao Presidente Lula e ao instituto de pesquisa Sensus. Mais uma vez, um processo que eu tenho dificuldade de entender, que me parece um pouco o processo de se querer criminalizar a ação política, impedindo que uma liderança política, como é o nosso Presidente da República, possa manifestar-se, possa expressar quem é de verdade a sua candidata, que tem compromisso em dar continuidade ao seu Governo.

Mas eu queria chamar a atenção dessa mesma Justiça Eleitoral, porque, agindo baseada em fatos subjetivos, ela tem sido implacável com a candidatura da Ministra Dilma Rousseff. Eu quero ver como vai portar-se a Justiça Eleitoral diante de fato concreto. E quero fazer uma provocação à Justiça Eleitoral: quero ver como ela vai agir diante de fato concreto, que é justamente o programa do Democratas no Estado do Ceará, que veiculou propaganda eleitoral do candidato José Serra, num flagrante desrespeito à legislação eleitoral, que expressamente proíbe a participação de filiado a outro partido no programa da sua legenda.

Então, o que eu quero cobrar da Justiça Eleitoral é que o mesmo rigor que tem tido com a candidata Dilma seja aplicado ao candidato José Serra e ao partido Democratas, que desrespeitou claramente a legislação eleitoral, ao veicular, no seu programa eleitoral do Ceará, propaganda do candidato José Serra.



---

Estou com a cópia do programa que viola a legislação eleitoral no Ceará. Vou entregá-la às Lideranças do PT e do Governo nesta Casa para que tomem as providências devidas.

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. BRIZOLA NETO** - Para concluir, gostaria de dizer que o PDT vai apoiar a candidatura da ex-Ministra Dilma Rousseff, candidata do Presidente Lula.

Também vamos entrar com uma representação na Justiça Eleitoral para que tome providências. Aliás, o PT deve ser mais enérgico nessa ação, até porque as inserções estão no ar. As providências devem ser tomadas de imediato, Deputado José Genoíno, porque o Direito não protege aqueles que dormem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que nos acompanham pelo *TV Câmara*, quero chamar a atenção para mais uma declaração da pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, que nos preocupa.

Em entrevista à *Rádio CBN*, na manhã de segunda-feira, a pré-candidata lamentou a extinção da CPMF. Segundo ela, o fim da cobrança não trouxe resultados práticos no que se refere ao bolso do consumidor e que, para recompor os R\$40 bilhões que deixaram de ser arrecadados com a CPMF, há 2 opções: remanejar o dinheiro ou criar um novo imposto.

A pré-candidata Dilma mostra ser uma dos poucos neste País, além do próprio Governo, a sentir saudades da CPMF. Esse seu saudosismo e apreço demonstrados ao imposto do cheque revelam que, se eleita, não pensará 2 vezes em recriá-lo.

O cidadão se lembra muito bem da luta travada para que a CPMF não fosse renovada. O PSDB foi contrário à prorrogação porque entende que o gargalo da saúde é a gestão. O orçamento da área pode ser multiplicado várias vezes que, ainda assim, teremos problemas.

Ao contrário do que acredita a pré-candidata Dilma, não é preciso aumentar imposto ou ressuscitar a CPMF para que a saúde tenha mais recursos. Ainda esta semana, a Receita Federal divulgou que a arrecadação de abril chegou a R\$70,9 bilhões, o maior resultado da história para o mês. Nos 4 primeiros meses do ano, o



---

total arrecadado ficou 12,5% acima do que no mesmo período do ano passado. Ou seja, o Governo nunca arrecadou tanto.

A pré-candidata Dilma se engana quando diz que a extinção da CPMF não representou nada para o bolso do contribuinte. Representou sim, porque cada cidadão pagou, em 2007, R\$190,00 de CPMF e cada família, R\$630,00. Talvez, para ela, esses valores não signifiquem muito, mas, para o trabalhador, são suficientes para pagar o supermercado, comprar material escolar, pagar o transporte para ir ao serviço.

É importante que esses assuntos sejam discutidos durante a campanha. O eleitor precisa ter informações para fazer uma boa escolha. Aos poucos, vai descobrindo como pensa a candidata do Governo. Em um provável governo Dilma, uma certeza já podemos ter: a CPMF estará de volta, sem que os problemas da saúde se resolvam.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, peço 1 minuto para a bancada do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Hoje, a Ministra Márcia Lopes esteve com a bancada do Nordeste, ocasião em que foi solicitada a continuação da votação, na Comissão de Finanças e Tributação, do PL SUAS, de suma importância para o Sistema Único de Assistência Social, até porque foram muitas as articulações dos assistentes sociais nesta Casa, na semana passada, ocasião em que transcorreu o Dia do Assistente Social. É de sua importância a votação desse PL na Comissão de Finanças e Tributação.

Também precisamos avançar na votação da PEC nº 300, de 2008. É inconcebível esta Casa não dar sequência a sua votação. No Ceará, há mobilizações.

A Comissão Especial também avança na proposta relativa aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, para que possamos regulamentar a Emenda Constitucional nº 63, de 2010, que garante o piso a essas categorias, cuja Relatora é a Deputada Fátima Bezerra.

Precisamos avançar nessas matérias.

São as nossas solicitações.

*Durante o discurso do Sr. Raimundo Gomes de Matos, o Sr. Marcelo Ortiz, 1º Suplente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maia, 1º Vice-Presidente.*



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

*APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:*



---

**VI - ORDEM DO DIA**

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 304 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

*Medida Provisória nº 472-E, de 2009*

*(Do Poder Executivo)*

*Continuação da Votação, em turno único, das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009 (Medida Provisória nº 472-C, de 2009), que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste — REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno — PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional — RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante — FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante — CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira — RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida — PMCMV; altera as Leis nºs 11.948, de 16 de junho de 2009; 8.248, de 23 de outubro de 1991; 8.387, de 30 de dezembro de 1991; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.484, de 31 de maio de 2007; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 11.977, de 7 de junho de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 7.944, de*



*20 de dezembro de 1989; 8.003, de 14 de março de 1990; 8.981, de 20 de janeiro de 1995; 10.829, de 23 de dezembro de 2003; 5.025, de 10 de junho de 1966; e 6.704, de 26 de outubro de 1979; e dá outras providências; tendo parecer do Relator da Comissão Mista, proferido em Plenário e entregue à Mesa, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas do Senado de nºs 1 a 9, 11 a 28, 30 a 43, e 45 a 53; pela adequação financeira e orçamentária das de nºs 1, 2, 6, 7, 9, 10, 12 a 15, 21 a 23, 25, 26, 28, 29, 33, 34, 40, 43 a 47, 49, e 51 a 53; pela não implicação com aumento de despesa ou redução de receita da União das de nºs 3 a 5, 8, 11, 16 a 20, 24, 27, 30, 31, 32, 35, 36 a 39, 41, 48 e 50; pela inconstitucionalidade das de nºs 10 e 44; pela injuridicidade da de nº 29; pela inadequação e incompatibilidade financeira e orçamentária da de nº 42; e, no mérito, pela aprovação das Emendas do Senado de nºs 2 a 9, 11 a 23, 25 a 27, 30 a 41, 43, 46 a 51 e 53, com emendas de redação, e pela rejeição das de nºs 1, 24, 28, 45 e 52 (Relator: Dep. Marcelo Ortiz).*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 114.4.53.O**  
**Data: 19/05/2010**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Ordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Passa-se à votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação em globo dos destaques simples.

*“Requeremos, nos termos do artigo 162, inciso XIV, do Regimento Interno, a votação em globo dos destaques simples apresentados à MPV 472/09, sem exceção.”*

Assina o Deputado Arlindo Chinaglia, do PT.



---

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pois não.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero consultar V.Exa. e a Mesa, contando com a colaboração do Dr. Mozart.

Parece-nos, segundo informa nossa assessoria, baseado no que foi recebido pela Liderança do PSDB, que não há destaques simples. Quero consultar se, de fato, isso procede. Em assim sendo, fica prejudicado o requerimento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se for aprovada a votação em globo, todos os destaques simples estão prejudicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Temos 4 destaques simples, apresentados pelos Deputados Jilmar Tatto, Arlindo Chinaglia e Eduardo Valverde, que podem ser retirados, se os autores entenderem adequado.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para falar contra os destaques, está inscrito o Deputado Eduardo Valverde. É contra o requerimento, na verdade, e não contra os destaques.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é contra o requerimento, não contra o destaque, até porque o destaque que apresentei é contra o parecer do Relator no tocante à Emenda nº 28, que trata da regulamentação da Emenda Constitucional nº 60, que aprovamos nesta Casa em novembro do ano passado.

Nós, da bancada de Rondônia — não se trata de questão partidária, mas de questão de interesse do Estado —, aprovamos e apoiamos ações similares feitas por outros Estados, principalmente aqueles que tiveram enchentes, alagamentos. Medidas provisórias tinham emendas que proviam recursos a esses Estados. Da mesma forma, aprovamos quando houve estiagem ou seca na Amazônia.

Por esta razão, queremos votar em separado esse destaque, considerando que a rejeição por parte do Relator afasta um processo negocial que tinha começado e estava em andamento junto ao Governo, acolhido pelo Líder do Governo no Senado Federal. A matéria não teve o mesmo tratamento aqui pelo Relator, mas S.Exa. entendeu as nossas razões e não deu parecer pela inconstitucionalidade, apenas entrou no mérito, para permitir que viéssemos a discutir.

O Estado de Rondônia, há 30 anos, espera a regulamentação de um processo que já ocorrera no Amapá e em Roraima. Somente 30 anos depois esse procedimento foi regulamentado por uma emenda constitucional aprovada por esta Casa.



Então, para a economia do Estado de Rondônia, para o povo do Estado de Rondônia, interessa a aprovação do destaque, rejeitando o parecer do Relator, pela improcedência.

Por isso faço um pedido aos Parlamentares de todos os partidos, até porque a bancada de Rondônia tem o apoio de todos os partidos, tanto da Oposição, quanto da Situação, porque não se trata de uma matéria político-partidária, trata-se de interesse de um Estado da Federação que, durante décadas, não teve a devida atenção por parte da União, e que agora, a partir de certo momento, principalmente em função dos investimentos do PAC, passa a ser um dos Estados mais promissores da região amazônica. Para tanto, precisa reordenar e reorganizar a sua infraestrutura.

Portanto, peço aos meus pares que votem contra o requerimento, porque ele nos impede de fazer o debate no tocante ao destaque simples, apesar de ter tido também votação em separado de bancada. Mas nos priva de apresentar as razões que nos levaram a dialogar no Senado Federal e a dialogar aqui na Câmara Federal, para que os nossos pares venham a aprovar a Emenda nº 28, que trata da transposição do servidor do Estado de Rondônia para o quadro federal, situação essa igual àquela que ocorrera na Emenda nº 19, aprovada por esta Casa em 1998. Vejam a distância que separa um contexto em que nós queremos isonomia: 2 ex-territórios, Amapá e Roraima, e aquilo que fora o Estado de Rondônia em 1980. São 30 anos.

Esperamos o acolhimento por parte de todos os Deputados. A bancada de Rondônia, em todos os momentos em que o interesse de cada Estado da Federação foi a ela submetido, apoiou integralmente, até mesmo contra pareceres partidários.



Representantes de sindicatos e Prefeitos do interior do Estado de Rondônia estão nas galerias, assim como representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, acompanhando esta votação na Câmara dos Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, que falará a favor da matéria.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, sou a favor do requerimento para votação em globo para ganharmos tempo. O requerimento para votação em globo vai evitar a votação de 4 destaques simples que já foram anunciados. Na verdade, queremos aprovar a Medida Provisória nº 472 o mais rapidamente possível, porque ela perderá a eficácia na próxima semana, dia 25 de maio. Queremos votar também a Medida Provisória nº 479, que diz respeito aos funcionários de várias categorias. Há emendas nessa questão.

Queremos rapidamente liberar a sessão ordinária para verificar a possibilidade de, numa sessão extraordinária, discutirmos matérias extremamente importantes. Grande parte das pessoas que acorrem a esta Casa estão aguardando votação de PECs, como as de nºs 300 e 308.

Sr. Presidente, participei da reunião de ontem e vi quando V.Exa. propôs a convocação de sessão extraordinária para apreciar a PEC nº 300, que contempla os policiais civis e militares e os bombeiros militares, e a PEC nº 308, que cria a Polícia Penal. Esta não gera nenhuma despesa, dá apenas a condição necessária, que poderia liberar muitos policiais civis e militares para fazerem a segurança e deixar toda a questão da unidade prisional e do seu entorno à responsabilidade dos policiais penais.

Sem dúvida nenhuma, são 2 emendas extremamente importantes. Estamos tendo notícias a todo dia, a toda hora, a todo instante e a todo momento, de que a



segurança pública passa por uma crise. Se aprovarmos as PECs nºs 300 e 308, resolveremos imediatamente esse problema da segurança pública.

Por isso, Sr. Presidente, queremos votar rapidamente este requerimento de votação em globo, votar a PEC nº 479 e, a partir daí, encontrar uma discussão para que possamos votar a PEC nº 300, que contempla o Piso Nacional de Salários. Já cedemos muito. Inicialmente, a PEC nº 300, de que sou autor, contemplava um parâmetro com a Polícia Militar do Distrito Federal. Admitimos essa questão para poder caminhar, e não estamos caminhando; ao contrário, estamos andando para trás.

Lamentavelmente, esta Casa tem responsabilidade, precisa encontrar uma saída e uma solução para a PEC nº 300.

No caso da PEC nº 308, sabemos que a partir do momento em que se votar a PEC nº 300, a PEC nº 308 será facilmente aprovada, porque não gera nenhum recurso, só dá essa questão. Hoje, inclusive, na própria Casa, foi a colaboração de vários agentes penitenciários que impediu que os índios invadissem o plenário e o Salão Verde da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, somos pela aprovação do requerimento, para que tenhamos celeridade e possamos votar rapidamente as MPs nºs 472 e 479, e discutir e votar as PECs nºs 300 e 308.

Esta a nossa posição.





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Alguém quer orientar?

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** - PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pois não. Como vota o PSDB?

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, fiz a observação no tocante aos destaques simples, porque hoje pela manhã, quando a assessoria recebeu da Secretaria-Geral os destaques, tínhamos tão somente recebido os de bancada. Depois tomamos conhecimento dos demais.

O PSDB entende que fazer a votação em globo dos destaques simples facilita e agiliza o processo legislativo.

Portanto, da parte do PSDB, orientamos a bancada favoravelmente a esse requerimento que pede a votação em globo dos destaques simples.

Portanto, o PSDB orienta o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Mais alguém quer orientar?

**O SR. LIRA MAIA** - Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Democratas.

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no sentido de agilizar a votação, orientamos o voto “sim” a esta matéria, em função de termos todo o interesse de concluir a Medida Provisória nº 478 e de haver uma sessão extraordinária para votarmos as PECs nºs 300 e 308.

Gostaria também que V.Exa. incluísse na pauta da sessão extraordinária o que já aprovamos: a urgência da matéria que trata da criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Há muitos Prefeitos do Brasil, inclusive da nossa região do Pará, aqui. Precisamos concluir a votação dessa matéria.



Quanto à matéria em apreciação, o Democratas vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Podemos pôr a orientação “sim” para todos?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votamos “sim”.

Na verdade, quero fazer um registro complementar. Falei de vários setores. Quero cumprimentar o Deputado Vicentinho, que hoje lançou, com a presença de V.Exa., a Frente Parlamentar Pró-Guardas Civis. Eles estão no plenário. Cumprimento todos eles. Esperamos votar a PEC nº 534, que garante o poder de polícia das guardas civis, que se encontram em plenário.

Parabenizo V.Exa., que presidiu a instalação dessa Frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PR?

**O SR. DR. PAULO CÉSAR** (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de encaminhar o voto da nossa bancada, quero fazer um registro.

A nossa cidade, Cabo Frio, amanheceu mais triste no dia de hoje, com o falecimento da grande amiga ambientalista Anita Mureb, que sempre esteve à frente das lutas em favor do meio ambiente. A cidade de Cabo Frio está mais triste com a perda de Anita Mureb.

Encaminhamos, pelo Partido da República, o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. MANATO** (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT concorda que esses destaques sejam votados globalmente. Temos certeza de que esse incentivo para as indústrias petrolíferas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste é importante. Precisamos incentivá-las cada vez mais. Mas



não podemos esquecer que os *royalties* do petróleo não podem ser mexidos. Vamos deixar os Estados produtores com o deles.

Muito obrigado.

**O SR. BERNARDO ARISTON** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB, antes de encaminhar a votação, indaga a V.Exa. a respeito de um requerimento de urgência, assinado por todos os Líderes — se não por todos, pela maioria deles —, relativo ao Projeto de Lei nº 1.986, de 2003, que trata da questão dos bingos. O PMDB quer saber de V.Exa se iremos votar esse requerimento na sessão extraordinária de hoje.

Encaminhamos o voto “sim”.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PSB/PCdoB/PRB/PMN encaminha o voto “sim”, considerando que é fundamental concluirmos a votação desta matéria. Temos a possibilidade de votar a MP nº 479, que é muito importante para amplos setores do serviço público. Precisamos criar condições para deliberar sobre algumas PECs, entre elas as PECs nº 300 e 308 e outras que dizem respeito a interesse do Brasil e de setores da segurança, que são tão importantes.

Estamos buscando entendimento com os diversos partidos da Casa para permitir a votação rápida dessas matérias.

Encaminho o voto “sim”.

**O SR. ROBERTO BRITTO** (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Progressista, na mesma linha, também encaminha o voto “sim”, entendendo que precisamos ter celeridade para acabar logo a votação desta MP e entrarmos na votação seguinte.



O PP vota “sim”.

**O SR. REGIS DE OLIVEIRA** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSC encaminha “sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Mais alguém?

**O SR. GUSTAVO FRUET** - A Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - A Minoria.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Antes de a Minoria orientar, o Deputado Bernardo Ariston me perguntou sobre o projeto.

**O SR. BERNARDO ARISTON** - O requerimento de urgência, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O requerimento de urgência. Mas ainda estou escutando os Líderes sobre a pauta da sessão extraordinária. Ontem, houve alguns encaminhamentos de tratativas que os Líderes ficaram de formular. Havendo o entendimento da maioria dos Líderes sobre a composição da pauta, colocaremos os projetos que forem previamente acertados por S.Exas. para serem discutidos aqui no plenário.

**O SR. BERNARDO ARISTON** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas lembrar a todos os Líderes que se trata do requerimento de urgência que versa sobre o Projeto de Lei nº 1.986, de 2003, que proíbe a prática e exploração do jogo de bingo.



**O SR. REGIS DE OLIVEIRA** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, peço que V.Exa. faça consignar no painel que o PSC vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Deputado Gustavo Fruet, pela Minoria.

**O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, por celeridade, também quero encaminhar o voto “sim”. Lembro que depois votaremos em bloco essas emendas individuais e teremos 6 destaques de bancadas em uma medida provisória que recebeu 53 emendas no Senado, mudando totalmente o seu propósito original e confrontando decisão já tomada pela Presidência da Câmara em não permitir emendas estranhas à medida provisória, o que já foi objeto até de questão de ordem.

O encaminhamento é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. REGIS DE OLIVEIRA** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, é a terceira vez que eu estou falando: o PSC vota “sim” no painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - PSC, “sim” no painel.

Mais alguém para declarar?

**O SR. JILMAR TATTO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT. Esta matéria, a Medida Provisória nº 472, foi, de forma exaustiva, debatida ontem, inclusive as emendas. Portanto, a votação em globo se faz necessária para economia do nosso tempo. Por isso, a bancada do PT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, o PPS encaminha o voto “sim”.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 114.4.53.O**  
**Data: 19/05/2010**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Ordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação o requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que forem a favor do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação, em globo, todos os requerimentos de destaques simples.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que forem pela admissibilidade dos requerimentos permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**REJEITADOS OS REQUERIMENTOS.**



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Destaque de bancada.

Requer destaque para votação em separado, nos termos do art. 161, inciso II, e § 2º, combinado com art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da Emenda nº 2, do Senado Federal, oferecida à Medida Provisória nº 472, de 2009

Assinado pelo Líder do PSDB.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para falar contra o requerimento...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Relator, Deputado Marcelo Ortiz, no seu relatório, propõe a inadequação financeira da Emenda nº 42. A Consultoria fala apenas no caso da SUDAM e da SUDENE. Isso acabou levando a nossa assessoria ao equívoco, porque também engloba questão do Centro-Oeste.

Eu queria pedir ao Deputado Marcelo Ortiz que apreciasse o relatório em relação à Emenda nº 42, porque, ao declará-la inadequada financeiramente, S.Exa. não permitiu que pudéssemos destacar a questão do Centro-Oeste. Algumas empresas automobilísticas, que já estão instaladas no Centro-Oeste, seriam extremamente prejudicadas.

Por isso, gostaria de pedir ao Deputado Marcelo Ortiz, Relator, que revisse seu relatório e o retificasse, retirando a inadequação financeira da Emenda nº 42. A partir daí, poderíamos tentar salvar essa emenda.

Esta é a questão de ordem que faço a V.Exa., pedindo ao Deputado Marcelo Ortiz que aprecie a Emenda nº 42, pois a Assessoria omitiu a questão do Centro-Oeste, citando apenas SUDAM e SUDENE.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - V.Exa., na verdade, está fazendo uma questão de ordem que esta Presidência não tem nenhuma condição de deferir, porque esta matéria já foi votada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas eu gostaria de ouvir o Relator.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Então V.Exa. pode pedir ao Relator que produza as alterações. Mesmo assim, nem o Relator poderá fazê-lo, porque a matéria já foi votada.



**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para contraditar. Não há mais possibilidade, pois se trata de matéria vencida, infelizmente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Não há mais possibilidade.

Indeferida sua questão de ordem, portanto, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, respeitosamente, quero recorrer da decisão de V.Exa. à Comissão de Constituição e Justiça. Pelo menos o Relator poderia se manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Está acatado o pedido. Vai ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o seu recurso.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O Deputado Eduardo Valverde tem a palavra para falar contra o destaque.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, retiro minha inscrição para falar contrariamente ao destaque, porque até entendo as razões que levaram a Oposição a apresentar o destaque. Até concordo com a Oposição em relação a esta matéria. Para não falar contrariamente ao destaque, até porque concordo com ele, retiro minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Está retirado.





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para falar a favor do destaque, tem a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de antemão quero agradecer ao Deputado Eduardo Valverde, que já disse que acompanhará o nosso destaque, até porque ele vai no sentido de preservar, de evitar mais uma abocanhada no bolso do contribuinte brasileiro.

Esse destaque que fizemos, do PSDB, altera uma modificação que veio do Senado. Na verdade, ele deixa de fazer a alteração que o Senado propõe na lei do Imposto de Renda. O que vai acontecer se esse destaque não for aprovado? A pessoa física que cometer um erro ou alguma infração na declaração do Imposto de Renda passa a sofrer a incidência de multa de 75% sobre a parcela do Imposto de Renda Pessoa Física, bem como do próprio valor da dedução que deu origem à restituição considerada ilegal. Nesse caso, o contribuinte fica obrigado a provar que da parte dele não houve dolo ou má-fé.

Portanto, de antemão, se estivermos acolhendo a emenda do Senado — e queremos destacá-la para que seja rejeitada —, estaremos penalizando o contribuinte brasileiro e de antemão tornando-o culpado de uma coisa que ele obviamente tem que provar que não foi; portanto, injustiçado.

Peço então aos colegas do plenário que nos acompanhem neste destaque, para que a aplicação de multa seja somente feita apenas quando comprovado dolo ou má-fé do contribuinte. Além disso, a previsão de retirada da emenda do Senado e da multa foi reduzida para 50%, e esse argumento usado reforça a impossibilidade do contribuinte de comprovar dolo e má-fé.



Por fim, entendo que não há por que penalizar o contribuinte que apenas eventualmente cometeu um erro na sua declaração de ajuste do Imposto de Renda, sendo que o importante é que a multa só seja aplicada se houver comprovação de dolo ou má-fé.

Portanto, já com a própria afirmação daqueles que se posicionavam contrários ao debate de que vão acordar e acolher nossa emenda, entendemos que estamos aperfeiçoando o texto e evitando que uma injustiça seja cometida contra o contribuinte brasileiro. Pedimos aos colegas que nos apoiem nesse destaque da Emenda nº 2.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Vamos passar para a orientação das bancadas.

Como vota o PMDB?

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota com o destaque, “não” à emenda, acompanhando a posição do Partido da República, que apresentou o DVS igual.

É “não” à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - “Não” à emenda.

Estamos votando a emenda. Então o voto “sim” é a favor da emenda, e o “não” contra a emenda.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB?

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, nós apresentamos, da parte do PSDB, junto com o PR — foi lembrada aqui essa emenda —, já fizemos a justificativa ao defender a sua aprovação, e queremos tão somente dizer ao Plenário que a orientação tem que ser “não”, para que possamos, portanto, rejeitar a mudança feita no Senado Federal e manter, conforme dissemos, a defesa do contribuinte brasileiro nessa questão que lhe é certamente muito importante.

Portanto o PSDB, para votar com o nosso destaque, orienta a sua bancada a votar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Democratas?

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando essa emenda esteve conosco, quando a Câmara dos Deputados



votou pela primeira vez, fomos favoráveis, porque penalizava apenas os maus contribuintes, aqueles que cometiam infração, em função de dolo, em função de má-fé.

Agora, como foi mudada no Senado Federal, esta emenda traz mais uma penalidade aos brasileiros, sobretudo aos honestos e corretos.

Portanto, o Democratas é totalmente contrário à emenda. Nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Bloco? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é um absurdo o Senado vir com uma emenda dessas para penalizar o contribuinte. É um absurdo que a Receita tenha esse entendimento, até mesmo em nível de legislar nesta Casa e no Senado. Baixarmos uma multa de 75%, dizermos que ela está indo para 50%, para depois passarmos essa multa para 100%, com possibilidade de 150%, é brincadeira! É achar que todo o mundo nesta Casa é menino, que o contribuinte é criança. É altamente subjetivo esse julgamento.

Por essa razão, encaminhamos “não” à emenda do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PP?

**O SR. ROBERTO BRITTO** (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria já esteve nesta Casa, e nós fizemos uma opção para que não houvesse essa emenda. Vem o Senado, cria uma nova emenda, mais impostos para o contribuinte, um imposto cujos valores até certo ponto são extremamente escorchantes para o contribuinte. Não concordamos, em hipótese alguma, com esses valores. Se fosse uma multa de 10%, 15%, 20%, seria razoável, Tudo bem



pelo esquecimento, pelo dolo, qualquer ação. Agora, não é justo o contribuinte pagar 75%.

Por isso, o Partido Progressista vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votamos com a proposta da Emenda nº 2. Lamentavelmente o Senado, se tentou ajudar, acabou atrapalhando, complicando. Ficamos com o texto do PLV da Câmara. Com ele, pelo menos, tem-se oportunidade de evitar a sanha avassaladora da Receita Federal, que quer em tudo comprovar dolo ou má-fé, e às vezes não há, é apenas um erro, um equívoco.

Ficamos com a Emenda nº 2, que mantém o texto originário do PLV da Câmara, porque lamentavelmente o Senado, quando tentou ajudar, pelo contrário, atrapalhou, e vai permitir, sem dúvida nenhuma, uma sanha da Receita muito maior do que a que prevê a proposta originária da Câmara.

Portanto, votamos “não”, no sentido de prevalecer o interesse do contribuinte.

Lógico, o percentual do Senado é mais vantajoso, mas, no conjunto, ele se torna leonino para o trabalhador e para o segurado da Receita Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “não”, seguindo até a orientação dos tribunais superiores. Sempre que não houver o dolo, sempre que não houver a vantagem procurada, buscada, direcionada, não se aplica sanção tão grave quanto a aplicada aos casos



em que há dolo. Então, nos casos de irregularidade, não pode haver o mesmo tratamento do caso doloso, em que se buscou ilicitamente passar o povo para trás.

Penso que o texto da Câmara dos Deputados é melhor. Aliás, o partido todo pensa assim. Fizemos um grande debate e firmamos nossa convicção, por toda a nossa história e também por conta das decisões dos tribunais, até mesmo em relação à improbidade administrativa. Não se confunde com irregularidade. Só isso.

Então o voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

**O SR. MÁRCIO FRANÇA** - O Bloco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PPS orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PV?

**O SR. ROBERTO SANTIAGO** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o ônus da prova é de quem acusa. O Partido Verde orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

**O SR. MÁRCIO FRANÇA** (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O Bloco vota “não”.

Como vota a Minoria?

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria entende que o Senado passou batido. Também, no meio de 53 emendas, cochilaram. Foi um cochilo contra o contribuinte.



A Câmara está reparando o erro dos Srs. Senadores. Foram tão generosos nesta medida provisória, que se esqueceram de defender o contribuinte, mas havia alguém lá querendo punir o contribuinte.

A emenda a favor do contribuinte, de autoria do Deputado Alfredo Kaefer, é justa e equilibrada. A Casa já a havia votado com tranquilidade. Então o “não” vai reparar o erro do Senado da República e estabelecer o equilíbrio na área da Receita Federal com os nossos contribuintes, tão sofridos e tão punidos em nosso País com a maior carga tributária do mundo.

O Brasil é um país que tributa exageradamente. É preciso tomar muito cuidado com essas redações. A Câmara está atenta e vai corrigir o erro do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL quer manter o texto e é contra a emenda.

Neste momento, queremos dizer que qualquer tentativa de colocar a questão dos bingos na sessão extraordinária não foi tratada ontem na reunião de Líderes nem está na pauta. Não pode continuar funcionando dessa forma, colocar contrabandos que atropelam reuniões, acordos etc.

Estávamos lá na sessão extraordinária com a Internet na escola, com a questão da família, de os avós poderem cuidar dos netos. Não havia nada sobre os bingos. Desse modo, não aceitamos a transferência de painel. Essa questão não está em debate.

Achamos que deveria avançar, sim, a negociação da PEC nº 300.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSC?



---

**O SR. REGIS DE OLIVEIRA** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSC também entende, Sr. Presidente, que a emenda piorou o texto. Portanto, votamos “não” a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PT quer orientar? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PT encaminha o voto “não”, até porque em 1996 foi aprovada, na Lei nº 9.430, proposta originariamente da Receita Federal, à época, mais uma norma punitiva para o contribuinte — basicamente pessoa física de classe média.

Na nossa opinião, para se fazer maior justiça fiscal e tributária, é preciso que se rediscuta, inclusive, a taxaçoão sobre o lucro das empresas. Portanto, o PT vota “não”.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação a Emenda nº 2.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A EMENDA FOI REJEITADA.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Fica prejudicado, portanto, o destaque do PR, da mesma emenda.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Destaque de bancada do PV, nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, para votação em separado da Emenda nº 28, do Senado Federal, ao PLV nº 1, de 2010, apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 472, de 2009.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para falar a favor da emenda, concedo a palavra ao Deputado Mauro Nazif.

**O SR. MAURO NAZIF** (Bloco/PSB-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente, sindicalistas e toda a população do Estado de Rondônia que, neste momento, estão atentos a esta votação, em outubro do ano passado, esta Casa aprovou uma emenda que hoje é a Emenda Constitucional nº 60, de 2009. Depois de 10 anos, esta Casa reparou uma dívida que há muitos anos a União tinha para com o Estado de Rondônia.

Naquele momento, a PEC nº 483, de 2005, trazia em seu bojo condições para que os servidores do Estado de Rondônia pudessem ser transpostos para o quadro da União, como já havia ocorrido nos Estados do Amapá e de Roraima. Trouxemos esta matéria a esta Casa, que, por unanimidade de votos, aprovou a PEC nº 483 — e aproveito para registrar novamente os nossos agradecimento por isso. Hoje estamos frente à Emenda Constitucional nº 60, que, como o próprio nome diz, está na Constituição Federal. Agora falta apenas que ela seja regulamentada.

O Senado da República, por intermédio dos Senadores, apresentaram esta emenda que trata da regulamentação e foi aprovada por unanimidade dos votos. Quando esta matéria chega a esta Casa, o Relator da Medida Provisória nº 472, de 2009, Deputado Marcelo Ortiz, a quem cumprimento, entendendo a importância da matéria, acompanha-a com voto contrário, mas pelo mérito. Quero deixar isso bastante claro. A rejeição foi pelo mérito e não pela inconstitucionalidade.

Em decorrência disso, hoje pedimos destaque a esta matéria, para que, em seguida, possamos ver aprovado um direito dos servidores do Estado de Rondônia. Certamente, essa dívida que a União tem para com o Estado desde 1998, portanto



---

há 12 anos, finalmente será paga e Rondônia poderá caminhar com suas próprias pernas. Afinal, trata-se de um Estado que hoje fornece energia para todo o País.

Então, pedimos o apoio aos Srs. Parlamentares para que possamos aprovar a Emenda nº 28, de 2000.

Tenho dito, Sr. Presidente. Um abraço. Agradeço pelo tempo concedido.



**O SR. VICENTINHO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. VICENTINHO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todos os Parlamentares que assinaram a criação da Frente Parlamentar Pró-Guardas Municipais, lançada há poucos instantes. Eles estão aqui, todos com muita dignidade. Vieram de todo Brasil para defender seus interesses, entre eles a regulamentação da categoria. Os Deputados me deram a honra de presidir essa Frente, e conseguimos, até a hora do lançamento, 229 assinaturas.

Para fechar com chave de ouro, contamos a presença e adesão de V.Exa., Sr. Presidente, naquele momento maravilhoso, bonito, o que fez com que a Frente ficasse com muita força.

Agradeço a todos os Deputados, em especial a V.Exa., pela defesa da segurança pública e melhoria das condições de vida dos nossos policiais, dos militares, de toda a categoria.

As PECs nºs 300, de 2008, e 308, de 2004, e agora a regulamentação dessa grande categoria é uma meta nossa para que, de fato, se complemente a defesa da estrutura da segurança. Eles agirão com cidadania, paciência, com prevenção e deverão ser respeitados por esta Casa e por este Brasil.

Obrigado.

Viva a GCM do Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Obrigado, Deputado Vicentinho Alves.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Peço aos Srs. Parlamentares que estiverem inscritos para falar que fiquem mais próximos do parlatório, para que não percamos tempo nos deslocamentos.





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para falar ainda a favor da emenda, Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, foi feita uma urdida e complexa engenharia política, que não começou agora, mas em 2003, para se votar uma emenda constitucional e regularizar uma situação que já perdurava por mais de 25 anos. Essa engenharia política reuniu, no Estado de Rondônia, todos os setores sindicais e políticos em prol de uma causa.

Não foi fácil para um Estado pequeno como Rondônia votar e aprovar uma emenda constitucional. O estágio de hoje é regulamentar essa emenda constitucional, sabendo que criou uma grande expectativa que, infelizmente, tem sido utilizada de maneira muito sorrateira pelos segmentos políticos do Estado de Rondônia para derrotar essa regulamentação.

Creio que, mesmo com essa tentativa sorrateira de derrubar, de impedir e de dificultar a regulamentação da emenda constitucional, a bancada de Rondônia, plural, composta de 11 Parlamentares de todos os partidos, inclusive da oposição, foi unânime, dialogando com os sindicatos e os Governos Federal e Estadual para poder criar um consenso. Talvez nunca tenha havido no Estado de Rondônia um consenso tão elaborado.

Estamos pedindo aos Parlamentares de todos os partidos que ajudem o Estado de Rondônia, assim como a bancada de Rondônia ajudou nos pleitos de todas as regiões do Brasil, principalmente naqueles períodos de maior entrave, como calamidades públicas, em que votamos favoravelmente a emendas e recursos para atender populações desprotegidas do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do



---

Paraná, do Amazonas e do Nordeste. Da mesma forma, queremos que os Parlamentares de todos os partidos apoiem esse destaque de bancada que visa rejeitar o parecer do Relator e acolher o texto aprovado no Senado Federal.

Sabemos que não pararemos por aqui. Temos um diálogo a travar na Casa Civil para que o veto seja negociado. Vamos negociar. Há um entendimento de que 90% do texto aprovado no Senado foi apresentado pelo Ministério do Planejamento a toda a bancada.

Então, não há divergência entre a posição do Governo e a da bancada de Rondônia. Foi um trabalho feito a muitas mãos. Quero elogiar todos os sindicatos, até mesmo aqueles que fizeram fortes críticas à minha pessoa. Nunca vou lutar contra os sindicatos. Posso divergir dos dirigentes sindicais, mas nunca dos sindicatos, porque sei a importância que eles têm na aprovação da PEC nº 483, de 2005, hoje Emenda Constitucional nº 60, de 2009.

Portanto, encaminho pela rejeição do parecer do Relator e pela aprovação do destaque.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para orientar. Como vota o PMDB?

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, registro a honrosa presença, neste plenário, do 1º Vice-Presidente Nacional do PMDB, Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia, acompanhado do Vereador Rodnei.

O PMDB vai votar favoravelmente à emenda que veio do Senado, onde o Relator foi o Líder do Governo naquela Casa, o Senador do PMDB, Romero Jucá.

A bancada de Rondônia representada no nosso partido fez o apelo, portanto, a Liderança do PMDB está encaminhando “sim” à emenda que veio do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB?

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB apoia a emenda.

Houve, no Senado, o trabalho do nosso Senador Expedito Júnior, que reuniu a bancada aqui e solicitou apoio para essa medida de justiça para com o Estado de Rondônia.

O PSDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Democratas?

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar a presença do Senador Expedito Júnior e parabenizá-lo pelo trabalho que faz em honra e defesa do povo de Rondônia, consciente de que esta matéria vai ajudar os servidores de Rondônia, do Amapá e de Roraima, porque a comissão que será constituída vai cuidar também de todos eles.



O Democratas, fazendo justiça a esses servidores, é favorável à emenda. Portanto, o voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB?

**O SR. MAURO NAZIF** (Bloco/PSB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB, por entender que a matéria faz justiça aos servidores do Estado de Rondônia, encaminha o voto “sim”, pedindo apoio a todos os outros Parlamentares, pela aprovação.

Ainda registro que o Deputado Moreira Mendes, que também havia pedido destaque, apesar de ser do PPS, não pôde estar presente no momento.

Então, o Bloco encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PR?

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou vendo o trabalho feito pelo Senador Expedito Júnior e pelo Deputado Miguel de Souza, do Partido da República, que tanto têm honrado o Estado de Rondônia e aquela região. É de fundamental importância que acatemos a Emenda nº 28, de 2000, fazendo com que servidores civis e militares sejam, mais uma vez, enquadrados ou trazidos para a União.

Ao mesmo tempo em que lembro o trabalho dos 2 Parlamentares, Senador Expedito Júnior e Deputado Miguel de Souza, quero registrar que, enquanto estamos resolvendo a questão dos militares de Rondônia, é emblemático e de fundamental importância para o PR, que tanto tem trabalhado com a PEC nº 300, de 2008, que nos lembremos também dos servidores civis e militares e dos bombeiros militares de todo o Brasil, aprovando essa proposta de emenda à Constituição.



Portanto, aproveitemos a deixa para não nos esquecermos de que esta Casa tem uma responsabilidade muito séria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PR vota “sim”, portanto.

Como vota o PP?

**O SR. ROBERTO BRITTO** (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria já passou pela Câmara dos Deputados e, hoje, estamos apenas regulamentando-a.

Recordo bem o trabalho do grande Deputado Mauro Nazif, que fez um excelente trabalho na época e continua defendendo esta tese agora.

Também somos favoráveis a que seja regulamentada esta emenda. Por isso, o Partido Progressista vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Senador Acir Gurgacz reuniu-se com a bancada de Deputados do PDT. Nós tínhamos uma posição dividida em relação a este assunto, mas o Senador Acir Gurgacz, lá de Rondônia, nos convenceu.

Isso se deu ontem, enquanto corria a sessão. Aliás, se recuperarem as imagens, verão o Senador aqui, no plenário da Câmara dos Deputados, pois S.Exa. até esperava que a matéria fosse votada ontem.

Isso mudou a nossa posição. Então, vamos votar a favor da Emenda nº 28, atendendo à fundamentação brilhantemente apresentada pelo Senador do PDT, Senador de Rondônia, Senador do povo de Rondônia, Acir Gurgacz.

Nosso voto é “sim”.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PTB, como vota? (*Pausa.*)

O PSC, como vota?

**O SR. REGIS DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, o PSC...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Só um pouquinho, Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado Regis de Oliveira está com a palavra.

**O SR. REGIS DE OLIVEIRA** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC teve uma reunião com o ilustre Deputado Mauro Nazif, que nos orientou a respeito do assunto.

Portanto, atendendo ao apelo de S.Exa., o PSC vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. pode orientar o PTB.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa bancada tem o Deputado Ernandes Amorim, que é de Rondônia. Houve um pedido de S.Exa. no sentido de que acolhêssemos essa emenda.

Portanto, atendendo ao pleito do Deputado da nossa bancada, que é de Rondônia, Deputado Ernandes Amorim, vamos encaminhar “sim” à emenda, até porque o conjunto dos demais Líderes já tem encaminhado nesse sentido.

Acho que o pleito em Rondônia merece a nossa atenção. Os Senadores de Rondônia estiveram ontem, no plenário, e estão aqui hoje. Eu entendo que esse pleito é perfeitamente viável.

Queremos acabar logo a votação da Medida Provisória nº 472, de 2009, para que possamos, em sessão extraordinária, votar a PEC nº 300, de 2008, dos policiais



civis, policiais militares e bombeiros militares, e a PEC nº 308, de 2004, dos agentes penitenciários, que cria a Polícia Penal.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, votamos “sim”, aguardando que o Senado também possa votar hoje a Medida Provisória nº 475, de 2009, dos aposentados e pensionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PPS, como vota?

**O SR. CEZAR SILVESTRI** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como já foi dito, nós votamos a Emenda Constitucional nº 60, de 2009, aprovada nesta Casa por unanimidade, que faz a transposição dos funcionários do ex-Território de Rondônia para o Governo Federal. A posição do PPS é no sentido de votar favoravelmente à Emenda nº 28, de 2000.

Quero apenas registrar que o destaque a essa emenda também foi apresentado pelo Deputado da nossa bancada, Moreira Mendes, de Rondônia, que hoje, infelizmente, não pôde estar presente aqui. S.Exa. tem um compromisso no Estado de Rondônia, para onde se dirigiu hoje. Logicamente, o nosso partido apoia a proposta defendida pelo Deputado Moreira Mendes e por todos os Deputados de Rondônia.

O voto do PPS é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PV?

**O SR. LINDOMAR GARÇON** (PV-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento especial ao Deputado Marcelo Ortiz, por não ter declarado esta matéria inconstitucional. Agradeço ao Presidente Nacional do PV, José Luiz Penna, ao meu amigo Edson e a toda a bancada do PV. Ao mesmo tempo, quero agradecer aos Senadores que estão aqui,



Valdir Raupp, Acir Gurgacz e Expedito Júnior, e ao Silvernani Santos. Agradeço ainda a todos os Líderes da bancada.

Em especial, quero cumprimentar os Deputados Arlindo Chinaglia e Cândido Vaccarezza. Apesar de o PT ainda não ter indicado o seu voto, S.Exas. estão com o Estado de Rondônia. Agradeço de todo coração.

O destaque que o PV apresentou à Emenda nº 28, respeitando-a como veio do Senado, com certeza absoluta, será votado hoje. Então, parabéns.

O PV vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Deputado Eduardo Valverde e a Senadora Fátima Cleide, os quais, como aqui acabou de testemunhar o Deputado Lindomar Garçon, vêm trabalhando nesse tema há vários anos.

Pela insistência, pelos argumentos, pela autoridade e junto aos demais Deputados do Estado, o PT vota “sim”. *(Manifestação das galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está entre nós o Senador Expedito Júnior, de Rondônia, que tem acompanhado, trabalhado no Senado junto com outras Lideranças. É uma vitória para o Estado de Rondônia. Considero essa Liderança do Norte do País expressiva, forte.





---

Portanto, a Minoria, as Oposições — o PSDB, o Democratas, o PPS — votam “sim”, em favor do Estado de Rondônia.

Um grande abraço a toda bancada de Rondônia, especialmente ao nosso amigo Expedito Júnior, Senador da República. Parabéns, “sim”!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Vamos à votação.

Em votação a emenda.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)#*

APROVADA A EMENDA. *(Manifestação das galerias.)*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Destaque de bancada:

*“Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II, e § 2º,  
combinado com o art. 117, IX, do Regimento (...)”*

Pois não, Deputado João Almeida.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, proponho a V.Exa. e aos ilustres Líderes, mas especialmente a V.Exa., um acordo. Prefeitos do País inteiro estão reunidos com o objetivo de ter uma conversa com os Parlamentares representantes dos seus Estados. Precisamos, portanto, realizar essas reuniões.

Nesse sentido, proponho a V.Exa. e aos ilustres Líderes que suspendamos esta sessão por 1 hora e meia, para podermos, de forma concomitante, naturalmente com todos os Estados, realizar essas reuniões com os Prefeitos. Depois, voltaríamos para dar continuidade a esta votação e à pauta definida por V.Exa.

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que concluamos esta medida provisória. Podemos até nos reunir em seguida, mas vamos concluir. Faltam apenas 3 destaques. As votações têm sido rápidas. Nós, celeremente, concluimos esta votação, mas, neste momento, peço a conclusão da votação desta medida provisória, em razão de seu prazo de vencimento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu quero falar sobre essa proposta do Deputado João Almeida.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pois não.



---

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós temos de concluir rapidamente a votação da Medida Provisória nº 472, de 2009, que tem várias matérias, inclusive, que nem estão destacadas, como aquela que diz respeito ao SEPACO e ao Conselho Federal de Contabilidade, mas depende da conclusão da votação. Posteriormente, nós pensaremos em uma alteração de pauta.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito bem. O importante, então, é que V.Exa. anuncie que nós vamos ter um intervalo após a conclusão desta votação, antes que seja chamada uma sessão extraordinária, para dar garantia aos Prefeitos de que nós iremos atendê-los nas nossas reuniões.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pois não, Deputado. Está acordado dessa forma e assim nós procederemos, a não ser que haja, depois, algum posicionamento contrário a este encaminhamento.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vai prosseguir a votação, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Vai prosseguir a votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Requerimento:

*“Requeiro, nos termos do art. 161, e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 36, do Senado Federal, oferecida à Medida Provisória nº 472, de 2009”.*

Esta emenda foi apresentada pelo Líder do PSDB.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 114.4.53.O**  
**Data: 19/05/2010**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Ordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde, que falará contra a emenda.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar e agradecer meus colegas de todos os partidos que ajudaram não a mim, mas toda a bancada, todo o Estado, todo o povo de Rondônia, com a votação e acolhimento da emenda passada.

Com o Deputado Luiz Carlos Hauly, tenho uma amizade de longa data, não tenho divergência. O Conselho Nacional de Política Indigenista é uma aspiração cujo projeto do Governo está nesta Casa. Foi inserida uma emenda no Senado Federal que reproduz, na íntegra, o texto que está nesta Casa.

Faço parte da Frente Parlamentar Indigenista e tenho buscado dar o empoderamento às populações indígenas no Brasil.

Assim como o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o conselho de jovens e adolescentes e o Conselho Nacional de Política Indigenista é mais um conselho público para tratar, no campo em que há participação do Estado, da sociedade e da própria população, da política indigenista, que hoje é construída de maneira unilateral pelo Estado brasileiro, pelo Presidente da República, pela FUNAI. Dessa forma participativa, distribuída, que é o Conselho, seria muito mais produtora, muito mais razoável que as políticas indigenistas fossem debatidas no Conselho.

Há uma questão de fundo, inclusive. Creio que há, por parte do Líder do meu Governo, a intenção de acolher a emenda apresentada pelo PSDB.





Faço aqui, até por desencargo de consciência — não estou atacando a emenda, reconheço as suas razões —, uma defesa de quem, nos últimos 7 anos, tem sido defensor da política indigenista no Brasil.

Agradeço a votação ao PSDB. Sou grato pelo apoio que tive de todos os companheiros. Por isso, não vou fazer o enfrentamento, pelo contrário, louvo sua iniciativa.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Duarte Nogueira, que falará a favor da matéria.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, começo a ficar preocupado, porque pela segunda vez consecutiva o Deputado Eduardo Valverde, que sempre faz o enfrentamento democrático conosco na tribuna, mais uma vez, acolhe e sinaliza favoravelmente ao destaque que apresentamos.

Faço esta referência elogiosa, com toda certeza, e agradeço a S.Exa. o gesto, até porque acredito que essa emenda que apresentamos evita que haja um erro grave. A partir da Constituição de 1988, todo conselho deliberativo tem de ser criado pelo Congresso Nacional. Fazê-lo da forma como está sendo proposto por esta emenda do Senado é o mesmo do que querer construir uma casa sem antes fazer o alicerce, sem levantar as paredes para, depois, colocar o telhado em cima.

Vou dizer o porquê. Esse conselho, inclusive, tem o repúdio ou o não acolhimento por parte dos índios, que vieram até aqui hoje, representados por seus caciques, por suas lideranças, protestar contra o atropelo desse conselho que está sendo proposto por esta emenda do Senado. Eles não veem com bons olhos essa proposta.

Apresentamos este destaque para suprimir do texto a criação desse conselho indigenista e fazer um alerta ao Plenário e ao próprio Governo, que assumiu compromisso com os índios do Brasil de que iria aprovar o Estatuto do Índio, e não o fez. Assumiu também o compromisso de que iria regulamentar a lei de exploração dos recursos minerais em áreas indígenas, e também não o fez, colocando os índios



numa situação de insegurança quanto à questão dos *royalties* da mineração nas áreas deles.

Lembro-me bem de que houve em Brasília uma reunião que ficou chamada de Acampamento Terra Livre. Houve um compromisso do Governo na direção de ajustar essas questões legais e jurídicas de interesse dos índios brasileiros, e não aconteceu.

Temos de chamar a atenção para o fato de que, antes de se criar um conselho, com uma complexidade que entendemos não cabível, sem a discussão acurada do Congresso Nacional, sem a participação dos índios, os principais interessados, estaríamos cometendo uma grave incoerência legislativa. Por isso, apresentamos esse destaque.

Queremos ressaltar também que o Governo continua errando na política, sobretudo, com a FUNAI. A Controladoria-Geral da União encontrou irregularidades na FUNASA no que se refere à questão da saúde dos índios. Tivemos recentemente o aumento da mortalidade infantil, num caso gravíssimo ocorrido em Mato Grosso do Sul com a população indígena, que tomou inclusive uma dimensão nacional. Foi proposta no Congresso a criação de uma CPI para averiguar aquela situação gravíssima em relação aos cuidados com os nossos índios, as políticas públicas indigenistas, mas o próprio Governo resolveu abafar essa CPI.

Não é criando esse conselho de uma maneira atabalhoada, sem o apoio da população indígena do nosso País, que nós vamos, na verdade, constituir um arcabouço legal mais coerente e mais seguro para as relações com os povos indígenas do Brasil.

Portanto, pedimos apoio a esse destaque para retirar do texto a criação desse conselho inadequado, inoportuno e incoerente. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para ainda falar contra o destaque e a favor da emenda, concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, gostaria de saudar os trabalhadores da segurança pública de todo o Brasil, que, com toda a razão, insistentemente, têm pedido a este Congresso que assuma o seu papel de legislador, sem pressões externas, mas que continue o trabalho que nós já começamos.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de saudar as lideranças indígenas presentes nas galerias do plenário, o que prova que temos várias representações do movimento social e que esta Casa é democrática.

Sr. Presidente, os Parlamentares desta Casa conhecem minha história de luta em defesa dos povos indígenas do Brasil. Já comprei muitas brigas aqui. Em algumas delas fiquei quase sozinha para defender os povos indígenas, inclusive quando fiz a defesa de não se garantir a exploração da mineração em terras indígenas sem que as lideranças indígenas sejam escutadas. Tenho pedido insistentemente que votemos o Estatuto dos Povos Indígenas, que dorme também nesta Casa sem que este Plenário e as lideranças do movimento indígena sejam ouvidos.

Sr. Presidente, tenho acompanhado há mais de 1 ano o debate acerca da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, que nada mais é do que a necessidade de se buscar políticas com as quais possamos ajudar os muitos povos indígenas do Brasil e tirá-los da situação vexatória e de miséria em que se encontram. O que



percebemos hoje é uma incompreensão por conta de problemas enfrentados na FUNAI.

O que está ocorrendo na FUNAI hoje é uma vergonha para o nosso Governo. É uma vergonha o tratamento que os povos indígenas recebem no Brasil, mas não podemos misturar as situações. A Comissão Política Nacional, onde se sentam à mesa os representantes do Governo nos diversos Ministérios e as lideranças dos povos indígenas, é construída a muitas mãos e há alguns anos, a pedido do Movimento Nacional Indígena.

Portanto, Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Acampamento Terra Livre e de todas as lideranças indígenas do Brasil — inclusive, na Raposa Serra do Sol, a maioria deste Plenário se posicionou contrariamente —, que pediram ao Presidente Lula que garantisse a aprovação do projeto que veio para esta Casa e institui a Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, para traçar política para os povos indígenas, e porque todo o projeto foi incluído na medida provisória, não posso posicionar-me contrariamente.

Nós podemos até discutir todas as formas, embora faça mais de 1 ano que ela esteja sendo discutida. Ela atende a uma forma de se fazer com que o movimento indígena esteja cada vez mais próximo das suas reivindicações e da sua luta.

Muito obrigada. *(Manifestação das galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputada Perpétua Almeida.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trabalhadores de todo o Brasil presentes, eu peço, neste momento, uma homenagem aos verdadeiros brasileiros, àqueles que estão aqui por todo o sempre, que acolheram os povos europeus, os do Oriente, da Ásia, da África e que aqui possibilitaram, na terra deles, construir esta Nação.

As minhas homenagens aos caciques de todas as nações indígenas do Brasil, a quem, por uma questão de espaço dos brasileiros trabalhadores que estão aqui, a Mesa não pôde oferecer mais do que 20 senhas, senão os representantes das nações indígenas encheriam as galerias.

O que eles querem? Bem claros, diretos. Os caciques já estão há 6 meses acampados em Brasília. Primeiro, querem a revogação do decreto que pretendia regulamentar a FUNAI e trouxe problemas. Foram feitas 3 audiências públicas, duas na Câmara dos Deputados e uma no Senado Federal, o Presidente da FUNAI não compareceu. Perdeu a credibilidade, não há negociação, não há mais diálogo. Eles estão acampados em frente ao Congresso Nacional e ao Ministério da Justiça. Segundo, não aceitam o Conselho Nacional proposto em medida provisória pela mesma razão do decreto. Não foi discutido o decreto, o Conselho também não.

Há que começar do zero. Estou há 20 anos nesta Casa, Deputado Cândido Vaccarezza. É uma situação grave, grave, grave! Não é uma questão menor. Eles estão em pé de guerra. É um conflito e é preciso resolvê-lo. Revoga-se o decreto, derruba-se essa emenda, eles vão embora e começam a discutir. Nomeia-se outro



Presidente da FUNAI. Não conheço o Presidente da FUNAI, mas é o homem que marcou a reunião e não veio. Acabou o diálogo.

O Deputado Marco Maia, Presidente da Casa em exercício, há pouco recebeu todos eles. Ficamos mais de uma hora e meia em seu gabinete. Se não há estofo para a democracia, imaginem lidar com as nações indígenas! Está cheio de denúncias. Não quero trazer esses problemas para cá.

Gostaríamos de resolver...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - ...de forma democrática, republicana. Há um erro. Há um equívoco.

Nossas homenagens aos nossos irmãos. Peço aos trabalhadores do Brasil uma salva de palmas para eles. *(Palmas nas galerias.)*

Em homenagem a vocês, vamos derrubar esta emenda que veio do Senado, equivocada e clandestinamente. Aqui está falando um Deputado da Oposição, mas tenho certeza de que o Presidente Lula, ao saber disso, vai abrir um canal de diálogo direto com vocês para resolver este problema grave, nomeando uma comissão de Deputados, se for preciso.

Estaremos aí para ajudar as nações indígenas, os verdadeiros brasileiros. Contem com o apoio da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Obrigado Deputado Luiz Carlos Hauly.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Vamos à orientação.

Como vota o PMDB?

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vai votar “não” à emenda do Senado, mas não sem antes registrar que a Deputada Marinha Raupp e o Deputado Natan Donadon fizeram um trabalho forte pela aprovação da emenda anterior.

O PMDB vota “não” à emenda, “sim” ao texto que saiu da Câmara dos Deputados.





**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se for possível, antes da orientação, quero propor um acordo em torno desta emenda.

Ninguém nega os conflitos que estão havendo entre os povos indígenas e algumas políticas do Governo. Ninguém aqui nega a dedicação especial da Deputada Perpétua em defesa dos índios, de uma política indigenista. Se não me engano, parte dessa emenda, inclusive, é uma proposta de S.Exa.

Eu acho que podemos fazer um acordo para elaborar uma aglutinativa, tirar o caráter deliberativo, a parte organizativa, que há nessa emenda do conselho, e aprovar um conselho consultivo, aproveitando boa parte dessa emenda.

O problema que vejo na emenda é que ela dá caráter deliberativo. Isso é fácil de resolver. Se tirarmos, no art. 1º, quando fala de caráter consultivo e deliberativo, o termo deliberativo, e a composição do conselho, que vem em seguida, ficar apenas conselho consultivo; excluirmos no art. 2º os incisos I e II; e excluirmos o art. 3º, podemos fazer um acordo para sair uma proposta de comum acordo da Casa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em medida provisória não cabe emenda aglutinativa. Só podemos apreciar o texto que veio do Senado, que, na verdade, temos de rejeitar ou aprovar. Não temos alternativa. Vamos rejeitar e depois tentar fazer uma proposta que contemple os povos indígenas, que estão aqui reclamando. Eu acho que é possível fazer o que o Deputado Cândido Vaccarezza está dizendo, mas não nessa medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Deputado Cândido Vaccarezza, infelizmente o Deputado Arnaldo Faria de Sá tem razão. Não nos cabe mais tratar



---

dessa forma a medida provisória, a não ser votando as emendas que vieram do Senado, rejeitando ou aprovando o que foi votado e aprovado no Senado.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** - V.Exa. tem razão.



---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço ao Líder do Governo a contribuição, mas não podemos fazer dessa forma. Compreendo que não houve as negociações antecipadas nem com parcela do movimento nem com a base do Governo. Tanto o Deputado Eduardo Valverde, Presidente da Frente Parlamentar, quanto eu vamos entender essa votação e pedir urgência urgentíssima do projeto com o mesmo conteúdo, para vir à discussão e votação nesta Casa em outro momento.

*(Manifestação das galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Peço a V.Sas. que estão nas galerias que não se manifestem, respeitem o debate que está sendo feito neste plenário. Isso não é permitido pelo Regimento Interno da Casa.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Miguel Martini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

**O SR. MIGUEL MARTINI** (PHS-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, uso a tribuna para, primeiramente, trazer a extraordinária notícia de que, nesta manhã e já início da tarde, conseguimos aprovar, na Comissão de Seguridade Social e Família, o Estatuto do Nascituro, de minha autoria e do Deputado Luiz Bassuma.

Acreditamos ter avançado significativamente nessa luta em defesa da vida. Garantimos não só que o nascituro, ou seja, aquele que ao ser concebido já é, no nosso modo de entender, um ser humano, seja protegido e defendido, mas também que venhamos, segundo muitos juristas têm-se manifestado, a preencher uma lacuna no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ONU reconhece que a vida começa na concepção. O Pacto de San José da Costa Rica, de que o Brasil é signatário desde 1992, reconhece que há vida desde a concepção. A nossa Constituição, no art. 5º, inciso X, garante a inviolabilidade da vida.

Portanto, esse projeto de lei, que teve o nome de Estatuto do Nascituro, veio proteger essa criança, que para nós é um cidadão ou uma cidadã que ainda precisa da proteção do Estado como uma criança mesmo, que ao nascer precisa da proteção da mãe e da família até alcançar a independência e conseguir se defender.

O nascituro é aquele ser indefeso que não tem o que fazer, a não ser esperar que nós, pessoas conscientes, maduras, adultas e capazes, possamos protegê-lo. Agora, com a aprovação do Estatuto do Nascituro, ele passa a ter direitos de um



cidadão e de uma cidadã brasileira. Mais do que um cidadão e uma cidadã adultos, o nascituro precisa de proteção especial do Estado.

O Estado brasileiro deve cuidar de proteger essa criança. Basta dizer que todos nós que estamos neste plenário um dia fomos um nascituro e só estamos aqui porque conseguimos sobreviver e nos desenvolver.

Hoje, inclusive, houve o testemunho belíssimo de uma Parlamentar que viveu a experiência de ser vítima de estupro na cadeia e, por ter vivido ou sobrevivido, é alguém capaz de defender a vida, aprovando o Estatuto do Nascituro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, assistindo aos jornais, ouvi o comentário de que o Projeto Ficha Limpa, que será votado daqui a pouco no Senado Federal — já foi aprovado o regime de urgência e já deve estar sendo... Já foi aprovado!

O Projeto Ficha Limpa, que esta Casa aprovou na sua absoluta maioria, acaba de ser aprovado também no Senado Federal e, agora, vai à sanção presidencial! (*Palmas.*)

É uma festa para o Parlamento brasileiro hoje o projeto ser aprovado no Senado Federal, coisa que muitos diziam que não seria possível. Já foi, Deputado Paes de Lira, aprovado pelo Plenário do Senado e vai à sanção presidencial. Portanto, valerá para as próximas eleições, em outubro deste ano.

Mas ouvi um jornalista — aliás, cientista político — comentar que esse projeto precisava ter avançado mais. Era impossível ter avançado mais sem que caísse na inconstitucionalidade! Eu gostaria de pedir a esse cientista político, Merval Pereira, da *Globo News*, que nos dissesse qual é o avanço que ele gostaria de ver.



Fomos ao limite da constitucionalidade. Não adiantava votar um projeto aqui e no Senado e enganar a sociedade, porque ele não teria a eficácia da forma como foi aprovado nesta Câmara e acaba de ser aprovado no Senado Federal. Ele terá eficácia porque é constitucional, e valerá para essas eleições. Vai melhorar o Parlamento brasileiro na sua dignidade e vai melhorar a sociedade.

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini.

**O SR. MIGUEL MARTINI** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só quero dizer que melhora a dignidade do Parlamento brasileiro, não porque faltasse, mas porque a opinião era levada a pensar que no Congresso Nacional havia pessoas mal-intencionadas.

Com esse projeto, ficará claro que só será Parlamentar quem verdadeiramente tiver ficha limpa. Portanto, o Congresso retoma sua credibilidade.

Parabéns, Parlamentares Federais! Parabéns, Senadores brasileiros! Parabéns ao Brasil! Parabéns àqueles que lutaram para que esse projeto virasse lei!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. MARCELO ITAGIBA** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, peço um esclarecimento: haverá sessão extraordinária?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Haverá sessão extraordinária logo após esta sessão.

**O SR. MARCELO ITAGIBA** - Seria em que horário, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Logo após. Quando terminarmos de votar esta medida provisória, convocaremos a sessão extraordinária.

**O SR. MARCELO ITAGIBA** - Já há pauta para essa sessão, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Estamos montando ainda, Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. MARCELO ITAGIBA** - Espero que esteja incluída a PEC nº 300, de 2008. Faço esse apelo em nome de mais de 300 Deputados que assinaram uma solicitação à Presidência da Casa.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Duarte, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV.

**O SR. EDSON DUARTE** (PV-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O debate sobre os povos indígenas é bom, mas esta Casa se nega a fazê-lo. Vinte anos de tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas é o retrato mais fiel do tratamento que estamos dando a esses povos, que carregam a nossa história, a nossa origem, a história do povo brasileiro.

É um dos maiores absurdos. Não se justificam esses 20 anos. Alguém poderia dizer que são 20 anos discutindo o Estatuto, mas o pior, Deputada Perpétua, é que há 20 anos o projeto está engavetado, sem discussão.

Como não se discute o Estatuto, acaba havendo essa confusão legal de decretos, projetos de lei, emenda aqui e acolá. Aumenta a confusão, porque não se faz a consulta necessária, não se debate com as lideranças indígenas.

Deputado Roberto Santiago, que vem participando ativamente dessa discussão, assim como o Deputado Eduardo Valverde e alguns Parlamentares desta Casa — que são poucos. Parece-me que não se enfrenta esse debate, e não se chega a uma decisão definitiva com relação aos povos indígenas.

O que acontece? Tudo é conduzido pela FUNAI, numa política de faz de conta, numa política assistencialista, numa política de divisão dos povos indígenas, numa política equivocada para essas populações.

O Governo lava as mãos. Quando se chega a qualquer instância de governo, dizem: “*Não é comigo; é com a FUNAI*”. Os Governos Estadual e Municipal dizem a mesma coisa, que não têm responsabilidade sobre isso. Então, não é com ninguém!





E continuam os conflitos, continuam os problemas culturais, continuam os povos morrendo e perdendo sua identidade cultural, como é o caso do povo tuxá, há 20 anos instalado na periferia da cidade de Rodelas, com a promessa de instalação definitiva em suas terras, coisa que nunca aconteceu! Eles perderam todas as suas gerações, perderam sua história e sua cultura.

Pergunto: quem paga por esse crime contra esse povo, contra a sua história? Ninguém? E continuamos matando esses povos, que representam muito para todos nós.

Quando é matéria econômica, quando é interesse do Governo aumentar a sua arrecadação, aprovamos a matéria em uma semana. O Estatuto dos Povos Indígenas tramita há 20 anos! Ou esta Casa é incompetente, ou não tem interesse nessa questão, porque não se justificam 20 anos.

De tal forma que faço um apelo. Não adianta remendo ao Estatuto, não adianta tentar construí-lo por pedaços. Precisamos ouvir as Lideranças, ouvir as entidades, democratizar o debate, votar o Estatuto e construir um marco legal para esse povo. É preciso salvar essa gente. Devemos muito aos índios e não podemos permitir que esse genocídio contra os povos indígenas continue no Brasil.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Edson Duarte.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a recente decisão do Senado Federal, que acompanhou o projeto aprovado na Câmara dos Deputados. Acaba de ser aprovado, no Senado Federal, por 76 votos a favor e nenhum contra, o Projeto Ficha Limpa, uma resposta da Câmara dos Deputados à indignação popular contra a impunidade.

Trabalhamos esse projeto na Câmara para que não houvesse injustiças — há o direito de defesa — e para que sinalizássemos à sociedade que crimes como corrupção (ativa e passiva), peculato, lavagem de dinheiro, crime contra o Erário, crime contra a pessoa humana, crime contra a saúde pública e crime contra o meio ambiente deveriam levar à inelegibilidade.

O Senado Federal aprovou o projeto há pouco, mesmo de depois, na semana passada, o Senador Romero Jucá ter dito que talvez se prorrogasse o processo. Isso se chama pressão popular.

Quero saudar todos os que apoiaram a emenda popular que deu origem a tudo isso. Foi uma pressão de baixo para cima. Eu, na qualidade de primeiro signatário do projeto, e tantos outros Parlamentares que trabalharam nessa questão, devemos, sim, prestar uma homenagem àqueles que trabalharam com a emenda popular que agora virou lei e que deve ser sancionada pelo Presidente da República.

Fizemos campanha de rua e, ainda esta semana, colhemos 6 mil assinaturas nas ruas da cidade de São Paulo. O nosso Senador José Nery protocolou esse



expediente, às 14h30min, no Senado Federal. Inclusive pegamos, na Rua Quinze de Novembro, em frente à Bolsa de Valores de São Paulo, a assinatura do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que assim contribuiu para que o Projeto Ficha Limpa fosse votado. Essa é a primeira questão.

Em segundo lugar, aproveitando o embalo de falar sobre o que o Congresso Nacional deve votar, está naquela Casa também para ser votado o reajuste dos aposentados, projeto que passou na Câmara dos Deputados. Possivelmente, será aprovado ainda hoje, embora o Governo esteja manobrando para que não seja votado o fim do fator previdenciário.

Queremos desta tribuna falar sobre a importância enorme de se votar o fim do fator previdenciário e de se fazer justiça aos aposentados brasileiros. Um reajuste de 7,7% não cobre as imensas perdas, inclusive a da não correção inflacionária de salários do INSS. É apenas um momento de retomada e de ganho real, pequeno ainda, mas uma sinalização positiva. Os aposentados não podem pagar o preço do ajuste fiscal permanente estabelecido no Orçamento brasileiro, pagando 36% de juros e amortizações da dívida, 380 bilhões de reais por ano, para encher o bolso de rentistas e banqueiros internacionais.

Por isso, Sr. Presidente, entendemos que o Senado também deve ratificar o que foi aprovado na Câmara dos Deputados com relação ao fator previdenciário e ao reajuste dos aposentados.

Finalmente, como Líder do PSOL, quero dizer que os Líderes partidários poderiam acordar a votação nesta Casa, antes do recesso, de 3 emendas constitucionais, adotando um critério político claro, sinalizando à sociedade quais são essas PECs. Em primeiro lugar, poderíamos apreciar as que foram votadas em



primeiro turno, como a PEC que trata do fim do voto secreto, votada em agosto de 2006, em primeiro turno, e nunca concluída nesta Casa. Em segundo lugar, a PEC do Trabalho Escravo, que já foi votada nesta Casa, é uma vergonha nacional! Queremos que as propriedades em que fiscais do Ministério do Trabalho encontraram gente trabalhando de forma claramente indigna — trabalho escravo — sejam objeto de desapropriação pela reforma agrária.

Finalmente, para fazer justiça à pressão popular e à lógica da mobilização, temos de votar, pelo compromisso aqui assumido, a PEC nº 300.

Portanto, temos de votar a PEC do Trabalho Escravo, a do fim do voto secreto, a PEC nº 300 e a PEC nº 308, que pode ser adequada imediatamente.

O PSOL quer fazer esta sugestão aos Líderes: que votemos até o final deste semestre as 3 propostas de emenda à Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, queremos concluir rapidamente a votação da Medida Provisória nº 472, inclusive para, após a conclusão, garantir a Emenda nº 32, em relação ao SEPACO, e as Emendas de nºs 17 a 20, do Conselho Federal de Contabilidade.

Sr. Presidente, queremos que, logo depois seja convocada sessão extraordinária para votar a PEC nº 300, dos policiais civis e militares e bombeiros militares, cuja votação já foi iniciada. Há muito tempo, há mais de 2 meses, aguardamos para retomar essa votação.

Queremos ainda, depois, colocar em votação a PEC nº 308, da Polícia Penal, que inclusive tem mais facilidade de tramitação do que a PEC nº 300.

Conheço bem a PEC nº 300, pois dela sou o autor. Já acordamos no substitutivo, cuja proposta inicial era o parâmetro com a Polícia Militar do Distrito Federal, no piso salarial de 3.500 reais para os praças e 7 mil reais para os oficiais.

Em seguida, queremos votar também a PEC nº 308, da qual sou Relator, que vai resolver, sem dúvida nenhuma, de uma vez por todas, a questão do sistema prisional brasileiro. A PEC nº 308 tem um fator extremamente positivo: vai liberar muitos policiais civis e militares, que não mais precisarão fazer escolta de presos, levá-los para audiências ou para o sistema médico. Os agentes penitenciários poderão fazer policiamento da área externa da unidade prisional, permitindo que a Polícia Civil e a Polícia Militar façam outro tipo de trabalho.



Quem conhece o entorno da unidade prisional são os atuais agentes penitenciários. Queremos elevá-los à categoria de Polícia Penal. Seria um grande avanço. Espero que esta Casa tenha a oportunidade de fazê-lo.

Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado Marco Maia, que, na tarde de ontem, na reunião de Líderes, chegou a fazer essa proposta e alguns Líderes foram contrários.

Quero cumprimentar o Presidente Marco Maia por ter tomado essa posição arrojada, determinada e objetiva. Presidente Marco Maia, em nome daqueles que aguardam a votação da PEC nº 300 e da PEC nº 308, cumprimento V.Exa. por ter tomado essa decisão.

Sem dúvida nenhuma, na sessão extraordinária, logo após a votação da MP nº 472, poderemos de vez acabar com essa agonia, essa situação de indefinição e de intranquilidade por que passam os policiais e bombeiros militares e os agentes penitenciários. Muitos deles encontram-se sem condições financeiras para estar permanente e constantemente em Brasília, mas teimosamente eles têm estado presentes.

Alguns poucos Parlamentares têm assumido essa luta em defesa da PEC nº 300 e da PEC nº 308.

Quero neste momento cumprimentar o Presidente Marco Maia pela ousadia e determinação.

Parabéns, Presidente Marco Maia!



---

**O SR. LINCOLN PORTELA** - Sr. Presidente, como Líder, pelo PR.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Lincoln Portela, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR. S.Exa. dispõe de até 4 minutos.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer coro com os Parlamentares que tanto têm lutado nesta Casa em favor das PECs nºs 300 e 308. Nós estamos lutando nesta Casa e não vamos deixar o discurso.

Há quem diga que somos Parlamentares de uma nota só. O que não podemos permitir é que a segurança pública brasileira, que os policiais militares, civis e bombeiros continuem da forma em que se encontram: desamparados e esquecidos pelo Estado, a quem servem com toda dedicação, extremamente ordeiros e dedicados.

Nós não podemos permitir, Sr. Presidente, que esta Casa continue de braços cruzados em relação à PEC nº 300. É de fundamental importância que resolvamos isso. Essa PEC já começou a ser votada. Isso é um absurdo! Tenho onze anos e meio de Câmara dos Deputados, estou terminando meu terceiro mandato, e nunca vi acontecer uma coisa desse nível nesta Casa. É de fundamental importância que completemos a votação da PEC nº 300.

Nós temos visto também, Sr. Presidente, os agentes penitenciários que, há 4 meses, vêm ordeiramente a este plenário, trabalham respeitadamente, visitam os gabinetes, trabalham de um lado para o outro, com nenhum tipo de pressão se não a puramente democrática. Nada impede também que votemos a PEC nº 308, para resolvermos essa questão dos agentes penitenciários.



Sr. Presidente, também é de fundamental importância que esta Casa acate os requerimentos que estarão sendo apresentados nesse contexto. O Presidente Michel Temer assumiu um compromisso. E eu acredito na palavra de S.Exa. que inclusive comigo já conversou a respeito dessa questão. O Presidente Michel Temer quer votar a PEC nº 300 e não pode ser impedido de fazer essa votação. S.Exa. é o Presidente da Casa, já ouviu setores, já ouviu Líderes, e agora, Sr. Presidente, com acordo ou sem acordo, vamos votá-la! É de fundamental importância que votemos a matéria! Nós não estamos preocupados em colocar 308 Deputados aqui para derrubar os destaques. Não há nenhuma preocupação nesse sentido. Não temos medo. Vamos para a votação. Os policiais militares estão aqui, assim como os policiais civis, os bombeiros, os agentes penitenciários, e é de fundamental importância que a democracia seja restaurada nesta Casa.

Um dia desses, vi um cartaz que dizia: *“Pela democracia na Câmara dos Deputados”*. Não podemos continuar dessa maneira. Então, vamos votar.

Quero aproveitar também este momento em que o Senado está votando o Ficha Limpa numa sessão extraordinária para dizer que esperamos que o Senado acabe de votar o que já votamos nesta Casa, o Plano de Cargos e Salários dos funcionários da Câmara dos Deputados. É de fundamental importância que se resolva isso no Senado Federal, pois essa é uma grande oportunidade que tem aquela Casa para resolver o problema dos funcionários da Câmara dos Deputados. Trata-se de funcionários sérios, que trabalham com competência e são gabaritados. Portanto, é bom resolvermos essa questão.





Aproveito ainda estes segundos que me restam para dizer que também é de fundamental importância que votemos a PEC nº 544, que cria os 4 Tribunais Regionais Federais — Amazonas, Bahia, Paraná e Minas Gerais.

Vamos dar celeridade à Justiça brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB. S.Exa. disporá do prazo máximo de 5 minutos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) -

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

(Discurso a ser publicado na Sessão nº 171, de 05/08/10.)



**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** - Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. LIRA MAIA** - Vamos votar, vamos votar! Vamos encaminhar!



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Vinicius Carvalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTdoB. S.Exa. dispõe do prazo máximo de 5 minutos.

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PTdoB-RJ. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, mudar de plano de saúde, levando consigo a carência já cumprida, deveria ser o princípio básico da portabilidade dos planos de saúde. A medida, regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS, por meio da Resolução Normativa nº 186, de janeiro de 2009, entrou em vigor em 15 de abril do ano passado.

Pouco mais de um ano depois do lançamento, a constatação é que a portabilidade dos planos de saúde não atingiu seu objetivo. Dos 7 milhões de usuários que teriam condições de exercer esse direito, apenas cerca de mil pessoas conseguiram mudar de prestadora de serviços médicos sem ficar um período sem atendimento. Como se pode observar, um número ínfimo, mas não pensem que isso é resultado de uma satisfação por parte dos clientes e consumidores com relação aos serviços e preços cobrados. Essa baixa adesão à portabilidade nada mais é do que consequência de regras complexas, que culminam com uma série de restrições, mesmo para quem se enquadra nos requisitos para trocar de plano de saúde, ou seja, os que têm novos contratos individuais ou familiares assinados ou adaptados a partir de janeiro de 1999.

A grande verdade é que são muitos os obstáculos impostos pela regra da portabilidade: é preciso estar há pelo menos 2 anos no plano, ou 3 anos, se houver doença preexistente; a troca somente é permitida no mês de aniversário do contrato



ou no seguinte; e o usuário apenas pode ir para um plano equivalente ou inferior, o que muitas vezes não existe.

Esta é a conclusão, Sr. Presidente: a portabilidade é possível, mas na prática não funciona. Infelizmente, uma solicitação antiga das organizações de consumidores não atingiu a meta de ser um instrumento capaz de permitir que o cliente troque de operadora caso os serviços não sejam prestados de forma satisfatória.

Pasmem os senhores! Hoje, por exemplo, para uma matéria jornalística, um repórter fez contato com uma clínica de saúde dizendo que tinha um plano de saúde específico e queria marcar uma consulta, mas essa consulta só pôde ser marcada para o mês de outubro. Enquanto isso, outro repórter dessa mesma empresa fez uma ligação telefônica para a mesma clínica dizendo que queria marcar um atendimento particular, ou seja, pagando. Disseram-lhe que havia vaga para esse atendimento na próxima segunda-feira.

Então, observamos que aqueles que são detentores de um direito por terem contratado um plano de saúde, um plano de seguro de saúde, não têm tido o mínimo de consideração e respeito. Se a pessoa paga, recebe atendimento imediato. Se não paga, porque é portadora de um plano de saúde, tem sua consulta marcada para bem mais tarde do que deveria. Isso é uma vergonha!

Por conta disso, Sras. e Srs. Deputados, hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor, demos entrada a uma solicitação, que obteve apoio de alguns Deputados, como Carlos Sampaio, de São Paulo, e José Carlos Araújo, da Bahia, para chamar para uma audiência pública o Presidente da ANS. Aqui eles têm de



---

reconhecer que essas questões relacionadas a planos de saúde não surtiram o efeito necessário.

É fundamental, portanto, que a Agência Nacional de Saúde reveja as regras para o exercício da portabilidade dos planos de saúde, de forma que eles atendam plenamente os interesses dos clientes. É preciso reconhecer, admitir que o esquema não deu certo, que é ineficiente.

Bem estruturada, a portabilidade pode inclusive reduzir os reajustes das mensalidades por conta do aumento da concorrência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. LIRA MAIA** - Sr. Presidente, vamos continuar a orientação.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** - Vamos continuar a orientação, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para orientar, como vota o PT? (*Pausa.*)

Estamos discutindo a Emenda nº 36.

Como vota o PSDB?

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O destaque é do partido, já houve o encaminhamento por ilustres representantes da nossa bancada esposando as razões do nosso voto.

Votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Democratas?

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta medida provisória trouxe 53 emendas do Senado. Acho que bateu um recorde. De todas as que trouxe, a mais equivocada é a Emenda nº 36, porque cria um conselho consultivo deliberativo. Inclusive, há erro de origem, um vício de origem.

Na realidade, esta Casa, o Parlamento brasileiro não tem competência para criar conselhos. Esse conselho realmente é um mal para o País.

Estou satisfeito com a Casa, porque todos estão orientando o voto “não”. O Democratas orienta o voto “não”.

Aproveito os últimos segundos que me restam para sugerir a inclusão na pauta da sessão extraordinária as propostas que tratam da criação dos Estados de Tapajós e Carajás e as PECs nºs 300, de 2008, e 308, de 2004.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Bloco?





**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes, peço aos Parlamentares desta Casa que fiquem em plenário, porque queremos, ainda hoje, votar a PEC nº 300, de 2008. Esta Casa precisa continuar a votação que já iniciou.

Por outro lado, no que se refere à Medida Provisória nº 472, de 2009, votamos pelo acordo de retirada do artigo, para posterior pedido de urgência do projeto de lei de mesmo conteúdo que já se encontra nesta Casa.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O Bloco vota “não”.

Como vota o PR?

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR, Sr. Presidente, entende que não é o melhor momento. Hoje, por exemplo, recebi uma visita de aproximadamente 70 índios no meu gabinete, muitos caciques — nem sei como couberam lá. Eles estão preocupados com outra matéria, mas também fluiu essa conversa. Eles são frontal e radicalmente contra essa matéria. Não querem votar isso. Se parte dos próprios índios brasileiros não querer votar essa matéria, porque vamos aprová-la? Isso é um absurdo.

O PR, na realidade, entende isso. Entende também que existe um projeto na CCJ, pronto para a pauta, que abrange essa matéria. Nós queremos trabalhar nesse projeto. É de fundamental importância que votemos com os índios.

Nossa orientação é o voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PP?

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PP, Sr. Presidente, da mesma forma, vota “não”.



Estamos sofrendo muito, o Brasil está sofrendo com relação ao CONAMA. Todo mundo sabe: conselho consultivo e conselho deliberativo fazendo o que bem entende. Isso está atrasando o País. Temos certeza de que ocorreria o mesmo com esse conselho indigenista.

Estamos respeitando também os caciques que aqui estão. Se eles não querem, por que nós vamos forçar a barra? Alguma coisa está mal.

Portanto, o Partido Progressista, diante do exemplo do que está ocorrendo com relação ao CONAMA, que é um atraso para o País, vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PT, como vota?

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, a emenda veio do Senado com o apoio do PT naquela Casa. Ocorre que, aqui na Câmara, o tempo de discussão para as bancadas e também entre as bancadas não permitiu que várias dúvidas fossem sanadas.

Em concordância com a Liderança do Governo, nós preferimos, então, que esta matéria tramite na forma de projeto de lei, em regime de urgência urgentíssima, conforme já defendido por outras Lideranças.

Portanto, o PT orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PT orienta “não”.

Como vota o PDT?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós votamos “não”, porque consultamos estes aqui presentes que representam as nações indígenas.

Eu vou economizar tempo falando agora sobre a PEC nº 300, de 2008. Nós, em sessão anterior, prometemos recolher a maioria de assinaturas — maioria



absoluta — de Deputados em favor da votação da PEC 300, para que os nossos mandatos não sejam retirados de nós.

Nós cumprimos a nossa parte. Para a PEC 300, aqui estão mais de 300 assinaturas. A rigor, 321, mais do que três quintos, o número mínimo necessário para a aprovação do próprio texto.

Depositarei nas mãos de V.Exa. este documento, que é o cumprimento da nossa palavra. Eu tenho certeza de que a Presidência da Câmara dos Deputados, ou pelo Deputado Michel Temer ou por V.Exa., também cumprirá a sua palavra.

Nós nos dirigiremos à Mesa agora para entregar este abaixo-assinado dos Deputados para continuar a votação da PEC 300. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PTB?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero fazer uma solicitação à Mesa e peço atenção ao Dr. Mozart.

Nós temos também um DVS à Emenda 36. Então, deveria estar na orientação DVS do PSDB e do PTB. Há uma emenda do PTB nesse mesmo sentido. Peço a V.Exa. que faça a correção.

Segundo, Sr. Presidente, nós vamos votar “não” porque entendemos que há uma insatisfação muito grande dos povos indígenas em relação a essa matéria.

Aproveito a oportunidade: se vamos atender os povos indígenas, vamos atender também os brancos e negros votando as PECs nºs 300, de 2008, e 308, de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Aviso ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que o destaque do PSDB entrou às 17h10min e o do PTB, às 17h15min. Como são



Lideranças diferentes, vota-se de forma diferente. Ao não ser aprovado o destaque, fica prejudicado o posterior.

Como vota o PSC?

**O SR. RATINHO JUNIOR** (PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta proposta, que diz respeito à criação de um conselho, precisa ser melhor debatida na Casa.

Aliás, essa lógica de colocar um projeto inteiro dentro de medida provisória tem de ser banida, como já discurssei diversas vezes aqui. Nós temos de tratar com seriedade as matérias.

O assunto dos índios é importante, precisa ser tratado, mas não desta forma.

O PPS orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como orienta o PV?

**O SR. ROBERTO SANTIAGO** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde orienta “não”, mas quer explicar por quê. Com certeza, por motivos absolutamente distintos dos apresentados hoje neste plenário.

Por exemplo, nós entendemos ser fundamental a criação do conselho. Aliás, o decreto que está sendo discutido nesta Casa vai tratar desse tema. A questão de ser um conselho deliberativo é fundamental para que os povos indígenas possam participar efetivamente dos debates dos seus problemas.



Orientamos o voto “não” por conta de um pedido das nações indígenas, que estão aqui hoje e que querem um conselho, mas querem debater, participar ativamente da sua criação. Não pode ser uma coisa colocada de cima para baixo.

Orientamos o voto “não” por motivos completamente distintos. Nós queremos a participação dos povos indígenas na discussão dos problemas da FUNAI, dos problemas dos próprios índios, porque são eles que enfrentam os problemas.

Portanto, Sr. Presidente, vamos lutar pelo Conselho e para que a FUNAI atenda à reivindicação dos povos indígenas, mas com motivos completamente distintos daqueles que foram debatidos hoje neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “não”. Entendemos que é preciso um debate em que as comunidades indígenas participem diretamente das decisões. Isso não pode ser feito de cima para baixo.

Por isso, o PSOL vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é preciso prorrogar a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Prorrogo a sessão por mais 1 hora.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta o voto “não” a esta emenda de iniciativa do PSDB e do PTB. Na verdade, este Governo não cumpriu os compromissos que assumiu de demarcar as áreas indígenas, não deixou aprovar o Estatuto do Índio, não reestruturou a FUNAI e, mais do que isso, negligenciou na questão da saúde indígena.

Como membro da CPI das Crianças Indígenas fui até lá constatar os fatos. Tivemos, em um caso emblemático, claras amostras da falta de ação do Governo. O caso das mortes das crianças indígenas de Mato Grosso foi fundamental para que tivéssemos uma visão completa da ação do Governo em relação aos povos indígenas.

Os índios que não foram ouvidos nessa questão merecem uma posição negativa deste Plenário em relação a esse Conselho.

É a posição que a Minoria assume, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação a emenda.





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADA.

Está prejudicado o destaque do PTB.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Existem 2 destaques a serem avaliados.



**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por acordo, vamos votar retirando a Emenda nº 15 e restabelecendo a Emenda nº 52.

Se houver concordância, poderemos votar simbolicamente, sem encaminhamento, sem orientação, para que possamos concluir o processo.



---

**O SR. ROBERTO BRITTO** (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda é extremamente importante, pois vai ajudar os cacauicultores. E a Bahia tem todo interesse nisso.

Apoiamos plenamente, como sugeriu o Líder do PMDB, que seja retirada de pauta a Emenda nº 15 e votada a Emenda nº 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Na verdade, não há como retirar a emenda porque ela está destacada e precisa, regimentalmente, ir a voto.

Podemos votar simbolicamente, rejeitar uma emenda e passar para a votação da outra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Rejeitar a Emenda nº 15 e aprovar a Emenda nº 52.



---

**O SR. DR. PAULO CÉSAR** (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR concorda com a proposta do Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Se houver acordo. Se todos os Deputados forem orientar aqui, vamos proceder à orientação.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o ideal seria fazer uma aglutinativa em torno das Emendas nºs 15 e 52, mas não me parece ser possível regimentalmente. Conversei com o Relator e há dificuldade regimental, porque a Emenda nº 15 é muito importante para os cacauicultores da Bahia, mas não atende a integralidade daqueles que estão envolvidos com o endividamento, com problemas já históricos.

E nós, nesta Casa, já estamos cansados de anunciar medidas e, na hora da sua aplicação, ela não atender ao universo que se quer atingir ou atender a uma pequena minoria e os problemas vão sendo postergados. Então, a Emenda nº 15 vai até 50 mil; a Emenda nº 52 iria até 100 mil, que seria o ideal.

Vamos votar pela Emenda nº 15, mas vamos também encontrar condições de votar a Emenda nº 52, para complementar.



**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a proposta é para encerrarmos e votarmos rapidamente.

Retirar a Emenda nº 15 e aprovar a Emenda nº 52. Essa é a proposta que o PMDB está fazendo. O Deputado Colbert Martins e o PMDB da Bahia fizeram essa proposta em função dos cacauzeiros e há concordância.

Se for para encaminhar rapidamente, será isso; se não, vamos discutir uma a uma.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Deputado José Carlos Aleluia e, depois, Deputado Cândido Vaccarezza.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que desejamos — falo aqui também pelos produtores de cacau da Bahia, um segmento que tem sido insistentemente enganado pelo Governo com o chamado PAC do Cacau — é que seja aprovada a proposta que agora o PMDB abraçou: rejeitar a Emenda nº 15 e aprovar a Emenda nº 52. Se esse for o entendimento, votaremos rapidamente, porque é isso o que desejamos e é isso o que os produtores de cacau também querem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - É isso que está proposto aqui. Rejeitar a Emenda nº 15 e aprovar a Emenda nº 52.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Deputado Cândido Vaccarezza.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Queremos votar a Emenda nº 15, porque ela abre prazo para todos os cacauicultores da Bahia. O prazo já se encerrou. A Emenda nº 52 favorece aos cacauicultores mais ricos, especificamente 2 ou 3; a Emenda nº 15 pega todos os cacauicultores. Então, queremos votar a 15 e a 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Com esse posicionamento do Deputado Cândido Vaccarezza, a minha proposta é procedermos à votação da Emenda nº 15. Se aprovada, vamos para a votação da Emenda nº 52; se aprovada a 52, a Mesa — depois, a Secretaria-Geral — vai fazer a adequação das duas emendas. Uma parte colide com a outra. Então se faz a adequação no que colide para que a matéria fique adequada ao que foi a vontade do Plenário, prevalecendo o que foi votado aqui em primeiro lugar. Está entendido isso?

Vamos à votação da Emenda nº 15.





---

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queremos rejeitar a Emenda nº 15 e aprovar a Emenda nº 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Se a Emenda nº 15 for rejeitada pelo Plenário, vai-se votar a Emenda nº 52.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Nós, da Bahia, não queremos passar para a mão da Mesa a responsabilidade pela lavoura cacaueteira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Eu disse no caso de se aprovarem as duas emendas, Deputado.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - A lavoura cacaueteira já foi muito enganada por este Governo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É preciso aprovar as duas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Queremos rejeitar a Emenda nº 15. Quero encaminhar e depois aprovar a Emenda nº 52.



**O SR. JOÃO ALMEIDA** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Destaque do DEM: *“Requeremos a V.Exa...”*

**O SR. JOÃO ALMEIDA** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pois não, Deputado João Almeida.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - V.Exa. não precisa falar tão alto.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** - É porque eu estou aqui hoje, falei várias vezes neste microfone e V.Exa. está muito atento ao lado de lá. De outras vezes já não me ouviu, agora eu precisei falar muito alto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Isso não é verdade, tanto é que quem estava falando agora era o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** - Mas V.Exa. rapidamente transferiu...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - V.Exa., que é um Deputado educado, pode pedir a palavra educadamente, porque sempre vai receber a palavra.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** - Não estou fazendo acusação a V.Exa. Quero apenas que V.Exa. me dê oportunidade de falar como me cabe regimentalmente.

V.Exa. diz que votaremos a Emenda nº 15 e, se ela for aprovada, votaremos a Emenda nº 52. Se ela for aprovada, a Mesa da Câmara fará a adequação?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - A Secretaria-Geral.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** - A Mesa vai substituir o Plenário? De onde vem isso? Não existe essa possibilidade. Temos de ter clareza aqui. São duas propostas divergentes. Não há concordância. Elas são diferentes. Uma abarca todos os



produtores de cacau, outra limita a um número menor deles. O que nós queremos é que todos sejam contemplados.

Outras vezes nós já fomos, como bem disseram aqui, enganados. Desta vez não dá. O que queremos é rejeitar a Emenda nº 15 para aprovar integralmente a Emenda nº 52. Nós temos de resolver essa questão antes, para não ficarmos no mesmo impasse que criou o Senado, que aprovou as duas.

Não é possível nós transferirmos o impasse para decisão da Mesa. Creio que temos de ser claros e definitivos nesta votação. Os que querem atender aos produtores de cacau em sua amplitude, pegando todos os produtores, rejeitarão a Emenda nº 15 e votarão a favor da Emenda nº 52. Os que quiserem atender a só uma parcela votarão a favor da Emenda nº 15 e rejeitarão a Emenda nº 52. Não vejo outra alternativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Alerto o Deputado João Almeida que o encaminhamento que a Presidência propôs foi no caso de aprovação da Emenda nº 15 e da Emenda nº 52. É preciso que a Secretaria-Geral faça uma adequação, porque as duas têm pontos conflitantes. Se for rejeitada a Emenda nº 15, nós vamos votar a Emenda nº 52, e esse problema estará superado, não teremos problema algum.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Tem a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. já explicou. Há 2 destaques. Nós temos de votar os destaques. Há o destaque da Emenda nº 15. Nós vamos votar. Depois, há o destaque da Emenda nº 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Isso mesmo.

Então, vamos à discussão do destaque.



---

**O SR. LUIZ CARREIRA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para esclarecer. A Emenda nº 52 inclui também o PESA, que foi negociado inclusive pelo próprio Governo da Bahia. O Governador mandou uma carta nesses termos. É bom ficar claro para os representantes da Bahia que estão aqui que o que está na Emenda nº 52 é o que os produtores querem e o que o Governo do Estado também encaminhou. É bom deixar claro.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Vamos levar a voto as 2 emendas. O Plenário é soberano e vai decidir.



---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento. As duas emendas contêm prazos diferentes. Só para dar exemplo de uma contradição, na minha opinião, insanável. Como a Mesa...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Valerá a que for votada anteriormente, se aprovadas as duas.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** - O prazo que vai vigorar, se as duas forem aprovadas, será daquela que for aprovada primeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Primeiro.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** - Então, o Plenário, agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Automaticamente, ela invalida a segunda votação nesta parte.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** - O.k.



**O SR. RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, posso encaminhar?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - V.Exa. está inscrito aqui para falar a favor do destaque. V.Exa. será chamado neste momento para fazê-lo.





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Sobre a mesa requerimento de destaque da bancada do Democratas no seguinte teor:

*“Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda do Senado nº 15 ao PLV da Câmara à MP 472, de 2009”.*

Assina o Deputado Paulo Bornhausen.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, que falará a favor do destaque, portanto, contra a emenda. S.Exa. dispõe do prazo de 3 minutos.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço apenas 1 minuto de atenção.

O erro veio do Senado. Sobre a mesma matéria, a renegociação das dívidas dos cacauzeiros, encaminharam a Emenda nº 15, que foi redigida pelo Ministério da Fazenda e nada tem a ver com produtores rurais.

A Emenda nº 52, que foi fruto de um entendimento, de um grande acordo, com a participação da CEPLAC, órgão do Governo que trata do assunto, com o aval do Governador do Estado da Bahia e do Ministério da Agricultura, define a tabela em 3 faixas e não em 4, como apresentou o Ministério da Fazenda. Disse o Líder do Governo que isso vai atender apenas a 2 ou 3 produtores rurais. Se vai atender a 2 ou 3, então, os beneficiários devem ser o Governador do Bahia, o Ministério da Agricultura e a CEPLAC. Esse é o acordo que veio dos produtores rurais, com o aval do Governador, com o aval da CEPLAC, com o aval do Ministério da Agricultura.

Qual é a grande oportunidade dada? Principalmente a de esses produtores rurais, que quase foram inviabilizadas pela vassoura-de-bruxa, não serem inviabilizadas agora pela Emenda nº 15, que impede a renegociação da dívida.

O que nós e todos os produtores de cacau pedimos? A derrota da Emenda nº 15 e a aprovação da Emenda nº 52, fruto desse grande entendimento que viabiliza o produtor rural a renegociar suas dívidas; que possibilita o produtor rural, estando na dívida ativa da União, ao pagar a primeira parcela, contratar novos empréstimos; que possibilita o agricultor cacauzeiro renegociar todas as suas dívidas pelo BNB,



pelo Fundo do Nordeste e, com isso, passar a ter uma linha de crédito para renegociar o acordo anterior, o chamado PESA.

Isso é o que os produtores desejam. Eles querem exatamente essas tabelas com 3 faixas, para terem maior desconto no momento do pagamento de suas dívidas. O que eles pedem, única e exclusivamente, é a correção da falha do Senado, o acordo com os produtores.

Interessa ao Ministério da Agricultura e à CEPLAC a Emenda nº 52. Interessa ao Ministério da Fazenda e ao sistema financeiro a Emenda nº 15.

Vamos, então, rejeitar a Emenda nº 15 e aprovar a Emenda nº 52. Essa é a solução para que os produtores rurais do cacau tenham condições de permanecer em atividade e não serem totalmente dizimados, agora, não pela vassoura-de-bruxa, mas pela vassoura do Ministério da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, que falará contra o destaque e a favor da emenda.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta discussão, interessante e aparentemente técnica, revela os interesses em jogo nas duas emendas.

Primeiro, quero fazer uma observação clara. Para aqueles que vão votar contra a Emenda nº 15 e a favor da Emenda nº 52, informo que o prazo desta está esgotado; o da 15, não. Portanto, quem quer ampliar o prazo para ampliar benefício tem de ser favorável à Emenda nº 15, porque favorece mais pessoas.

O que li aqui na Emenda nº 52 — e não adianta o Deputado Ronaldo Caiado ficar rindo, S.Exa. olhar a emenda e ver o que está escrito — é que o prazo da Emenda nº 52 já está vencido. Essa emenda vai atender apenas aos grandes, porque as faixas nela prevista beneficiam apenas os grandes.

A Emenda nº 15 beneficia todos, incluindo aqueles que vão entrar, porque o seu prazo vai até 30 de dezembro de 2010. Essa é a questão. Ninguém aqui está contra favorecer mais gente com um prazo maior, por isso a Emenda nº 15, a cujo destaque sou contrário, é mais justa. E ela é mais correta porque se baseia em 2 objetivos: ampliar os benefícios e ampliar o prazo.

O discurso em defesa da Emenda nº 52, usado para derrotar a Emenda nº 15, é restritivo, é um discurso para os que já cumpriram o prazo, atende apenas os que estão no prazo e os que estão incluídos naquelas faixas, que vão necessariamente beneficiar os grandes, repito.

Vamos aprovar a Emenda nº 15, Srs. Deputados. Essa emenda beneficia os grandes, os médios e os pequenos, até porque amplia o prazo para novas



inscrições. É uma questão de justiça, é uma questão de equidade, é uma questão de irmos quebrando essa lógica.

Os benefícios fiscais não podem se centrar apenas nos maiores, nos graúdos, nos que já têm muito.

Não sou contra os benefícios fiscais para os que têm muito; o que estou advogando é que se tenha uma medida justa para grandes e pequenos. E essa medida justa para grandes e pequenos é a Emenda nº 15, porque equaciona corretamente.

Quando o Líder em exercício da bancada do PT perguntou a V.Exa. sobre o prazo tinha razão, porque o prazo da Emenda nº 15 é 30 de dezembro de 2010, e — olhem bem — o prazo da Emenda nº 52 já está vencido!

Ora, Sras. e Srs. Deputados, a Emenda nº 15 é mais justa, mais ampla, inclui todos; a Emenda nº 52 inclui apenas alguns.

Por isso sou contra o destaque e favorável à Emenda nº 15.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, que falará a favor do destaque, contra a emenda.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho ligado para várias pessoas para perceber como elas estão entendendo a discussão dessa matéria. Normalmente, a resposta que tenho ouvido é a seguinte: *“Deputado, não estou entendendo nada”*.

Disse-me um produtor de cacau endividado: *“Eu não estou entendendo mais nada. Deputado, diga-me onde está o bem, se está do meu lado, do lado do meu interesse, e onde está o mal, se o mal está do outro lado”*.

Surpreendeu-me o Deputado Genoíno querer convencer a nós todos de que entende mais de dívida rural do que o Deputado Ronaldo Caiado. Será que alguém acredita nisso? Algum dos senhores acredita que o Deputado Genoíno entende mais de dívida rural do que o Deputado Caiado? Será que S.Exa. entende mais de dívida rural do que a Confederação Nacional da Agricultura? Será que S.Exa. entende mais de dívida rural do que o produtor com o qual eu falei?

Ora, companheiros e companheiras, a proposta feita pela Mesa no sentido de aprovarmos as duas e, depois, a Mesa resolver as incongruências foi a mesma aprovada no Senado, e o Senador Romero Jucá não deixou que se acabasse com incongruência alguma.

Portanto, fico muito à vontade em defender o destaque, porque a Assessoria do meu partido e a Confederação Nacional de Agricultura me mostraram que esse era o caminho para beneficiar os agricultores, inclusive os sofrendores cacaucultores, que organizaram uma manifestação quando da última visita do Presidente Lula ao



meu Estado. E o Presidente, habilmente, os chamou para tomar café da manhã e disse que faria o PAC do Cacau, mas não fez nada.

Portanto, com a maior simplicidade do mundo, para aqueles que querem votar a favor dos agricultores, digo: vamos rejeitar a Emenda nº 15 e, em seguida, aprovar a Emenda nº 52.

Os Estados irão resolver a questão do prazo, porque não vão querer ficar inadimplentes uma vez que são avalistas, e esse é o melhor caminho para os agricultores. E sabe muito bem disso o Deputado Roberto Britto, que tem base eleitoral em Jequié — S.Exa., com certeza, também já dever ter ligado para produtores rurais.

“Não” à Emenda nº 15 e “sim” à Emenda nº 52.

“Não”, sem dúvida, à eloquência do Líder José Genoíno, cuja base eleitoral é urbana. Por isso, S.Exa. não se preocupa com o cacau. Aliás, o Deputado deve conhecer cacau apenas por intermédio dos romances de Jorge Amado, sobretudo, de *Gabriela, Cravo e Canela*.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Bornhausen, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas. S.Exa. dispõe de até 6 minutos.

**O SR. PAULO BORNHAUSEN** (DEM-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou vindo agora da reunião de que provavelmente todos os senhores participaram nas últimas horas nesta Casa — a reunião com Prefeitos de todo o País que estão na Capital para participar da 13ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Quero, então, congratular-me com todo o movimento e com a Associação dos Municípios Brasileiros — AMB, porque, pela primeira vez, de forma objetiva, vi os Prefeitos elegerem 2 pontos principais, um para o Senado e um para a Câmara, de uma pauta de reivindicações em que há uma série de outros pontos também importantes.

Para o Senado, a votação da proposta relativa aos *royalties* do petróleo; para a Câmara, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, a Emenda da Saúde, cujo processo de votação foi parado na Casa. A implementação dessa emenda significa uma injeção de algo em torno de 10 bilhões a mais por ano na saúde. E essa é uma reivindicação não só dos Prefeitos, mas de toda a população do Brasil.

A proposta apresentada pelos Prefeitos, a qual apoio e na qual eu me engajo, é a de, se a matéria não for prioridade na pauta de votação desta Casa, não nos manifestarmos sobre nenhuma outra.

A Emenda da Saúde é uma questão de justiça. E, muito mais do que isso, uma necessidade para aqueles que vivem nos municípios e não têm outra opção a não ser a saúde pública.





Os Prefeitos não aguentam mais! O Governo Federal, ao longo dos anos, passou encargos para os municípios, mas não repassou os recursos correspondentes.

A alegação de que a falta da CPMF foi o que prejudicou a saúde não é verdadeira. Qualquer cidadão comum, qualquer um de nós, em sã consciência, sem querer incorrer em mentira, ou mesmo em desonestidade intelectual, sabe que a saúde já ia mal. Com o fim da CPMF, não piorou nem melhorou, porque o Governo há muito tempo não colocava dinheiro no setor.

Há de se retomar a votação, para que a Emenda nº 29 seja regulamentada pelo Plenário. E que não venham com a desculpa de que não há dinheiro para a saúde, porque há, sim.

Cito 2 exemplos para provar o que digo: primeiro, entre 2007 e 2009, o Governo Federal promoveu um aumento de 40 bilhões de reais — o valor correspondente à arrecadação anual da CPMF — em despesas correntes, na folha de pagamentos. Segundo, o Governo injetou 180 bilhões de reais no BNDES para emprestar a juros subsidiados a algumas empresas no Brasil, dinheiro captado a juros de mercado. A diferença entre os juros de mercado e os juros subsidiados gira em torno de 8 bilhões por ano, valor que o Governo tem de acrescentar no imposto do cidadão brasileiro.

Essa é a prioridade do atual Governo, quando deveria dar prioridade verdadeiramente à saúde. E o pessoal da segurança, que aqui está, de forma justa, lutando pela PEC nº 300, sabe que não adianta receber aumento de salário se não houver também atendimento à saúde — e no local onde se vive, onde se mora.



Temos, nobres colegas, de votar a regulamentação da Emenda nº 29. E precisamos fazê-lo com urgência. O Governo tem de se sensibilizar, tem de esquecer essa história de CSS. Não há como se criar um novo imposto neste País.

Disse o Deputado Cândido Vaccarezza disse que esse assunto ficará para o próximo ano. De fato, não há espaço para isso neste momento. Os municípios não vão aguentar financiar a saúde no segundo semestre se não houver a regulamentação da Emenda nº 29 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Faço, então, um apelo aos Srs. Líderes, àqueles que têm responsabilidade, e ao Presidente Michel Temer, por intermédio de seu Vice-Presidente, no sentido de darmos prioridade na pauta desta Casa à proposta de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que representa dinheiro para a saúde. Essa é a pauta deste País, é a pauta do povo brasileiro, ao lado do Projeto Ficha Limpa, já aprovado na Câmara dos Deputados e, agora, também no Senado Federal.

O Senado Federal aprovou hoje esse projeto, cujo resultado final foi fruto do trabalho desta Casa, de Deputados de todos os partidos que querem a melhoria da representação política brasileira, mas, sem saúde, não dá. Então, há de haver um esforço no sentido de concluirmos a regulamentação da Emenda nº 29.

Na terça-feira que vem, Sras. e Srs. Deputados, cumprimos os compromissos relativos à votação de medidas provisórias que assumimos no Colégio de Líderes. E, desde já, aviso que o Democratas vai propugnar que, caso não haja a inclusão, como item 1 da pauta, da regulamentação da Emenda nº 29, entremos em obstrução neste plenário — e assim permaneçamos até que essa matéria, que representa dinheiro para a saúde, conste da Ordem do Dia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Continuando a apreciação do destaque, para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Cândido Vaccarezza, que falará contra o destaque e a favor da emenda, pelo prazo máximo de 3 minutos.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa não é uma discussão ideológica, como alguns da Oposição tentaram fazer. Existe um processo de negociação com os cacauicultores da Bahia. E, nesse processo, o Governo, por meio da discussão no Senado Federal, tentou acordar uma melhor maneira para atendê-los.

Qual é o erro daqueles que querem aprovar a Emenda nº 52? Essa emenda tem prazo. Quem já optou pelo prazo, que se encerrou em dezembro do ano passado, está salvo e vai poder negociar. Quem não optou, porém, está fora. A Emenda nº 15 prorroga esse prazo para todo o ano de 2010, o que abre espaço para todos poderem ter acesso a à negociação.

Há um outro detalhe: as faixas estabelecidas na Emenda nº 52 priorizam os mais ricos, os grandes cacauicultores. No caso, esses 2 ou 3 que já estão no processo de negociação e optaram. Queremos ampliar para todos os cacauicultores a possibilidade de entrar na negociação.

A afirmação da Oposição no sentido de que o Governo dificultou a vida dos agricultores é válida apenas para quem não conhece a agricultura ou não quer discutir a questão como está posta.

Poucas vezes a agricultura no Brasil teve tanto apoio quanto no Governo Lula, tanto na gestão do Ministro Reinhold Stephanes, quanto na gestão atual, do Ministro Wagner Rossi.



O Presidente Lula tem tido um cuidado especial com a agricultura brasileira. Nesse caso, a pergunta que temos de fazer ao Plenário é se quer ajudar 2 ou 3 grandes agricultores da Bahia ou se vai abrir para todos os cacauicultores do Estado. Essa é a questão. O resto é conversa fiada.

Peço aos Deputados que aprovem a Emenda nº 15. Se a Emenda nº 52 também for aprovada, está correta a questão colocada pela Mesa. A Mesa pode adequar a redação e conseguir um acordo mais amplo na Casa.

Portanto, quem quiser ajudar a resolver o problema dos cacauicultores da Bahia — de todos, e não apenas dos mais ricos, dos mais abastados, porque esse já está resolvido, deve votar “sim” à Emenda nº 15.

Só para esclarecer, ressalto: essa negociação é velha. E, de fato, o Governador Jaques Wagner participou. Esses são dados de meados do ano passado, quando o prazo de dezembro de 2009 era futuro, só que passou. Estamos em maio de 2010.

Peço a todos os Deputados que votem “sim” à Emenda nº 15.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** - Para orientar pelo PT, Presidente.

**O SR. EDUARDO CUNHA** - Para orientar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Vamos na ordem. Como vota o PMDB?

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não” à emenda, por indicação do PMDB da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PT?

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, é necessário chamar a atenção para o fato de que a Emenda nº 15 protege praticamente 5 mil produtores de cacau. Ao mesmo tempo, se ela for aprovada, permitirá não só a ampliação do prazo para entrar na renegociação da dívida, mas também que todos aqueles que estiverem adimplentes, ou seja, com o pagamento em dia, contratem novos empréstimos.

Se esta emenda não for aprovada, no que diz respeito a novos empréstimos, não prejudicará somente, entre aspas, “5 mil cacauzeiros da Bahia”, mas todos os pequenos agricultores do Brasil. Eles vão perder a chance de, estando em dia, poder contratar novos empréstimos.

Por isso, a bancada do PT vota “sim” à emenda e pede o apoio de todos os pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSDB?

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é certo o que estão dizendo aqui. O problema menor é o prazo. O problema maior é a inclusão de todos os cacauicultores.

Na Emenda nº 52 nós incluímos os devedores do PESA, que passam também a ter direito à renegociação. O problema do prazo, que de fato não está



estabelecido, é o mais fácil de ser resolvido. O Governo vai resolvê-lo. O prazo será dilatado por resolução do Conselho Monetário Nacional. Isso não é problema, absolutamente.

O que a emenda encerra é exatamente a amplitude dos cacauicultores que serão beneficiados com a negociação, a redução do número de faixas correspondentes ao abatimento e a inclusão dos devedores do PESA na negociação.

A Emenda nº 15 é muito diferente da Emenda nº 52. O menor problema é o prazo. O avalista dessas dívidas é o Governo do Estado da Bahia. O Governo certamente resolverá o problema do prazo, por meio de outra medida legal ou de decisão do Conselho Monetário Nacional. Não há nenhum prejuízo pelo fato de a emenda não ter a data. Pode-se resolver dessa forma.

Por isso, votamos pela rejeição da Emenda nº 15 e pela aprovação da Emenda nº 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Democratas?

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste curto espaço de tempo, quero dar uma explicação aos Deputados do PT que encaminharam o voto “sim” para manter aquilo que identifico como sendo a vassoura de bruxa do Ministério da Fazenda para destruir os cacaueiros, principalmente os do sul da Bahia.

De maneira alguma, preocupa-nos o fato de a data e o prazo não estarem na Emenda nº 52, porque o Tesouro Nacional e o Tesouro Estadual são os avalistas de todo plano de recuperação da lavoura cacaueira, Deputados José Genoíno e Cândido Vaccarezza. O Governo, rapidamente, vai cumprir aquilo que ficou



acertado, que, com a incerteza do Ministério da Fazenda, eles retiraram para tentar ameaçar o acordo e fazer com que prevaleça a Emenda nº 15, que penaliza e exclui os produtores, não inclui o PESA e diminui os rebates.

Então, isso em nada preocupa. Pelo contrário. Não havendo prazo, vamos saber que, em poucos minutos, o Governo vai acrescentá-lo em qualquer outra medida provisória. O Governo do Estado ou o Tesouro Nacional é que vão para o CADIN e não os produtores rurais. É importante que isso seja dito.

Não podem penalizar os produtores rurais neste momento, alegando que aí não está incluído o prazo. Não está incluído porque o Ministério da Fazenda não cumpriu o acordo com a CEPLAC, com o Senador César Borges.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Democratas?

**O SR. RONALDO CAIADO** - O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Bloco? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito este tempo de encaminhamento — já falei sobre a PEC nº 300, ainda dentro do meu prazo — para dizer que também precisamos resolver a questão dos bingos. Devemos votar essa matéria o mais rápido possível, sem nenhum comprometimento de mérito. Portanto, vamos resolver a questão dos bingos, definindo a matéria de uma vez.

Sr. Presidente, o PR encaminha o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PP?

**O SR. ROBERTO BRITTO** (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a grande discussão hoje, neste Plenário, são os prazos. Já está



acordado que a Medida Provisória nº 476, que está tramitando nesta Casa, vai regulamentar a questão dos prazos. Então, prazo não é problema. A MP nº 476 trata mais ou menos do mesmo assunto, e no seu bojo constarão exatamente os prazos da Emenda nº 52.

O PP é a favor dos cacauicultores e de todos aqueles sofrendores que vivem nas terras do cacau e já passaram por grandes problemas. Por isso, somos contra a Emenda nº 15 e a favor da Emenda nº 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vi uma separação entre ricos e pobres na discussão de créditos e dívidas. Confesso que quero igualdade entre os brasileiros, quero um tratamento justo e isonômico.

Penso que, dos 2 lados, há razões relevantíssimas. E agora ouvimos mais uma: há outra MP tratando de matéria análoga. Portanto, penso que as 2 emendas devem ser aprovadas: a Emenda nº 15 e a Emenda nº 52.

V.Exa., na adequação necessária e obrigatória, poderá levar em consideração até a formulação para o texto da próxima MP. Ali, sim, será sanada alguma lacuna que por acaso tenha sido provocada por dificuldade regimental.

Voto “sim” à emenda e “não” ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PDT vota “sim” à emenda e “não” ao destaque.

Como vota o PTB?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que essa confusão tem de ser





administrada após a votação das emendas. O mais simples é rejeitar a Emenda nº 15, aprovar a Emenda nº 52 e, oportunamente, numa outra MP, estabelecer a condição do prazo. Essa, sem dúvida nenhuma, é a solução possível e imaginável para este momento.

Votar as 2 emendas, a de nº 15 e a de nº 52, e deixar ao talante da Mesa fazer uma redação alternativa, uma redação de mérito, não será possível. Portanto, Sr. Presidente, dentro do aspecto regimental e para evitar uma vassoura de bruxa nessa questão, vamos votar contra a Emenda nº 15 e a favor da Emenda nº 52.

Queremos que isso seja feito o mais rápido possível para que possamos votar a PEC nº 300 e a PEC nº 308. Há muita gente aguardando essa definição na tarde e na noite de hoje, conforme promessa do Deputado Marco Maia, Vice-Presidente no exercício da Presidência. S.Exa. já anunciou que convocará sessão extraordinária, em cuja pauta estarão a PEC nº 300 e a PEC nº 308.

Nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pois não.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Tem chegado à Mesa reclamação de alguns Parlamentares de que há pessoas estranhas no plenário.

Peço à segurança que tome as medidas necessárias para garantir que fiquem aqui dentro somente as pessoas que tenham a ver com os trabalhos do plenário.

Peço à segurança que, por favor, tome as medidas necessárias.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSC?

**O SR. FILIPE PEREIRA** (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha o voto “não”.

Nós também nos solidarizamos com todos os nossos amigos e companheiros da PEC nº 300, que estão aqui ansiosos, e da PEC nº 308. Os povos do Rio de Janeiro e de todo o Brasil esperam ansiosos por essa votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PV?

**O SR. EDSON DUARTE** (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde, primeiramente, lamenta que a medida provisória trate de centenas de assuntos. Mas, já que ela está tratando de um problema grave, que é a dívida dos agricultores, Deputado Marcelo Ortiz, lamentamos sua forma restritiva em relação à fruticultura do Vale do São Francisco, por exemplo — não traz a prorrogação dos prazos de vencimentos das dívidas daqueles agricultores, cuja situação é muito grave. Ela também é restritiva quanto à renegociação do pequeno produtor, embora traga alguns avanços.

Em relação às Emendas nºs 15 e 52, é interessante realmente aprovarmos as 2 como estão no relatório e que elas sejam aglutinadas. Mas não temos nenhuma garantia de acordo de que isso acontecerá na prática. O risco maior é o veto à Emenda nº 52, que amplia o benefício para um setor importante da economia baiana, que são os produtores de cacau.



Como não há garantia de acordo, conforme entendimento daquilo que foi amarrado, inclusive, com o setor produtivo e o próprio Governo do Estado, que é do Partido dos Trabalhadores, encaminhamos “não” à Emenda nº 15 e “sim” à Emenda nº 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”, Sr. Presidente.

Também queremos que a Presidência, se puder, anuncie imediatamente qual é a pauta efetiva da sessão extraordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por alguma razão, as 2 emendas tratam do mesmo assunto, com conteúdos que convergem em alguns aspectos e são diferentes em outros. No mínimo, foram malfeitas as 2 emendas, o que gera confusão e insegurança. Isso é um problema para a votação que estamos fazendo.

O Bloco quer aprovar a emenda mais abrangente, que atenderá todos os produtores de cacau. Não é mais possível anunciarmos para eles uma solução que, na prática, não se realizará.

Sr. Presidente, o ideal seria compatibilizar o conteúdo da Emenda nº 15 com o da Emenda nº 52, incorporando o PESA, que é fundamental, se não houvesse prejuízo. Dizem-me que, regimentalmente, isso não é possível. Se é essa a interpretação que prevalece, preferimos votar na Emenda nº 52.

Votamos “não” à Emenda nº 15 para preservar a Emenda nº 52.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o Governo?

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, falaram aqui da Medida Provisória nº 476 e que se poderia discutir prazo, o que não é verdade. A MP nº 476 diz respeito a uma política para catadores de papel. Não tem nada a ver com cacauicultor e prazo para resolver o problema da Emenda nº 52.

Vou encaminhar o voto “sim” à Emenda nº 15 e o voto “sim” à Emenda nº 52. O ex-Ministro Reinhold Stephanes está aqui e pode ser consultado. É possível encontrarmos uma solução com a Mesa para incluir o PESA na Emenda nº 15 e atender todos os cacauicultores da Bahia e não apenas os mais ricos, que acreditam que a Emenda nº 52 resolverá o problema.

Encaminhamos o voto “sim” à Emenda nº 15 e o voto “sim” à Emenda nº 52, para a Mesa fazer a compatibilização do prazo e resolver o problema dos cacauicultores da Bahia. O Governo, o Governo da Bahia, os cacauicultores e a CEPLAC estão participando da negociação. Quem votar “não” vai prejudicar os cacauicultores da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro novamente que esta medida provisória, originalmente criada para tratar de incentivos para computadores, para a indústria petrolífera e para a indústria aeronáutica, acaba recebendo uma dezena de emendas do Senado Federal.

Neste momento, não há como compatibilizar. A Mesa fará uma compatibilização após a votação em plenário. Então, nós defendemos o voto



consolidado dos partidos da Minoria — voto “não” a essa emenda — para votarmos depois a Emenda nº 52.

O voto é “não”, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação a emenda.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Parlamentares que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.





---

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar simbolicamente a Emenda nº 52, Sr. Presidente. Todo mundo, então, orienta o voto “sim”, para que possamos ganhar tempo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pode ser assim? (*Pausa.*)

Então, simbolicamente, todos os partidos orientam o voto “sim” à Emenda nº 52, para que a coloquemos em votação. Todos os partidos orientam o voto “sim”.

**O SR. EDUARDO CUNHA** - Isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Parlamentares que forem favoráveis à Emenda nº 52 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA. *(Palmas.)*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O último destaque é o da bancada do DEM. Destaque para votação em separado da Emenda nº 45.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Há acordo para votar?

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB propõe, em acordo, o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Voto “sim”.

É possível isso, Srs. Deputados? É possível voto “sim” à Emenda nº 45?

*(Pausa.)*

Então, “sim” para todos em relação à Emenda nº 45. Vamos lá.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** - Espere.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O Líder do Governo está dizendo que não. Então, vamos à discussão da matéria.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - *“Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º...”*



**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pode ir direto para a orientação, a fim de não perdermos o prazo.

O Governo faz questão de encaminhar o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Então, para orientar, como vota o PMDB?

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PMDB vota “sim”.

Como vota o PT?

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSDB?

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Democratas “sim”.

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco? (*Pausa.*)

Como vota o PR?

**O SR. BILAC PINTO** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - PR, “não”.

Como vota o PP? (*Pausa.*)



**A SRA. RITA CAMATA** (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -  
Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - PSDB, "sim".

Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

**O SR. EDUARDO CUNHA** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - PMDB, "sim".

**O SR. BRIZOLA NETO** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O PDT vota "sim".

Como vota o PTB?

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** - Quero orientar.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSC?

**O SR. HUGO LEAL** (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. CEZAR SILVESTRI** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PV?

**O SR. EDSON DUARTE** (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Verde vota "sim".



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do  
orador.) - O Bloco vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

A Minoria vota "sim".





---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza, para orientar.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, alerta a sociedade brasileira para o que está ocorrendo em relação à Emenda nº 45. Ela coloca subsídio para os produtores de álcool.

O Governo tem ajudado o setor sucroalcooleiro. Isso é indiscutível. Só que, hoje, a produção de álcool tem dado um lucro muito grande. Não estamos com o preço defasado. Os usineiros, os produtores de álcool estão tendo lucro. Portanto, é incabível o subsídio para o setor do álcool. Toda vez que o setor precisou de subsídio, o Governo deu, e continuará dando quando precisar. Mas não agora.

Esta emenda está equivocada politicamente, porque não há perda para o setor.



**O SR. ROBERTO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, para orientar, Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os senhores vão refazer a orientação?

(*Pausa.*) Só 1 minuto.

Como vota o PT? O partido não havia orientado ainda.

Não havia orientado ainda. Foi colocado equivocadamente.

Deputado Arlindo Chinaglia. (*Pausa.*)

**O SR. DANIEL ALMEIDA** - O Bloco quer orientar também, Sr. Presidente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL quer votar "não", Sr. Presidente.

**O SR. PAULO BORNHAUSEN** - Sr. Presidente, a menos que alguém mude a orientação... Já foram dadas as orientações.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Deputado Arlindo Chinaglia, por favor.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é preciso acabar com uma certa prática, antiga no Brasil, de que dívida velha não se paga e dívida nova deixa-se envelhecer. São sempre os mesmos que têm poder, evidentemente, em prejuízo do Tesouro Nacional, que poderia proteger aqueles que não têm nenhum tipo de proteção.

Esta emenda autoriza conceder, em caráter extraordinário, subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar. Isso vai permitir o perdão de 90% das multas devidas. Ora, se a pessoa física paga imposto, paga multa, quando atrasa, por que devemos dar continuidade a esse tipo de prática para os de sempre?

Por isso, a bancada do PT encaminha o voto “não”.

**O SR. FELIPE MAIA** - Sr. Presidente, pelo Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - O Democratas quer orientar.

**O SR. FELIPE MAIA** (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Emenda nº 45 refere-se à subvenção econômica aos plantadores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste, exclusivamente para a safra de 2009 e 2010.

A orientação do Democratas é “sim”. Temos de fazer justiça aos plantadores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste do País.

**O SR. EDSON DUARTE** (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Reorientação do Partido Verde, dando o encaminhamento “não”.

**O SR. FELIPE MAIA** - Sr. Presidente, vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Alguém mais quer mudar sua orientação? (*Pausa.*) O Bloco quer fazê-lo?



**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é só para justificar. Na verdade, não é o que foi dito aqui. A emenda visa atender produtores independentes de cana do Nordeste — não são usineiros. O Nordeste tem uma situação completamente diferente da de outras regiões do Brasil.

Portanto, justifica-se, é correta essa medida.

**O SR. FELIPE MAIA** - Sr. Presidente, vamos votar. Falta 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Vamos votar, então.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação a emenda.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A EMENDA FOI APROVADA. *(Palmas.)*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Em votação as Emendas de Redação  
nºs 1, 2 e 3.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADAS.





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos  
a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai à sanção.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós acabamos de votar a Medida Provisória nº 472. Evidentemente, foram votados aqui muitos absurdos de parte a parte. A MP tem 53 emendas inseridas pelo Senado Federal.

Deputado Cândido Vaccarezza, Líder do Governo, não é só o Governo que tem o monopólio dos absurdos. Quando a matéria é do seu interesse, este a enxerta, aplaude-a, aprova-a, sem que haja a menor discussão sobre se vai haver impacto financeiro ou não, se ela ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal ou não.

Esta medida provisória trata de assuntos díspares, como a questão do Conselho de Contabilidade. Foram tratadas questões relativas à prorrogação do REFIS, que nem foram discutidas aqui, a subsídios para os mais diversos setores, sem nenhum cálculo do impacto financeiro.

É evidente que a Câmara dos Deputados não tem nenhuma condição de analisar essas emendas que vêm no afogadilho — chegam aqui em um dia e são votadas no outro. Nós não temos condição de avalizá-las e de avaliá-las.

Agora, quanto a matérias que estão aqui há tempos, que têm noção do impacto financeiro, que têm compreensão disso e que estão tramitando, como a Emenda nº 29, e mesmo as PECs nºs 300 e 308, não dá para votar, porque ainda não foram bem estudadas. Não foi possível estudá-las, não deu para compreendê-las. Estão aqui há 2 anos, 3 anos, 4 anos, e não deu para compreendê-las. Quanto a essas que caem aqui de uma hora para outra, que evidentemente raiam ao absurdo,



---

sem nenhum cálculo do impacto que vão causar, o Governo apela para que tenhamos sensibilidade e votemos contra.

O Governo tem de controlar o caixa, sim, mas não pode cometer os absurdos que comete, quando propõe que votemos as matérias. Temos de discutir os reais interesses do povo brasileiro, dos aposentados, da segurança, da saúde pública, que sofre porque não conseguimos fazer uma legislação adequada. Mas teimamos em votar medida provisória.

A Câmara dos Deputados não coloca nenhuma emenda, porque não pode fazê-lo por decisão da Mesa. A matéria vai para o Senado Federal, e o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, coloca 53 emendas — a maioria delas é um absurdo. E o Líder do Governo na Câmara dos Deputados quer que as tiremos. Que Governo é este que coloca esses absurdos todos? Há muitos nesta medida provisória. Vamos tratar o povo como ele merece. Vamos votar as matérias de interesse do povo.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pergunto se posso manter o painel.

*(Pausa.)*

Determino a abertura de novo painel.



## **VII - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão por decurso de tempo.